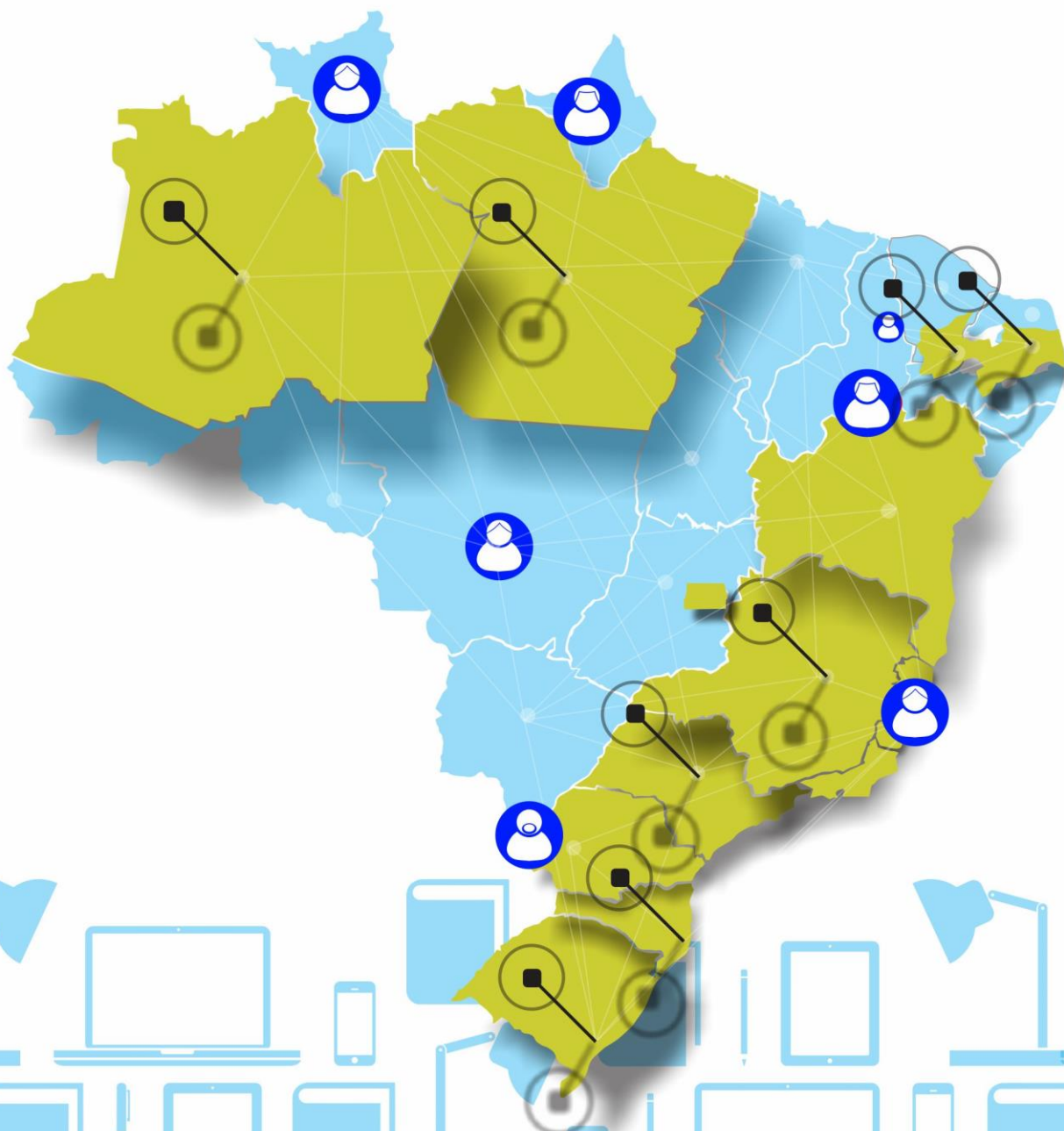


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA

UM OLHAR SOBRE OS CURSOS DE BACHARELADO EM
ARQUIVOLOGIA NO BRASIL À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO



JOÃO PESSOA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA

UM OLHAR SOBRE OS CURSOS DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA NO
BRASIL À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO

JOÃO PESSOA
2021

MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA

**UM OLHAR SOBRE OS CURSOS DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA NO
BRASIL À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação

Orientadora: Profa. Dra. Isa Maria Freire

JOÃO PESSOA
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R672o Rocha, Maria Meriane Vieira da.

Um olhar sobre os cursos de bacharelado em Arquivologia
no Brasil à luz do Regime de Informação / Maria Meriane
Vieira da Rocha. - João Pessoa, 2021.
216 f. : il.

Orientação: Isa Maria Freire.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Arquivologia - cursos de bacharelado. 2.
Arquivologia - forma de vida acadêmica. 3. Regime de
Informação. 4. Inteligência coletiva. 5. Ciência da
Informação. I. Freire, Isa Maria. II. Título.

UFPB/BC

CDU 930.25(043)

MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA

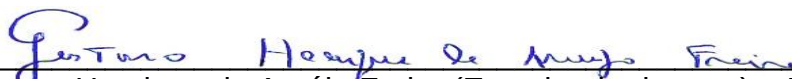
**UM OLHAR SOBRE OS CURSOS DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA NO
BRASIL À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação – como requisito para título de Doutora.

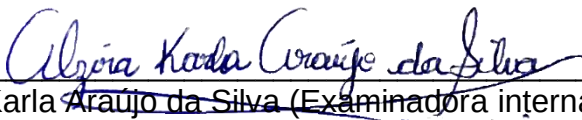
Aprovado em: 30/03/2021



Profa. Dra. Isa Maria Freire (Orientadora) - PPGCI/UFPB

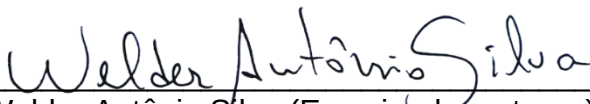


Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire (Examinador interno) – PPGCI/UFPB



Profa. Dra. Alzira Karla Araújo da Silva (Examinadora interna) – PPGCI/UFPB

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira (Suplente interno) - PPGCI/UFPB



Prof. Dr. Welder Antônio Silva (Examinador externo) – UFMG



Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (Examinador externo) - UEPB

Profa. Dra. Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (Suplente externa) - UnB

Às minhas filhas, Rayane Vieira e Deborah Vieira que, com muito carinho e amor, me apoiaram em todos os momentos e não mediram esforços para que eu percorresse firme essa caminhada.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos em que fiz esta pesquisa foi uma jornada de desafios, aprendizados, construção, amadurecimento, renúncias e algumas noites mal dormidas. Todavia, nenhum empreendimento é realizado sem esforço e de forma fácil. Isso mostra que é possível conseguir realizar os objetivos a que nos propusemos e que carregamos no coração com paciência e perseverança e tem o efeito mágico de fazer as dificuldades amenizarem e os obstáculos sumirem.

Aprendi com este trabalho que uma tese ou qualquer outro trabalho científico é uma extensão da vida do autor. Então, para que algo de valor seja construindo, é preciso que criemos algo de valor em nós mesmos, e pessoas e obras estão nesse contexto. Por isso agradeço imensamente a todas as pessoas que muito me encorajaram e me ajudaram a construir algo de valor em minha vida, como esta tese. E é com esse espírito de gratidão que agradeço:

Primeiramente a Deus, fonte de paz interior, guia nas decisões mais difíceis, luz para enxergar os melhores caminhos pessoais e profissionais, tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar diante das adversidades da vida.

A mim mesma, por ter respeitado meus limites e ter entendido que um trabalho é feito de aproximações e distanciamentos e por entender que, mesmo diante de uma pandemia (COVID - 19), é necessário manter o foco sem perder a humanidade; por ter entendido que as noites mal dormidas fazem parte do processo; que, pela manhã, o sol ou a chuva estarão sempre lá para me recepcionar com toda a sua beleza e que, acima de tudo, sou humana e em constante processo de construção e, consequentemente, crescimento.

Aos meus amados pais, Lourdes Palmeira (luz na minha vida), exemplo de docente na área de Artes Manuais hoje denominada de Núcleo de Artesanato da UFCG (NARTE), que deixou seu legado por onde passou e foi minha inspiração na docência, mesmo sendo de outra área; e Aristaco Vieira, homem guerreiro que, em parceria com minha mãe, sempre se preocupou com a educação dos filhos. Hoje, estão sempre torcendo por mim, em particular, nesse momento tão especial também para eles, pois serei a única Doutora de seis filhos. Sou muito GRATA e FELIZ por isso.

As minhas amadas filhas, Rayane Vieira e Deborah Vieira, que trazem tanta luz e inspiração para minha vida, um amor especial e incondicional. Vocês são a lição mais profunda que vivi de ética, dignidade e amor. Ambas souberam compreender todas as minhas buscas – as existenciais e as teóricas – sendo atentas e pacientes.

Ao meu esposo, Oseas Lemos, companheiro de todas as horas. Grata por entender minhas ausências presentes, por não entender meus medos, não precisa, eles são meus e não podem interferir em nossa relação. Grata por todo o amor, pelos sorrisos e os bons vinhos bem degustados em comemoração a cada etapa deste trabalho e da vida.

As minhas irmãs: Luciene, Arilene, Cassia e Micheline e ao meu irmão Junior, em especial, a Luciene, minha irmã mais velha, que tantas vezes foi meu porto seguro. Seus ouvidos e ombros me acolheram em diversos momentos e me acolhem sempre que preciso. Obrigada por sempre me dar força e se orgulhar de mim e pelo apoiado em tudo.

Gratidão a algumas pessoas especiais que passaram do plano terrestre para serem estrelas no céu, em especial D. Zildinha. Elas continuam emanando energia incentivadora para minha caminhada aqui na terra. Eterna gratidão!

Gratidão a minha orientadora, a Profa. Dra. Isa Maria Freire, pelo grande exemplo, por ter me possibilitado desenvolver uma pesquisa autoral com independência e autonomia. Para mim, é um grande orgulho tê-la como orientadora por esses anos. Não esquecerei seus ensinamentos, seus preciosos conselhos, sua inestimável confiança e os entendimentos necessários. Grata também por disponibilizar o LTI para ser o espaço de divulgação para o futuro instrumento de consulta das pesquisas realizadas por docentes dos Cursos de Arquivologia brasileiros. Meu muito obrigada!

Agradeço imensamente à banca examinadora, que me acompanhou desde a qualificação, sinalizando que estava no caminho certo: Gustavo Henrique, que eu tive o prazer de ter como orientador no Mestrado, e agora, na banca de Doutorado, contribuindo, mais uma vez, com seu olhar, em especial, no Regime e Políticas de Informação, apontando, com inteligência, disponibilidade e gentileza, que eu poderia melhorar. Muito obrigada!

A Welder Silva, sou grata por ter sido responsável por despertar a temática desta tese; por sua serenidade, presteza, disponibilidade, inteligência, sabedoria e dedicação, em especial, na área específica da Arquivologia, toda a minha admiração.

A Dulce Amélia, por sua generosidade, inteligência e bom humor, e por contribuir com o seu olhar em meu trabalho, apesar de ser membro suplente interno.

A Josemar Henrique, parceiro de algum tempo nos estudos sobre a Arquivologia, em especial, a paraibana, grata por compartilhar comigo seus conhecimentos, contribuindo para melhorar este trabalho, ainda que como membro suplente externo. Muito obrigada por continuar na defesa como membro examinador externo. Sem o olhar de vocês, certamente o resultado deste trabalho não seria o mesmo. Grata de todo o coração.

Agradeço, desde já o olhar dos novos membros convidados para a defesa, os queridos, competentes e exemplo de docentes dedicadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, as Profas. Alzira Karla (examinadora interna), Kátia Isabelli (suplente externa) e o Prof. Henry Poncio (suplente interno) por terem aceito o convite. Tenho certeza de que o olhar de vocês trará contribuições. Minha maior admiração por vocês.

Agradecer aos amigos não é tarefa fácil, pois sempre tenho a impressão de que estou me esquecendo alguém. Por isso, para que não fique nenhuma lacuna, quero que todos os que fizeram parte da minha jornada da vida - pessoal ou profissional - sejam representados(as) pelas amigas que vou destacar. Primeiramente, ao grupo que formamos no Doutorado, as Espilicutes: Ana Cláudia Santos, Lilian Viana, Mônica Paiva, Mayra Mesquita. Rimos juntas, nos ajudamos e fortalecemos a amizade. Agradeço, em especial, a Ana Cláudia Santos, essa pessoa singular, competente, cheia de bom humor e boas tiradas, sempre disponível para ler meus escritos. Muito grata por tudo, por sua amizade e carinho. Você mora em meu coração.

Um dia, conversando sobre a possibilidade de cursar a Graduação em Arquivologia, encontrei amigas que toparam desbravar esse caminho. Minha gratidão às queridas Rosilene Agapito, Julianne Teixeira, Rosa Zuleide e Eliete Correia que, assim como eu, sabem o quanto precisamos aprender ainda sobre a área e dar mais contribuições. Agradecimento especial a Rosilene Agapito, pelas trocas de saberes e pelas discussões sobre e para a área de Arquivologia e da Ciência da Informação. Sou eternamente grata.

A UPFB me deu de presente um grupo de amigos através do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). São pessoas competentes, comprometidas com uma universidade pública, gratuita e de boa qualidade e profissionais éticos. Aprendi e aprendo muito com vocês: Cláudia Lago, Bagnólia Costa e Romberg Gondim. Gratidão!

Meu muito obrigada a querida amiga Vanessa Alves pelas trocas de saberes seja profissional como pessoal, no profissional sempre um debate profícuo sobre a ABNT com seu olhar de águia, nesse trabalho em específico deu sua valiosa contribuição nas referências. No lado pessoal porque as experiências de vida são sempre um caminho a ser observado com humildade e maturidade. Você é especial.

Agradeço também o carinho, a força, a atenção das queridas amigas Cassandra Lima, Aila Cavalcanti e Ana Claudia Medeiros. Vocês me fazem sempre pensar na canção “amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração...” e é exatamente no meu coração que guardo a amizade de vocês.

Agradeço aos meus alunos, que são umas das razões para eu ter trilhado esse caminho. Vocês são uma das minhas maiores inspirações. Por vocês, além de docente, pretendo me capacitar para ser uma boa pesquisadora e contribuir com projetos de pesquisa e de extensão. Nesse espírito, quero representá-los através de Flávia Telmo, de quem eu tive o prazer de ser docente e que hoje tanto me orgulha pela competência e companheirismo, sempre pronta a dividir saberes, agora também no Doutorado e pleiteando a carreira docente com muito amor e dedicação. É muito, mas muito bom ver o sucesso dos nossos alunos. Aprendemos muito com vocês.

Gratidão também aos docentes do Programa de Pós Graduação da UFPB e aos de outros programas, pela divisão de saberes, dedicação e compromisso com a pós-graduação. Foram muito enriquecedores esses momentos com todos vocês. Agradeço também a todos os autores de livros, capítulos, artigos e de todo o material que utilizei para embasar este trabalho, em especial, às Profas. Maria Nélida Gonzáles de Gómez e Isa Maria Freire, por serem as autoras que me deram suporte, em especial, sobre a temática Regime de Informação.

Agradeço a todos os colegas que fazem o Departamento de Ciência da Informação, pela possibilidade de cursar o Doutorado afastada das atividades docentes e, por extensão, à UFPB, a que devo minha formação: Graduação, Especialização (duas), Mestrado e, agora, o Doutorado; pelos cursos de aperfeiçoamento, pelos eventos, entre outros. Certamente estou mais bem preparada, graças a essas oportunidades. Por isso, voltarei e darei o meu melhor no ensino, na pesquisa e na extensão. Orgulho-me da instituição de que faço parte.

Agradeço a Joel Calixto, *designer* gráfico, baiano responsável pela capa desta tese, pela paciência para entender como eu queria que este trabalho fosse

representado em forma de imagem. Não nos conhecemos pessoalmente, mas, mesmo a distância, você conseguiu entender o que eu queria. Grata por isso!

A Alex Souto, pelo *abstract* tão bem feito. É sempre gratificante contar com seu trabalho.

À Profa. Rejane Ferreira, pelo olhar acurado, competente e carinhoso com a revisão linguística. Grata, de coração!

A Adelaide Helena, pelo excelente trabalho na confecção dos gráficos, que foram fundamentais para as análises dos dados. Muito obrigada!

Por fim, a todos os que, direta ou indiretamente, fizeram e fazem parte do meu caminhar na vida - uns mais próximos, outros mais distantes, mas na certeza de que as distâncias geográficas não são mais barreiras para a construção de uma vida, seja intelectual ou pessoal, no dia a dia de nossa passagem por este mundo que, às vezes, nos faz chorar, mas também nos faz sorrir e ver que vale a pena. Sou uma eterna aprendiz, e meus sonhos são humanos.

(...) como qualquer outra atividade social, a ciência não existe no ar, ela é uma obra produzida pelos homens que se desenvolve em determinado contexto social, dentro de certo tipo de organizações e instituições (MERTON, 1979, p. 15).

[...] a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 2).

A riqueza das discussões produzidas ao longo das REPARQ nos tornou a todos mais conscientes da importância de colaborarmos para a construção da Arquivologia no Brasil e nos mostrou que isso é possível (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2015, p. 43).

[...] o ser social que ‘migrou’ da Sociedade industrial para a Sociedade da informação deve ter condições de responder aos novos imperativos relativos a essa nova estrutura de relações e de produção. E esse ser social necessita de suporte informacional para que possa realizar suas aspirações e aquelas que a própria sociedade demanda (UNGER; FREIRE, 2008, p. 86).

RESUMO

Analisa os elementos do Regime de Informação e as ações de informação na forma de vida acadêmica para a constituição dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil. O marco principal desta pesquisa foi um olhar para o contexto da constituição/expansão desses cursos. Nesse sentido, explora as mediações dessa forma de vida acadêmica a partir do modelo de Regime de Informação proposto por González de Gómez (1999), partindo do pressuposto de que a cultura informacional, compartilhada pelos atores no âmbito de certo espaço social, contribui para se entender sua aplicação em certo contexto. Como ponto inicial, identifica os Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil a partir de 2000 e seus respectivos atores sociais que têm currículo na Plataforma Lattes. A escolha do tema foi motivada por proporcionar um espaço que favoreça o estudo dos currículos adotados nos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil, de modo a oferecer contribuições utilizando as abordagens do perfil institucional e do perfil docente relacionadas às ações dos atores sociais, dos conteúdos e dos recursos institucionais/docentes, do poder implícito e das diferenças no perfil das instituições e dos docentes, estabelecendo parâmetros entre a teoria e a prática na área. O referencial teórico aborda a Arquivologia brasileira no contexto do Regime de Informação e a possibilidade de uma inteligência coletiva na forma de vida relacionada à Arquivologia no Brasil. A pesquisa é de natureza descritiva, a partir de uma abordagem qualiquantitativa, e os caminhos de processos de busca e análises dos dados foram delineados com os princípios do método indiciário de Ginzburg (1989) e da técnica de brauseio de Araújo (2004). Os resultados demonstram que a pesquisa contribui para mais abertura de um Regime de Informação nos Cursos de Arquivologia brasileiros, sobretudo no que tange aos perfis institucional e docentes, com discussões voltadas para a harmonização curricular. O estudo mostrou que é preciso fazer mais pesquisas na área arquivística, porquanto uma melhor comunicação científica entre os atores contribuirá sobremaneira para que isso ocorra. Conclui-se que a pesquisa colabora com dois eixos, dos cinco propostos pela Reparq, para promover a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia brasileiros, e que fornece dados para que os atores sociais, a partir do levantamento da formação docente de cada ator, possam incorporar em sua *praxis* profissional informações relevantes. Espera-se contribuir também para formar uma rede de comunicação de pesquisa entre a Arquivologia e a Ciência da Informação.

Palavras-chave: Arquivologia - Cursos de Bacharelado. Arquivologia - Forma de Vida Acadêmica. Regime de Informação. Inteligência Coletiva. Ciência da Informação.

ABSTRACT

Analyze the elements of Information Regime and the information actions in the academic way of life for the constitution of the Bachelor Courses in Archival Science in Brazil. The key milestone of this research was a look at the context of constitution/expansion of these courses. In this sense, it explores the mediations of this way of academic life starting from the model of information regime proposed by González de Gómez (1999), from the presuppose that information culture, if shared by the actors in the scope of a given social space, contribute to the understanding of its application in a certain context. As a starting point, there are identified the Bachelor Courses in Archival Science in Brazil starting from 2000 and their respective social actors which have curricula on the Lattes Platform. The choice of theme was motivated to propitiate a space that favors the study of the adopted curricula in the Bachelor Courses in Archival Science in Brazil, in order to offer contributions by using the approaches and the institutional and lecturer profiles related to the actions of social actors, of contents and institutional/lecturer resources, of implicit power and the differences in the profile of the institutions and in the profile of lecturers. This way, it establishes parameters between theory and practice in the area. The theoretical foundation approaches the Brazilian Archival Science in the context of information regime and the possibility of a Collective Intelligence in the way of life related to Archival Science in Brazil. The research is characterized as descriptive, from a qualitative and quantitative approach and the paths of processes of searching and data analysis will be delineated with the principles of the indicial method of Ginzburg (1989) and the technique of browsing by Araújo (2004). The results demonstrate that the research contributes to more opening of an information regime in the Brazilian courses of Archival Science, especially in relation to the lecturers and institutional profiles, with discussions directed to a curricular harmonization. The study showed that it is needed to do more researches in the area of Archival Science. Then, a better scientific communication between the actors would strongly contribute to that. It is concluded that the research collaborates with two axes from the five proposed by the Reparq, in order to promote curricular harmonization in the Brazilian courses of Archival Science. Moreover, it provides data to the social actors, from a survey of the teacher training of each actor, in order to they can incorporate in their professional praxis relevant information. Also, it is hoped to contribute for the formation of a communication network of research between the areas of Archival Science and Information Science.

Keywords: Archival Science – Bachelor Courses. Archival Science – Way of academic life. Information Regime. Collective Intelligence. Information Science

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relações entre elementos do Regime de Informação.....	39
Figura 2 - Distribuição dos cursos corpus de análise da tese com o quantitativo de atores sociais.....	70
Figura 3 - Mandala da interdisciplinaridade na Ciência da Informação.....	115
Figura 4 - Alinhamento do projeto educacional visando à Competência em Informação.....	124
Figura 5 - Atores sociais que compõem o Regime de Informação – Arquivologia.....	133
Figura 6 - Dispositivos de informação que compõem o Regime de Informação – Arquivologia.....	135
Figura 7 - Artefatos de informação que compõem o Regime de Informação – Arquivologia.....	137
Figura 8 - Ações de informação que compõem o Regime de Informação – Arquivologia.....	138
Figura 9 - Redes dos Cursos de Arquivologia na perspectiva do Regime de Informação.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas sobre harmonização curricular apresentadas nas Reparq (2010 a 2019).....	53
Quadro 2 - Pesquisas sobre reestruturação curricular apresentadas nas Reparq (2010 a 2019).....	55
Quadro 3 - Percurso metodológico.....	59
Quadro 4 - Distribuição dos Cursos de Arquivologia no Brasil.....	69
Quadro 5 - Cursos criados com o Reuni e/ou ligados à CI.....	77
Quadro 6 - Dimensões do Reuni para expandir as IFES.....	78
Quadro 7 - Canais de informação dos cursos de Arquivologia.....	83
Quadro 8 - Quantitativo de atores sociais na subárea Arquivologia.....	120
Quadro 9 - Síntese das características do projeto educacional voltado para a Competência em Informação.....	125
Quadro 10 - Formação dos atores sociais do NDE por curso de Arquivologia.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de formação UNESP – Graduação.....	85
Gráfico 2 - Nível de formação UEPB – Graduação.....	86
Gráfico 3 - Nível de formação UFPB – Graduação.....	87
Gráfico 4 - Nível de formação FURG – Graduação.....	88
Gráfico 5 - Nível de formação UFMG – Graduação.....	88
Gráfico 6 - Nível de formação UFAM – Graduação.....	89
Gráfico 7 - Nível de formação UFSC – Graduação.....	90
Gráfico 8 - Nível de formação UFPA – Graduação.....	91
Gráfico 9 - Atores sociais com Graduação em Arquivologia	93
Gráfico 10 - Nível de formação – Especialização.....	95
Gráfico 11 - Atores sociais com Especialização na área de Arquivologia.....	96
Gráfico 12 - Nível de formação UNESP – Mestrado.....	97
Gráfico 13 - Nível de formação UEPB – Mestrado.....	98
Gráfico 14 - Nível de formação UFPB – Mestrado.....	99
Gráfico 15 - Nível de formação FURG – Mestrado.....	100
Gráfico 16 - Nível de formação UFMG – Mestrado.....	100
Gráfico 17 - Nível de formação UFAM – Mestrado.....	101
Gráfico 18 - Nível de formação UFSC – Mestrado.....	102
Gráfico 19 - Nível de formação UFPA – Mestrado.....	103
Gráfico 20 - Atores sociais com Mestrado em Ciência da Informação.....	105
Gráfico 21 - Nível de formação UNESP – Doutorado.....	106
Gráfico 22 - Nível de formação UEPB – Doutorado.....	107
Gráfico 23 - Nível de formação UFPB – Doutorado.....	108
Gráfico 24 - Nível de formação FURG – Doutorado.....	109
Gráfico 25 - Nível de formação UFMG – Doutorado.....	109
Gráfico 26 - Nível de formação UFAM – Doutorado.....	110
Gráfico 27 - Nível de formação UFSC – Doutorado.....	111
Gráfico 28 - Nível de formação UFPA – Doutorado.....	112
Gráfico 29 - Atores sociais com Doutorado em Ciência da Informação.....	113
Gráfico 30 - Grande área dos atores sociais.....	117
Gráfico 31 - Área dos atores sociais.....	118
Gráfico 32 - Subáreas dos atores sociais.....	119
Gráfico 33 - Participação dos atores sociais em projetos de pesquisa.....	121
Gráfico 34 - Participação dos atores sociais em projetos de extensão.....	121
Gráfico 35 - Titulação <i>stricto sensu</i> dos atores sociais que compõem os NDE dos cursos de Arquivologia.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AN	Arquivo Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBSA	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CBA	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CI	Ciência da Informação
CFE	Conselho Federal de Educação
CBA	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CFE	Conselho Federal de Educação
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
Consepe	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consuni	Conselho Universitário
CPA	Curso Permanente de Arquivos
CSA	Ciências Sociais Aplicadas
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECI	Escola de Ciência da Informação
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro
FEPARQ	Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GI	Gestão da Informação
GIC	Gestão da Informação e do Conhecimento
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PNG	Plano Nacional de Graduação
PPC	Projeto Político de Curso
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Reparq	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TDIC	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UnB	Universidade de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	REGIME DE INFORMAÇÃO: perspectivas e abordagens no contexto da Ciência da Informação	30
2.1	POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO.....	40
2.1.1	Políticas de informação nos espaços do saber	42
2.1.2	Inteligência coletiva para o compartilhamento de informações	44
3	ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA	49
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS	59
4.1	CAMPO DA PESQUISA.....	67
4.2	BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL.....	67
5	RESULTADOS E ANÁLISES	71
5.1	AÇÕES DE INFORMAÇÃO - FORMATIVAS: Cursos de Arquivologia....	71
5.1.1	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – (UNESP/Marília)	71
5.1.2	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	72
5.1.3	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	73
5.1.4	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	74
5.1.5	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	74
5.1.6	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	75
5.1.7	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	76
5.1.8	Universidade Federal do Pará (UFPA)	76
5.2	AÇÕES DE INFORMAÇÃO - MEDIAÇÃO: canais de informação/ comunicação em Arquivologia.....	81
5.3	ATORES SOCIAIS NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: formação.....	84
5.4	AÇÕES DE INFORMAÇÃO – RELACIONAIS: produção científica em Arquivologia.....	120
5.4.1	Dispositivos das políticas de informação: NDE	123
5.5	REGIME DE INFORMAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA.....	132
6	CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES	143
	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICE A - Nível de formação (UNESP/Marília)	165
	APÊNDICE B – Nível de formação (UEPB)	167
	APÊNDICE C – Nível de formação (UFPB)	168
	APÊNDICE D – Nível de formação (FURG)	171
	APÊNDICE E – Nível de formação (UFMG)	172
	APÊNDICE F – Nível de formação (UFAM)	173
	APÊNDICE G – Nível de formação (UFSC)	174
	APÊNDICE H – Nível de formação (UFPA)	176
	APÊNDICE I – Áreas de atuação (UNESP)	177

APÊNDICE J – Áreas de atuação (UEPB).....	178
APÊNDICE K – Áreas de atuação (UFPB).....	179
APÊNDICE L – Áreas de atuação (FURG).....	181
APÊNDICE M – Áreas de atuação (UFMG).....	182
APÊNDICE N – Áreas de atuação (UFAM).....	183
APÊNDICE O – Áreas de atuação (UFSC).....	184
APÊNDICE P – Áreas de atuação (UFPA).....	186
APÊNDICE Q – Participação dos docentes em projetos (UNESP).....	187
APÊNDICE R – Participação dos docentes em projetos (UEPB).....	191
APÊNDICE S – Participação dos docentes em projetos (UFPB).....	194
APÊNDICE T – Participação dos docentes em projetos (FURG).....	201
APÊNDICE U – Participação dos docentes em projetos (UFMG).....	202
APÊNDICE V – Participação dos docentes em projetos (UFAM).....	206
APÊNDICE W – Participação dos docentes em projetos (UFSC).....	208
APÊNDICE X – Participação dos docentes em projetos (UFPA).....	214

1 INTRODUÇÃO

O marco principal desta tese foi um olhar para o contexto da expansão dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil, ofertados pelas diversas instituições federais e estaduais e a configuração do Regime de Informação nesses cursos.

Partindo dessa premissa, nesta primeira seção, estabeleceu-se o panorama da investigação para proporcionar uma visão da pesquisa, sendo apresentados a contextualização temática, a problematização da pesquisa, sua justificativa, a exposição da hipótese, o objetivo geral, os objetivos específicos e o campo para o desenvolvimento do estudo.

No mundo contemporâneo, é importante discutir sobre alternativas para analisar a questão da produção e do compartilhamento da informação, pois, desde a globalização da economia e a relevância da informação, estamos inseridos em uma sociedade em que as relações sociais, econômicas e políticas se estabelecem por meio de um Regime de Informação.

As formas de lidar com o crescente fluxo de informação têm sido objeto de interesse para instituições e grupos de pesquisa, o que leva os pesquisadores a discutirem, cada vez mais, sobre as formas de produzir, organizar, recuperar e comunicar o grande volume de informações gerado a cada dia. Assim, é essencial consignar Políticas de Informação¹, sobretudo, quando se referem ao Governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, como também no contexto das instituições de pesquisa científica e tecnológica, com o intuito de estabelecer regras que facilitem a Gestão da Informação (GI) por esses segmentos para atender ao seu público-alvo.

Quando essas políticas são refletidas à luz do Regime de Informação, demarcam um domínio amplo e exploratório que aprofunda a relação entre os âmbitos da “política”, que pode ser tácita, explícita, direta, indireta, pública, privada, micro e macro e da “informação”, possibilitando articular um plexo de relações indiscerníveis às políticas de comunicação, cultura e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

¹ O objetivo de se ter uma política de informação é de colocar à disposição dos cidadãos o maior número possível de informações, sejam elas culturais, econômicas ou governamentais. São regras que especificam o sistema de comunicação que dirige e delimita o fluxo e o uso da informação. Em particular, essas regras definem as características da informação que entra na organização, distribuição e condensação da informação recebida, a distribuição e condensação da informação gerada internamente, e as características da informação que deve sair da organização. (CHOO, 2011, p. 314)

Quanto à GI, potencializa os processos e os fluxos informacionais de maneira a incluir nas rotinas de processamento, armazenamento, classificação, identificação, compartilhamento e uso das informações, em seus diferentes suportes, mais efetividade e eficácia nas organizações e facilita a tomada de decisões. Nesse aspecto, a GI, como um conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento e estabelecer fluxos que garantem a informação necessária no tempo e no formato adequado, a fim de auxiliar a gerar ideias, solucionar problemas e tomar decisão (VALENTIM, 2008), deve estar voltada para políticas de informação que auxiliem as atividades, as ferramentas, as metodologias, os modelos e as adaptações propostas às organizações e aos profissionais da informação que a usam.

Nesse aspecto e considerando que, na Ciência da Informação (CI), o enfoque está voltado para a informação, o gestor/docente/pesquisador/profissional da informação deve oferecer às organizações serviços e/ou produtos direcionados, funcionais e atrativos, considerando a demanda, as necessidades e o uso dessa informação. Assim, o profissional da informação (que gerencia a informação e potencializa sua gestão por meio das políticas de informação) ganha um novo enfoque em sua identidade, funções e responsabilidades com os processos e os fluxos informacionais das organizações contemporâneas. Nesse caso, as reflexões e as ações sobre os aspectos formacionais desse profissional assumem novas abordagens e configurações para que atendam às demandas sociais e aos aspectos que ora surgem (TARGINO, 2000).

Nessa conjuntura, Marchiori (2002) aborda a formação do profissional da informação² e apresenta três enfoques no contexto da GI: o enfoque dado em Cursos de Administração de Empresas, o enfoque da Tecnologia e o enfoque da CI. Esta última se ocupa do estudo da informação em si, que envolve a criação, a identificação, a coleta, a validação, a representação, a recuperação e o uso da informação e, por esse motivo, abarca um quadro amplo de profissionais, entre eles, o arquivista.

Assim, como devemos levar em conta que existe sempre alguém buscando informação, o futuro arquivista deve ser formado para administrar a informação registrada, produzida e recebida em função das atividades de uma determinada

² Profissionais da informação são os pesquisadores, os cientistas da informação, os arquivistas, os bibliotecários e todos os profissionais que têm a responsabilidade social de atender às necessidades da sociedade e respectivo benefício (TARGINO, 2000).

instituição ou pessoa apreciando sua demanda, as necessidades e os usos à medida que as organizações tomam consciência do poder da informação tratada e organizada e do valor estratégico para as tomadas de decisões.

Partindo desse pressuposto, González de Gómez (1999a, p. 2) sugeriu uma intercessão entre a política de informação e a GI, que é “[...] uma mediação lógica e imprescindível do uso decisório e estratégico da informação no contexto das políticas governamentais”. A autora propõe um conceito de política de informação que “[...] tratará de resgatar a amplidão e a complexidade do campo, permitindo a consideração das macro e micropolíticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais”. Ela acrescenta que “[...] o escopo e a abrangência dos estudos em torno da política de informação se multiplicam e se fragmentam em todas as abordagens da Ciência da Informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 67). Uma delas é a relação entre essas políticas e o Regime de Informação, que é constituído de ações de informação (informação *em si*), os estratos de infraestruturas e as ações inter-meta-pós-mediática³, realizadas por atores sociais⁴ (grupos ou indivíduos) por meio de dispositivos e compartilhadas através de artefatos ou objetos relacionais. Esse entendimento corrobora o pensamento de pesquisadores como Braman (2004), Frohmann (1984), González de Gómez (2012) e Freire (2013). Esta pesquisa ancora-se na abordagem de Regime de Informação de González de Gómez (2002, p. 34), que o define como

[...] um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Contextualizando o Regime de Informação no âmbito acadêmico, pode-se afirmar que prevalecem a troca crítica de conhecimentos e a produção de trabalhos científicos, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das ações de informação, como uma das características de um Regime de Informação, quando os atores sociais estão envolvidos de forma tal que compreendem a informação como ponto de

³ A ação relacional intermeta-pós-mediática é classificada por González de Gómez (2003a) como uma ação de informação cujos atores são os sujeitos sociais articuladores e reflexivos em que suas atividades sociais são as de monitoramento, controle e coordenação. Tem por finalidade transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 37).

⁴ Sob o ponto de vista do Regime de Informação e estando presentes em um mesmo ambiente os atores sociais, representados, nesta pesquisa, em sua maioria pelos docentes dos cursos de Arquivologia objeto de estudo desta tese.

interseção essencial. “Assim, torna-se necessário que sejam estabelecidas regras [Políticas de Informação] para que [os gestores] administrem seus recursos de forma harmônica, considerando atender seu público” (DELAIA; FREIRE, 2010, p. 108).

Corroborando o pensamento dessas autoras, esse conceito pode contribuir “[...] para a análise das relações entre uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica de ações, meios e efeitos de informação” (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES E SOUZA, 2016, p. 66).

Do ponto de vista do estudo que aqui se apresenta, é importante que as instituições, especialmente as de ensino, implementem estratégias que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades, de modo que as Políticas de Informação sejam de fato efetivadas. Nesta tese, as instituições de ensino, sobretudo as de nível superior (IES), podem ser consideradas espaços de trabalho coletivo, principalmente os intelectuais, em que os atores sociais específicos desses cenários constroem relações de (inter)ação e compartilham conhecimentos, percepções, experiências e vivências de modo que partilham uma realidade de ações e redes comuns de conceitos (COLLINS; KUSCH, 1999).

Segundo González de Gómez (2003, p. 36), uma área de pesquisa entendida como ‘forma de vida’⁵ “pode estar constituída pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns” no campo de áreas como a CI e a Arquivologia com regras intersubjetivas de um “contrato local”⁶ que serviriam de mediação entre a autonomia semântica do pesquisador individual e o poder simbólico das instituições.

Assim, os atores sociais dividem saberes e experiências em longos espaços de tempo, e os espaços da ciência crescem, diferenciam-se e se especializam. Os cientistas compartilham a tarefa da formação científica voltada para a crescente especialização profissional, constituindo uma forma de vida que, entre outros aspectos, valoriza a transmissão do conhecimento.

⁵ O conceito de “formas de vida”, para Geertz (1998), poderia aplicar-se a todos os que partilham experiências e situações numa atividade social duradoura, como as profissões ou - em nosso caso - os docentes e pesquisadores de áreas do conhecimento: Arquivologia e CI.

⁶ Entende-se, para fins desta tese, o “contrato local” como as políticas de informação do espaço acadêmico refletido nesse contexto. De acordo com González de Gómez (2003 a), é nesses espaços onde acontece o caráter seletivo das ações de informação e se constroem subsistemas diversificados e com visões abrangentes do domínio local que resultam em linguagem comum, possível de representatividade e de entendimentos.

Destarte, é necessário que se perceba o conjunto de elementos que compõem o fluxo estrutural de produção, organização, comunicação e compartilhamento da informação em determinado espaço. No caso específico deste estudo, tal percepção se pautou com a intenção de contribuir para o processo de estruturação/desenvolvimento curricular dos Cursos de Arquivologia no Brasil e para o movimento de harmonização curricular discutido no âmbito da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq).

Segundo Silva, Arreguy e Negreiros (2015), o termo ‘harmonização’ sugere, para além do que uma definição objetiva e fechada, um processo de compreensão e diálogo pela/para a área. Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa são as ações formativas, que, para Gonzáles de Gómez (2003b, p. 36), “[...] são aquelas constitutivas de uma ‘forma de vida’, a qual singulariza e se diferencia em relação a outros modos de ação e formas de vida”. Desse modo, a proposta de trabalho dessa investigação está baseada na noção de ações formativas de Gonzáles de Gómez (2003b).

Acredita-se que as ações formativas sugeridas pelo Regime de Informação de González de Gómez (2012), como parte de uma política de informação voltada para efetivar essas ações, podem ser um fundamento para os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil, no contexto da harmonização curricular proposto por Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 75). Os autores pontuam que “[...] não se trata de fornecer uma percepção para o que seria um currículo ideal”, mas expor a “Arquivologia que fazemos” no Brasil e oferecer as bases para uma discussão aprofundada da “Arquivologia que queremos”.

Nessa perspectiva das ações de informação, Delaia e Freire (2010, p. 108) recomendam que “[...] é necessário que sejam estabelecidas regras (Políticas de Informação) para que tais segmentos administrem seus recursos de forma harmônica, a fim de atender seu público”. Assim, serão levados em consideração como pressupostos desta pesquisa, que pretende contribuir com a harmonização curricular dos cursos de Arquivologia do Brasil.

É importante um estudo que verifique e sistematize os ‘perfil institucional’ - Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e ‘perfil docente’, nas instituições que têm Cursos de Bacharelado em Arquivologia, a partir do ano 2000, esse recorte temporal foi importante, visto que podem contribuir por meio da reestruturação dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e incorporar na *praxis* profissional ações e procedimentos

relacionados à estruturação dos cursos, a formação dos atores sociais e o desenvolvimento de pesquisas na área.

Outro ponto que foi levado em consideração é que a maioria dos cursos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi criada com o Reuni. Assim, identificou-se possíveis instrumentos que integrem os atores sociais dos respectivos cursos e, ao mesmo tempo, possibilitou-se visualizar novas necessidades para contribuir para a harmonização curricular desses espaços do saber.

O interesse em estudar o tema surgiu a partir de observações, como docente do Departamento de CI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde 2009, e coordenadora do Curso de Arquivologia durante quatro anos, pois, como professora e preocupada em proporcionar um espaço que favoreça uma harmonização curricular nos Cursos de Graduação em Arquivologia do Brasil, acreditou-se que uma das principais contribuições ao se utilizarem as abordagens ‘perfil institucional’ e ‘perfil docente’ como subsídios para os cursos, está relacionada às ações das pessoas, aos conteúdos e aos recursos institucionais/docentes, do poder implícito e das diferenças no perfil das instituições e no dos docentes.

Outro motivo do interesse pelo tema foi devido às participações nas Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) - eventos que visam compor uma união entre docentes, pesquisadores e profissionais dedicados ao ensino e à pesquisa sobre Arquivologia no Brasil, a fim de contribuir com as discussões sobre o ensino da Arquivologia, com o estabelecimento de parâmetros entre a teoria e a prática na área e com a importância da qualificação docente nos Cursos de Arquivologia, sobretudo, porque a área exige que os concursos para docentes tenham como pré-requisito a Graduação em Arquivologia, o que nos faz refletir sobre a necessidade de não formar apenas profissionais com um corpo de professores totalmente técnico ou totalmente científico, uma vez que isso afetaria, de maneira substancial, o aprendizado dos discentes e futuros arquivistas.

Nessas reuniões, pôde-se observar que a estruturação curricular da maioria dos Cursos de Arquivologia do Brasil vem passando por um processo de reestruturação, em uma tentativa de proporcionar uma harmonização curricular de acordo com discussões nas reuniões de coordenadores dos Cursos de Arquivologia que ocorrem durante as Reparq.

Moreira e Silva (1995) asseguram que um currículo é mais do que uma lista de disciplinas a serem cumpridas, mas se configura como uma construção coletiva

que se operacionaliza na sala de aula. Para além disso, é algo construído socialmente e está implicado em relações de poder ⁷. Em consonância com esse pensamento que este estudo se insere na linha de pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação, por se entender que os estudos sobre a Arquivologia brasileira, à luz do Regime de Informação, estão aliados a estruturas das instituições de ensino, geração, organização, acesso, uso e preservação da informação, que colaboram para melhorar a harmonização dos cursos. Esse é um importante instrumento de contribuição para a CI. Assim, “o regime de informação pode ser visto como uma importante ferramenta para análise das relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (BEZZERA; PINHO, 2016, p. 157).

No âmbito do Programa de Pós-graduação em CI (PPGCI) e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPB, no Brasil, o estudo das ações de informação nos Cursos de Bacharelado em Arquivologia pode representar uma contribuição para se entender o Regime de Informação como promotor de uma inteligência coletiva, que, segundo Lévy (2003, p. 28), é “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”, isso se aplica também em uma instituição pública e gratuita de ensino e pesquisa, o que contribui para a gestão de informação, a partir de suas ações (ou políticas) de informação, as quais contribuirão também com a sociedade, porque as instituições públicas formam profissionais para o mercado de trabalho.

Esta tese defende que, em certos aspectos, dos cinco eixos: perfil matriz curricular⁸, perfil docente, perfil discente, perfil institucional e perfil mercado de trabalho propostos pela Reparq podem contribuir com a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia brasileiros, com a ampliação da Graduação em Arquivologia,

⁷ Como, por exemplo, na teoria sobre capital cultural de Bourdieu, que aborda as práticas sociais dentro das estruturas simbólicas de poder (estruturas estruturadas e estruturantes). O autor menciona os campos como espaço de luta política, e, muitas vezes, as interações entre os atores sociais em determinado campo científico é balizada por essa luta, e não, pela cooperação, entretanto, não é objetivo desta tese aprofundar a relação de poder no campo científico. Esse assunto pode ser encontrado em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2263-13281-1-PB.pdf> e no livro de Bourdieu: Por uma sociologia clínica do campo científico.

⁸ Eixo já pesquisado por atores sociais da Escola de Ciência da Informação da UFMG – Welder Silva, Cintia Arreguy e Leandro Negreiros.

impulsionada pelo REUNI, os dois eixos estudados nesta pesquisa foram o perfil docente e o perfil institucional - Núcleo Docente Estruturante (NDE)⁹.

Na tentativa de criar instrumentos de composição de metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular dos Cursos de Graduação em Arquivologia, os pesquisadores Silva, Arreguy e Negreiros vêm trabalhando, desde 2012, o eixo matriz curricular, que foi apresentado nas Reparq de 2015 e 2017 com os resultados para embasar as discussões acerca de uma interferência das configurações acadêmico-institucionais, a pesquisa dos autores ressalta que além das disciplinas inerentes a um curso de tal área, as necessidades e as possibilidades institucionais para implementar um currículo de Arquivologia e a capacidade e especificidades do perfil docente para executá-lo também são fundamentais (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2015).

A expressão “configurações acadêmico-institucionais” foi utilizada por Tanus (2013), ao discutir sobre as influências das instituições acadêmicas nas definições dos Cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Sob esse prisma, desde 2012, vem se discutindo nas Reparq sobre a importância de trabalhar cinco eixos, com o intuito de se pensar em uma harmonização curricular dos Cursos de Graduação em Arquivologia do Brasil, quais sejam: perfil institucional, perfil docente, perfil discente, matriz curricular e mercado de trabalho.

Por entender que o ‘eixo instituição – Núcleo Docente Estruturante’ - e o ‘eixo docentes’ estão interligados, o foco desta pesquisa foi pautado por esses dois pontos, com o intuito de fortalecer a discussão acerca da harmonização curricular dos Cursos de Graduação em Arquivologia do Brasil e contribuir para formar uma rede de comunicação de pesquisa entre a Arquivologia e a CI. Para compreender a trajetória arquivística no Brasil e contribuir com os eixos propostos, é necessário um breve histórico da formação dos arquivistas no Brasil e como começou esse caminho.

O Arquivo Nacional (AN) já demonstrava preocupações em oferecer formação especializada em Arquivologia aos seus funcionários desde 1911, quando foi publicado o Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, que instituiu o Curso de Diplomática. Por meio do Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, foi criado o Curso Técnico, que visava preparar profissionais para trabalharem, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos, a fim de atender às demandas de formação da Biblioteca

⁹ Constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Nacional, do Museu Histórico Nacional e do AN (MARQUES, 2007; SOUZA, 2010). Entretanto, só em 1960 foi que teve início regularmente o Curso Permanente de Arquivos (CPA) no AN, que era de nível superior e reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1972, por intermédio do Parecer 212, de 7 de março, o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou a criação de Cursos de Arquivologia em nível superior. Como complemento à recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), que aconteceu no Rio de Janeiro de 15 a 20 de outubro de 1972, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) encaminhou ao CFE o projeto de currículo mínimo (BOTTINO, 1994; MATOS, 1995). No entanto, só em 13 de maio de 1974, por meio da Resolução no 28 (Parecer 698/74), foi fixado o currículo mínimo do Curso de Graduação em Arquivologia.

Para embasar a importância das disciplinas para os Cursos de Arquivologia, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a Educação Nacional, por meio da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, os cursos passaram a ter liberdade para estabelecer os próprios currículos. Mariz (2012, p. 196) afirma que as recomendações estão pautadas na

[...] flexibilização da organização curricular, dinamicidade do currículo, adaptações às demandas do mercado de trabalho, integração entre graduação e pós-graduação, autonomia acadêmica, ênfase na formação geral, avaliação institucional. A nova concepção de postura pedagógica privilegia, não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento à formação cultural, técnica e científica do cidadão com um cunho generalista, humanista, crítico e reflexivo.

Sendo assim, os conteúdos curriculares para os Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil dão um norte para a constituição das matrizes curriculares. Porém, é preciso dialogar com coordenadores, com o NDE e com o Colegiado dos cursos, a fim de que, com as reestruturações nas matrizes, acompanhem as necessidades em termos de disciplinas e sua importância para o campo teórico e o fazer arquivístico.

Nesse sentido, a questão norteadora desta pesquisa foi: Como se configura a estruturação dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros no âmbito do Regime de Informação?

É importante salientar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Arquivologia foram estabelecidas pelo parecer CNE/CES 492/2001 e que, de acordo com González de Gómez (2003a, p. 61), “[...] a política e a gestão da

informação formam parte do mesmo plano decisional e prospectivo ao qual pertencem a política e a gestão da ciência e da tecnologia”. Sob esse aspecto e incluindo a política de formação profissional em nível superior, nossa hipótese é que a análise das ações de informação em determinado “espaço de informação” (nesta pesquisa, a comunidade acadêmica e instituições que abrigam os Cursos de Arquivologia brasileiros), não só configura o Regime de Informação desse espaço como também favorece o processo de constituição de uma inteligência coletiva entre os atores sociais participantes da rede acadêmica e institucional que comportam esse espaço informacional.

Nesse aspecto, a inteligência coletiva, por meio da configuração de um Regime de Informação no espaço acadêmico em Arquivologia, pode proporcionar mais direcionamento com vistas à harmonização curricular nos Cursos de Arquivologia das diferentes regiões brasileiras, atendendo às suas regionalidades e necessidades locais.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi: Analisar os elementos do Regime de Informação e as ações de informação na forma de vida acadêmica para a constituição dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil.

Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Apresentar o Regime de Informação e suas estruturas teórico-práticas envolvendo as políticas de informação e sua relação com o processo de Gestão da Informação;
- 2) Descrever e caracterizar os cursos de bacharelado em Arquivologia brasileiros a partir de 2000;
- 3) Identificar os docentes do quadro efetivo que fazem parte dos cursos de Arquivologia;
- 4) Categorizar os docentes destacando: instituição, formação, área de atuação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e pesquisas desses atores sociais;
- 5) Evidenciar o Regime de Informação e suas estruturas teórico-práticas com os cursos de Arquivologia referente aos atores sociais, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação.

Nesse sentido, pretendeu-se que o resultado do estudo contribua para aprimorar o cenário de uma harmonização curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil, possibilitando uma visão abrangente do comportamento e dos mecanismos de gestão nesses espaços e um olhar mais criterioso acerca das ações

de informação desempenhadas pelos docentes, na perspectiva de contribuir para um melhor gerenciamento da informação nesses canais de comunicação acadêmicos/institucionais.

A aplicabilidade do Regime de Informação na análise do contexto dos Cursos de Arquivologia brasileiros poderá contribuir para efetivar as ações de informação que refletem o perfil dos arquivistas e sua formação pelas instituições de ensino superior no Brasil.

Este estudo também pretende trazer contribuições relevantes tanto para as instituições, os docentes e os pesquisadores da área da Arquivologia, no tocante a ferramentas de comunicação científica nesses territórios cognitivos para práticas coletivas, interativas e interdisciplinares, quanto para os que buscam temas como Arquivologia no contexto do Regime de Informação e seus espaços comunicacionais e a utilização de gestão e políticas de informação para essa finalidade.

Esta tese foi estruturada em cinco seções: a primeira - a introdução, consta a contextualização, justificativa, problematização e objetivos; a segunda traz considerações sobre o Regime de Informação, traçando as perspectivas e as abordagens no contexto da CI. A terceira trata do alicerce teórico-conceitual da Arquivologia brasileira e aborda a trajetória da Arquivologia no Brasil, seu contexto no Regime de Informação e a relação da inteligência coletiva com a CI e a Arquivologia, dando uma contribuição para a base referencial da tese.

A quarta seção traz os caminhos metodológicos, o mapa do território percorrido para elucidar a questão-problema levantada e o método indiciário ou paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1989) e aplicado por Freire (2001); os Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil; o Regime de Informação dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil; a caracterização dos docentes, evidenciando os que são do quadro permanente; os docentes que atuam na área de Ciências Sociais Aplicadas, os que têm pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) na área de Ciências Sociais Aplicadas e aqueles com projetos de pesquisa correlatos à área de Arquivologia, seguindo-se da análise dos dados. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as recomendações, seguido dos apêndices.

2 REGIME DE INFORMAÇÃO: perspectivas e abordagens no contexto da Ciência da Informação

O conceito de Regime de Informação foi introduzido por Bernd Frohmann, um dos precursores sobre o tema que, durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de CI em 1995, abordou o Regime de Informação como “[...] um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis - de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos” (FROHMANN, 1995, p. 5).

Frohmann (1984), baseando-se nas ideias de ‘regime de poder’ e ‘regime de verdade’ de Michel Foucault (1999) e na “teoria ator-rede” de Latour (1988), menciona alguns exemplos de nós ou elementos componentes de um Regime de Informação, como:

[...] transmissão de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, as infovias emergentes: são todos os nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação (FROHMANN, 1995, p. 2, tradução nossa).

O termo Regime de Informação vem sendo utilizado por diferentes autores da CI como um dos recursos de análise para abordar as relações entre política, informação e poder, demonstrando regras, normas, artefatos e dispositivos nos mais variados contextos sociais. De forma diferenciada, autores como Frohmann (1995), González de Gómez (2002), Braman (2004), Ekbja e Evans (2009) associam os termos “regime” e “informação” com o intuito de elaborar o conceito de Regime de Informação numa tentativa de compreender como os processos de informação se delineiam, ordenam-se e se estabilizam no âmbito de espaços sociais de informação ou espaços de significação (públicos ou privados; locais ou globais; técnicos ou sociais), numa sociedade guiada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) inseridas em uma forte economia de mercado (BEZERRA; SILVA, 2015).

Braman (1993, p. 234) define o Regime de Informação como “[...] uma ferramenta organizacional que foca na convergência de expectativas, considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesses particulares”. Para González de Gómez (2012, p. 43), Regime de Informação é o

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigente em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

Assim, o Regime de Informação é o espaço de relações e de trocas de informações e a maneira como as informações são produzidas, organizadas, armazenadas, disseminadas e usadas, delineando um horizonte informacional composto de diferentes atores que se relacionam presencialmente ou em rede e promovem mediações de informação e comunicação. Destarte, com a globalização e o desenvolvimento das TIC, na atualidade, essas mediações ocorrem em tempo real, com mais velocidade no âmbito dos regimes de informação, de forma intencional ou não intencional.

As necessidades de informação mudam o tempo todo e são regidas pela precisão de busca e uso de cada indivíduo. Elas são otimizadas por canais e recursos de informação e pelo intercâmbio de informações entre os atores sociais. No contexto da CI, autores como Frohmann (1995), Braman (2004), Gonzáles de Gómez (2002), Freire (2013), entre outros, vêm estabelecendo o conceito de Regime de Informação há, pelo menos, duas décadas, no que tange a esse espaço também denominado de Sociedade da Informação. González de Gómez (2008, p. 5) trabalha com um conceito de 'Regime de Informação' que designa

[...] uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos e distribuição - entre diferentes atores sociais, atividades e regiões - da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso de informação.

Nessa abordagem, os dispositivos de informação constituídos pelos Cursos de Arquivologia e a CI formam um conjunto variado de discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, filosóficos, morais e filantrópicos, produções científicas, normas e procedimentos profissionais, entre outros. Nessa Perspectiva, o Regime de Informação também é definido como um

[...] conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam esses usuários específicos ou públicos amplos. [O regime] está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas; interorganizacionais e intersociais. [Sendo constituído, assim,] pela figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência, etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999b, p. 24).

De acordo com Bezerra, Silva, Guimarães e Souza (2016, p. 61), no âmbito da CI, o Regime de Informação “[...] se configura como uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços”.

Freire (2010, p. 172) assevera que “a política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica”. A básica refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, enquanto a específica aborda os aspectos característicos de determinado setor de atividade, como, por exemplo, como afirma Branco (2001 *apud* FREIRE, 2010, p. 171-172):

[...] uma política para gestão da informação que contemple a produção de conteúdo de identidade cultural e o acesso livre a fontes de informação relevantes na Internet. Nesse caso, a política de informação estará voltada para objetivos e metas específicos, que lhe darão contornos próprios e inerentes ao respectivo espaço ou regime de informação [R/].

No campo da política de informação, o Estado e as Instituições seriam agentes privilegiados de sua elaboração e implantação, e a ciência e a tecnologia, como domínio de seu exercício.

Apesar de muitos e importantes esforços nas discussões durante as Reparq, é salutar destacar que os cursos de graduação em Arquivologia começaram a ser criados a partir da década de 1970 e ganharam maior impulso nas décadas de 1990 e 2000, este último escolhido como recorte do nosso estudo, por entender que os profissionais formados por estes cursos, contribuíram para a crescente produção de dissertações e teses com temáticas arquivísticas produzidas em diversos programas de pós-graduação, a maioria nas áreas de História e Ciência da Informação, posto

que só temos curso de mestrado profissional na área e nenhum doutorado na área de Arquivologia.

Assim, percebeu-se que a formulação das políticas de informação não consegue o sucesso alcançado nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, razão por que são necessários mais estudos e discussões a respeito de políticas de informação e do desenvolvimento de competências na geração de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC), bem como transformações nos modos de expressão e acesso cultural, nos processos de trabalho, nas práticas e nos modelos de gestão da administração pública e na esfera da empresa e dos negócios. De acordo com Doyle (1994, p. 3), os atores precisam ter atributos para adquirir competências em informação e agentes para efetivar uma boa gestão no processo de construção e compartilhamento da informação, tais como:

- 1) Reconhecer que uma informação precisa e correta é a base para uma tomada de decisão;
- 2) Reconhecer a necessidade de informação;
- 3) Formular questões baseadas em necessidades de informação;
- 4) Identificar fontes potenciais de informação;
- 5) Desenvolver estratégias de pesquisa bem sucedidas;
- 6) Saber acessar diversas fontes de informação, incluindo o computador e outras tecnologias;
- 7) Avaliar a informação;
- 8) Organizar a informação para aplicação prática;
- 9) Integrar informações novas a conhecimentos já adquiridos;
- 10) Utilizar a informação de uma forma crítica para a resolução de problemas.

Seguindo o mesmo raciocínio, González de Gómez (1999c, p. 69) afirma que “a gestão da informação envolve planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos”. A partir disso,

[...] a gestão da informação deve incluir, em dimensões estratégicas e operacionais, os mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação e, a partir disto, ela mesma ser disponibilizada como insumo útil e estratégico para indivíduos, grupos e organizações (PONJUÁN DANTE, 1998 *apud* MARCHIORI, 2002, p. 74).

De acordo com o autor, destaca-se como estratégia para os atores uma forma de vida de um Regime de Informação, no caso desta pesquisa, os docentes. Para isso, é necessário um conjunto de habilidades relacionadas às atividades de criação,

disseminação, busca e recuperação da informação, que podem ser classificadas em quatro categorias:

- ✓ **Habilidade de buscar a informação:** conhecer as fontes de informação, que podem ser físicas (bibliotecas, centros de documentação, arquivos...) ou virtuais (bibliotecas digitais e virtuais, sites, listas de discussões...);
- ✓ **Habilidade de filtrar a informação:** saber separar as informações relevantes e pertinentes de suas necessidades nesse mundo de excesso de informações;
- ✓ **Habilidade de organizar a informação:** saber processar a informação para recuperá-la quando for necessário;
- ✓ **Habilidade de utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação da informação:** saber navegar no ciberespaço, assim como utilizar as ferramentas interativas e de busca próprias desse canal de comunicação representado pela Internet.

Essas habilidades são de suma importância para que um profissional tenha sucesso na sociedade contemporânea. No Brasil, muitos docentes e pesquisadores ainda não dominam todas essas habilidades informacionais, principalmente as mídias digitais. Mas, pela própria natureza de suas atividades, esses profissionais estão mais próximos de desenvolver um alto nível de competência em informação. No caso dos professores, o processo de aquisição de competência em informação ainda está em constante desenvolvimento pessoal e entre seus pares, trazendo grande contribuição e ganho para a sociedade em rede.

Um dos maiores desafios da educação superior são as habilidades individuais e coletivas no uso da informação por parte dos estudantes (CAVALCANTE; PINTO; SILVA NETO, 2007). Seguindo essa linha de raciocínio, na Proclamação de Alexandria (2006), no eixo Competência Informacional para o Aprendizado e a Educação, recomendam-se as seguintes ações que podem contribuir para o desenvolvimento de rotina de investigação e verificação, tanto nas práticas formais quanto nas informais de educação, em todos os níveis e idades, nas atividades comunitárias e no ambiente de trabalho:

- ✓ Preparar educadores e desenvolver profissionais especializados no tema a fim de potencializar o aprendizado;

- ✓ Tomar decisões, na esfera educacional, com base nas evidências construídas a partir da relação da Competência em Informação, metas educacionais e resultados específicos esperados;
- ✓ Promover práticas pedagógicas ativas e voltadas para o aprendizado participativo;
- ✓ Proporcionar ambientes educacionais estimulantes e adotar a Competência em Informação como requisito necessário à educação, com avaliação e atribuição de créditos.

Percebemos que as atividades propostas envolvem técnicas para se lidar com as ferramentas de informação em relação ao acesso, à busca, ao processamento e à recuperação da informação que levem à produção de novos conhecimentos. Dessa forma, é possível pensar que a noção de Competência em Informação representa a habilidade de trabalhar com a informação de forma mais eficiente, otimizando sistematicamente todas as etapas envolvidas no processo, com o objetivo de facilitar a assimilação da informação e transformá-la em conhecimento. Martendal, Silva e Vitorino (2017, p. 22) ressaltam que

[...] a competência em informação, como disciplina inserida na Ciência da Informação, relaciona-se com o saber lidar com as fontes de informação e seu público, num processo em que a afinidade com o acervo dote o usuário de autonomia para buscar as informações de que necessita, fazendo-o ter proximidade ao arquivo, à biblioteca, ou outra unidade de informação [...] Inerente à Arquivologia, nota-se a presença dessas quatro dimensões que auxiliam o arquivista e também o usuário a apresentar uma visão holística das instituições e de sua documentação. O código de ética do arquivista, as ações de difusão propostas pelo arquivo e para os usuários, as políticas públicas que envolvem a manutenção das instituições e a conservação dos acervos, bem como a técnica empregada pelos profissionais no momento de exercer atividades como a descrição documental, são exemplos do caráter integrador que as dimensões assumem na Arquivologia.

Nesse contexto, o Regime de Informação dos Cursos de Arquivologia com as ações de informação, constituem um conjunto de estratos heterogêneos e articulados que se manifestam por meio de três modalidades, a saber: 1) de **mediação**: quando a ação está atrelada aos fins e à orientação de outra ação; seu domínio de constituição é a *práxis*¹⁰; 2) a **formativa**: orientada para a informação não como meio, mas como

¹⁰ “Práxis, em seu sentido amplo, é a atividade humana em sociedade e na natureza”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis>

sua finalização, que transforma e influencia as formas de vida, tendo como domínio a *poiesis*¹¹; 3) a **relacional**: quando uma ação de informação tem a finalidade de intervir em outra ação de informação, para obter relações, agindo no domínio da *legein*¹² (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004). Segundo a autora, as ações de informação acompanham a própria constituição do Regime de Informação enquanto conjunto de estratos heterogêneos e articulados, a saber:

- a) de **informação** (semântico-pragmática), estrato polimórfico que se define nos inúmeros setores da produção social sob a forma de ações narrativas;
- b) de **meta-informação**, estrato regulatório definido nos espaços institucionais do Estado, do campo científico, da educação formal, da legislação e dos contratos;
- c) de **infra-estruturas de informação**, estrato mimeomórfico dos objetos de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos” mediante “ações tecnoeconômicas, normas técnicas modelos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003a, p. 34).

Nesse contexto, a estrutura em redes mediada pela tecnologia é fundamental para o atendimento às necessidades informacionais e a perspectiva de um olhar global sobre os recursos de um Regime de Informação, seja ele local ou geral. No caso desta pesquisa, os cursos brasileiros de Bacharelado em Arquivologia resultam em ações de informação articuladas entre os estratos, como citado acima.

Segundo Brandão (1999, p. 144), além das instâncias virtuais, as organizações necessitam de novas formas de organização, quais sejam:

- a) **Organização adocrática** – é uma organização formada para um limitado período de tempo e flutua segundo a necessidade do momento.
- b) **Organização orgânica** – é uma organização autônoma e sistêmica, flexível e inovadora, que tem alta dependência de intercâmbios de informação e de conhecimento entre seus membros, orienta-se profissionalmente, é altamente descentralizada, tem baixos níveis de formalização e de hierarquia; a unidade da organização tanto pode ser de indivíduos quanto de equipes, e o poder é exercido por especialistas.
- c) **Organização em rede** – caracteriza-se, principalmente, por ter uma forte cultura de compartilhamento e de cooperação que contribui para a constituição de redes sociais e sociotécnicas e “tem as tecnologias

¹¹ “[*Poiesis*] A ação ou a capacidade de produzir ou fazer alguma coisa, especialmente de forma criativa”. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/poiesis/>.

¹² *Legein* é um verbo grego com uma amplitude e vigência do sentido do ser que desafia, historicamente, qualquer redução sua a significados semânticos. O verbo [...] abre horizontes de sentido que dizem a própria dinâmica histórica do acontecer da realidade”. Manuel Antônio de Castro. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Legein>.

de informação e comunicação como suporte” (BRANDÃO, 1999, p. 16).

d) **Organização virtual** – o termo é usado para se referir à habilidade específica de combinar competências essenciais por intermédio de diferentes organizações em condições de responder prontamente às oportunidades do mercado.

Nesta pesquisa, os itens **c** e **d** são mais pertinentes, porque o tema ‘Regime de Informação’ está inserido nos períodos disponíveis em rede, porquanto as Instituições que oferecem Cursos de Arquivologia e o quantitativo de docentes crescem consideravelmente, e a comunicação se estabelece cada vez mais de forma virtual. Nesse sentido, Rocha, Costa e Silva (2018, p. 262) ressaltam que,

[...] se for levado em conta uma instituição de grande porte, em especial as Universidades, Faculdades, Escolas, entre outras, fica impossível pensar em gerir as informações de forma rápida e com eficácia sem a utilização das tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, deve-se lembrar que as TIC sozinhas não conseguem fazer uma boa gestão da informação, existem *softwares* para facilitar e agilizar serviços. Todavia, pensar que eles sozinhos são a solução de tudo, é cometer um erro grave. É necessário ter pessoas capacitadas para saber usar essas tecnologias e também para estar sempre se atualizando frente aos avanços da tecnologia globalizada.

Assim, a matriz curricular da maioria dos Cursos de Arquivologia do Brasil vem passando por um processo de reestruturação em uma tentativa de promover uma harmonização curricular, como demonstrado nas discussões durante as Reparq. Goodson (1995) assegura que um currículo é uma construção social, primeiramente em nível da própria prescrição, mas, também em nível de processo e prática. Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 76) referem que “o currículo operacionalizado na prática da sala de aula não poderia ser captado pela metodologia utilizada, porém acredita-se que o currículo escrito ou formal é o que sustenta as práticas diferenciadas nas salas de aula da Arquivologia do Brasil”.

Goodson (1995, p. 21) define o currículo escrito como “um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização”. É na tentativa de se criarem instrumentos de composição de metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia que os pesquisadores Silva, Arreguy e Negreiros vêm trabalhando desde 2012, apresentando nas Reparq os resultados para embasar as discussões acerca da interferência das configurações acadêmico-institucionais.

[...] mais abrangente de se considerar, além das disciplinas inerentes a um curso de tal área, as necessidades e possibilidades institucionais para a implementação de um currículo de Arquivologia e a capacidade e especificidades do perfil docente para executá-lo (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2015, p. 120).

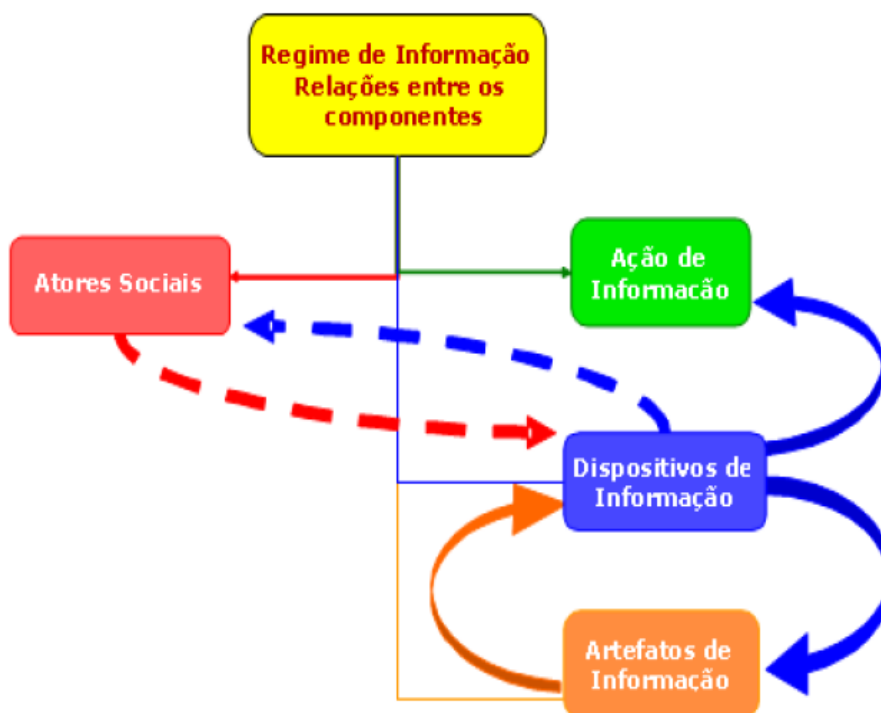
De modo que, é importante que as Instituições, especialmente as de ensino, implementem estratégias que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades, para que as políticas de informação sejam efetivadas. As instituições de ensino, em especial, as de nível superior, são espaços de trabalho coletivo, sobretudo os trabalhos intelectuais, quando os atores sociais, no cenário do Regime de Informação de uma forma de vida, constroem relações de (inter)ação e compartilham conhecimentos, percepções, experiências e vivências, “[...] de acordo em seus conceitos porque eles partilham uma realidade de ações passíveis e estão de acordo em suas ações porque eles partilham uma rede comum de conceitos” (COLLINS; KUSCH, 1999, p. 11).

Para Freire e Freire (2014, p. 277), “[...] no modelo de abordagem do Regime de Informação de González de Gómez, os estratos, os domínios e as modalidades das ações de informação são intercambiáveis em todo o processo de constituição do Regime de Informação pelos sujeitos sociais em um dado contexto”. Assim, entende-se que as ações de informação, nas instituições educacionais, são desenvolvidas por sujeitos identificados como docentes-pesquisadores e pesquisadores em formação, no escopo dos dispositivos representados pelos diversos projetos de pesquisa em desenvolvimento. No contexto dessa forma de vida acadêmica,

[...] a educação arquivística deve estar prioritariamente voltada para a qualificação de um tipo de profissional que vai lidar, a todo o momento, com a informação enquanto fenômeno complexo, cuja busca sempre renovada identifica a condição humana, marcada por duas grandes incertezas, capazes de abalarem (como já se deu historicamente) os paradigmas científicos clássicos e modernos – a incerteza cognitiva e a incerteza histórica (MORIN, 2002a, p. 59).

Nessa perspectiva, Delaia e Freire (2010) apresentam as relações entre os elementos do Regime de Informação assim representados:

Figura 1- Relações entre elementos do Regime de Informação



Fonte: DELAIA e FREIRE, 2008.

As relações entre a CI se estabelecem, sobretudo, na produção científica e se apresentam como conceitos transversais que devem ser explorados sob o ponto de vista teórico e epistemológico. Assim, é preciso verificar espaços de integração e dissociação entre ambos.

A proximidade dos Cursos de Arquivologia nos espaços descritos como áreas da CI pode ser vista sob o prisma das razões políticas, mas sem razão em termos acadêmicos, pois essa configuração institucional denota que a Arquivologia é uma subárea da CI, quando, na verdade, ela deveria estabelecer uma relação interdisciplinar não só com a CI, mas também com outros campos do conhecimento. Nesse contexto, também está inserido o Regime de Informação (JARDIM, 2011). Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 3) referem que a CI

[...] guarda inter-relação com organizações empresariais, sociedade, governos, instituições e mercados, relação essa pautada em atitudes éticas que pretendem estabelecer princípios ou comportamentos na seleção de formas alternativas de ação para apoiar indivíduos ou segmentos sociais determinados. Não estamos nos referindo necessariamente às ações inscritas em códigos formais de ética, mas, sim, a parâmetros referentes à conduta humana e a valores morais intrínsecos que culminam com o estabelecimento de atividades que aderem a critérios socialmente éticos ou socialmente responsáveis.

Percebe-se, então, que as relações entre os Cursos de Bacharelado em Arquivologia não são neutras, assim como a relação entre a Arquivologia, a CI e o Regime de Informação, o que demonstra que a demarcação do campo específico, como um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas na área, envolve atores sociais, ações de informação, dispositivos de informação e artefatos de informação. Para isso, é necessária uma política de informação.

2.1 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO

Segundo González de Gómez (2002, p. 27), “uma política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia”. A autora afirma que essa vinculação da informação com a política seria estabelecida por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas também como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico.

Sob o ponto de vista de González de Gómez (1999a, p. 67), uma política de informação compreende “o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro políticas”. Identificar e caracterizar um Regime de Informação possibilita efetivar, de modo estável, redes de gerenciamento de informações, por meio de canais comunicacionais que possibilitam o acesso dos usuários. É imprescindível saber como ocorre o processo de gestão da informação em determinado setor, para que se possa considerar a implantação de políticas de informação.

As colocações expostas mostram a importância da informação e do conhecimento para definir qualquer política pública, haja vista que, na contemporaneidade, apesar das observações de que enfrentamos um manancial de não informação (WURMAN, 1991), estamos diante de um binômio essencial a qualquer indivíduo e profissional em que “a informação e o conhecimento são insumos do fazer organizacional e fundamentais para o processo decisório” (VALENTIM, 2008, p. 20).

Foi a partir do Regime de Informação e, portanto, de Bernd Frohmann (1995), que González de Gómez (1999a, p. 63) propôs quatro conceitos de políticas de informação. O primeiro é de que essa modalidade de política é um “[...] conjunto de

ações e decisões orientadas para preservar e reproduzir ou mudar e substituir um Regime de Informação, [e] podem ser tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. No segundo conceito, as políticas de informação são definidas como um domínio coletivo de ação, em que há conflitos entre distintas formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio, às prioridades e às metas das ações de informação.

A terceira concepção considera essas políticas como orientações a respeito dos fins, dos valores e dos objetivos das políticas de informação, designando as figuras decisoriais e normativas do que é desejável e prioritário para um sujeito coletivo acerca da geração, da circulação, do tratamento e do uso da informação.

Por fim, na quarta definição, as políticas atuam como uma ação dirigida para consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos. Em cada contexto histórico e/ou em cada espaço de ação coletiva, há “[...] um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que forma parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b, p. 71). Nesse contexto pode-se levar em consideração que os quatro conceitos de políticas de informação definidos por González de Gómez fazem parte do Regime de Informação da Arquivologia e também da CI.

Llarena (2012) assevera que a sociedade atual, nomeada por diversas terminologias (sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade aprendente...), é reflexo da ideia de globalização, como destino inexorável da humanidade e de suas formas de organização e de relações. Permeia a produção teórica das ciências ditas pós-modernas, transformando-se quase em um fértil “campo de esporte intelectual”, que dilui a complexidade dos nexos global-local-global.

Revendo a ontologia do termo (globalização), em princípio, é possível pensar que o mundo se transformaria em grande massa singular unida por aliança universal. No entanto, diferentes formas e graus de participação social no processo de globalização trazem uma diferença crucial para sua forma. No caso de políticas públicas no domínio global, o mesmo acontece: o nível de participação social determina a diferença no planejamento, na implantação e na implementação e, sobretudo, em sua execução.

2.1.1 Política de Informação nos espaços do saber

As políticas de informação, na perspectiva da gestão de recursos informacionais, são determinantes no acesso (ou não) a serviços e às aplicações das tecnologias digitais de informação e de comunicação, o que contribui para o processo de GI. Por isso, Freire (2008) considera a democratização do acesso a esses recursos como um elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social, independentemente de sua natureza. No caso específico dos Cursos de Graduação em Arquivologia brasileiros, como política pública de inclusão social, mantém, dentre suas diretrizes internas, políticas que podem ser consideradas como informacionais, como os arquivos pessoais, as realidades documentais não tratadas do ponto de vista arquivístico e em especial, se for mantido um olhar diferenciado em relação as políticas e relacioná-las ao conceito de Regime de Informação.

Isso pressupõe que a informação e suas políticas são essenciais para valorizar a criação e compartilhamento do conhecimento organizacional embutidos nas práticas cotidianas, nos processos e nas normas da organização. É o conhecimento adquirido através da busca pela informação e do processo de aprendizagem mútua como um bem intangível (BUKOWITZ; WILLIAMS, 2002). Assim, é possível afirmar que as políticas de informação aferem à GI que, por sua vez, afere à Arquivologia a função de se utilizar de métodos, instrumentos, ferramentas e técnicas que ajudem as pessoas a explicitarem seu conhecimento no ambiente informacional. Sobre isso, Aun (2001) afirma que as políticas de informação demandam um:

- ✓ Programa – linha de ação com a participação continuada do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem a exigência de consultas públicas.
- ✓ Plano – programa (informacional) ativo, em curto prazo, orientado para construir culturas organizacionais, públicas e/ou privadas, operacionalizadas por metas de procedimentos objetivos, cuja inserção se dá em projetos de curto prazo.

Nesse sentido, a informação torna-se o fator-chave das políticas de informação que, segundo Jardim e Marcondes (2003), devem manter elementos básicos como: alcance e conceito de informação que a identificam; reconhecimento da informação como recurso nacional de valor estratégico sob a ótica econômica, científica e política; demarcação de responsabilidades quanto às políticas setoriais tanto nos aparelhos

(ideológicos) do Estado quanto, por adesão, na sociedade. Devem, ainda, contemplar aspectos administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos, de produção, de uso e de preservação das informações de natureza pública ou privada de interesse da população. Com essa amplitude, Barreto (2004) acrescenta que essas políticas precisam da convergência de mídias, de tecnologias e de serviços.

Quanto à Arquivologia brasileira, também necessita de uma política de informação bem fundamentada para que, “em um contexto nacional, um arquivista deve ter conhecimento, por exemplo, das fontes arquivísticas, da estrutura das instituições arquivísticas e sua história, da legislação que regulamenta a área e do uso dos arquivos” (RASTAS, 1992, p. 5). Assim,

[...] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem, o poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem a capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo (ARAÚJO, 1994, p. 84).

Isso reitera o fato de que as políticas públicas de informação se assentam em “[...] interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental” (BRANCO, 2006, p. 87), mas englobam práticas e ações informais de determinado contexto, no qual se mesclam pessoas e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por organismos formais. Reiterando Barreto (2004, p. 12), uma política de informação

[...] mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações [...] É um ritual de passagem de uma intenção formal de um discurso de Governo para implementação com uma ação coordenada, que induza e convença a terceiros a realizarem o que o Governo julga ser uma necessidade na área.

Para Branco (2006), uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens. A primeira - a **básica** – envolve os aspectos gerais da produção da informação, como os que estão atrelados às TIC, às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. A segunda – a **específica** - refere-se aos traços de certo setor de atividade, como, por exemplo, uma política para GI que contemple a produção de conteúdo de identidade cultural e o acesso livre às fontes de informação relevantes na internet e reitere o livre acesso e o compartilhamento dessas informações em ambientes propícios para esse compartilhamento, construindo o capital intelectual da instituição. É o momento em que a política de informação prioriza metas e objetivos

específicos que imprimirão seu perfil peculiar e inerente ao respectivo espaço ou ao Regime de Informação (FREIRE, 2008).

É nesse ponto que a GI se prontifica a contribuir com a esfera pública, quando se propõe a se estabelecer como ferramenta das decisões ou cria e sugere estruturas para gerenciar o comportamento informacional dos atores envolvidos na política, na direção dos resultados esperados. Assim, minimiza problemas de informação incompleta ou imperfeita, os de tempo para a tomada de decisão e autointeresse dos decisores, entre outras coisas (FERNANDES, 2007). Além do mais, a GI, nesse sentido, amplia o âmbito de ação da esfera pública e a gestão dos recursos informacionais, principalmente no tange aos recursos tecnológicos tão próprios das organizações contemporâneas.

Inferimos, ainda, que uma sociedade baseada no uso intensivo de conhecimentos produz, simultaneamente, fenômenos de mais igualdade e desigualdade, mais homogêneos e mais diferentes (AUN, 2001). Aprender a aprender, aprender a agir, aprender a pensar e aprender a fazer são atitudes que decretam relações horizontais, de identidade e de interconexões, o que justifica a posição de Albagli (1999), quando argumenta que o desafio das políticas de informação, no mundo globalizado, é a atenção para os aspectos territorializados, para a cultura local, o respeito às diversidades e, sobretudo, a integração de uma inteligência coletiva nos espaços de informação.

2.1.2 Inteligência coletiva para o compartilhamento de informações

O precursor do termo inteligência coletiva é o filósofo Pierre Lévy (1999), que a define como uma inteligência repartida globalmente, em tempo real, em busca de uma democratização das informações. Isso quer dizer que as habilidades de cada indivíduo são utilizadas para o bem do coletivo e compartilhadas por meio das tecnologias.

Nesse contexto, a CI se preocupa com “[...] o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até sua utilização, e a sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, através de uma variedade de canais” (BARRETO, 2002, p. 23). Esse processo não é diferente na Arquivologia, pois, da mesma forma, os processos de aprendizagem e os serviços de colaboração implicam o envolvimento e o comprometimento de se fortalecer uma inteligência coletiva. Pierre Lévy defende a

hipótese de que é possível produzir dispositivos que materializem efetivamente a inteligência coletiva e que

[...] essas novas formas de organização cooperativa, hoje explorada em diversos dispositivos locais ou internacionais do ciberespaço, têm como principal característica *valorizar e compartilhar* a inteligência distribuída em toda parte nas comunidades conectadas e colocá-la em sinergia em tempo real (LÉVY, 2000, p. 188, tradução nossa).

Bembem e Costa (2013, p. 142) enunciam que “a inteligência coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados”. Isso significa que o projeto da inteligência coletiva configura-se como um contínuo processo de crescimento e retomada mútua das individualidades.

Nesse cenário de interação, convivem instituições e atores sociais com histórias, objetivos e características muito diferentes que mantêm distintas relações com o mundo contemporâneo e a inteligência coletiva. Isso se deve também à democratização do saber, que está sendo pressionada pelas TIC e pela globalização, reconfigurando os valores e as formas de produção e disseminação da informação, a ampliação do número de pessoas a serem formadas e os modos de gerir e de financiar as universidades.

Na vertente ligada à Arquivologia e à CI, encontram-se autores que se esforçam para articular aspectos microssociais e macrossociais voltados para a inteligência coletiva, presentes, por exemplo, nas relações interdisciplinares estabelecidas entre essas ciências e os conhecimentos gerados por elas e que podem ser efetivos e compartilhados na sociedade contemporânea (SILVA, 2012), nas relações entre as fronteiras estabelecidas por essas disciplinas que demarcam as diferentes profissões (PINHEIRO, 2013), nas relações entre as correntes de pensamento das Ciências Sociais Aplicadas, a Arquivologia e a CI, gerando saberes científicos específicos das áreas (TANUS, 2016), porém complementares, e nas relações entre a ética da informação e a inteligência coletiva como objeto de estudo nas duas áreas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017).

Lévy (2001, p. 85, grifo do autor) argumenta que a primeira comunidade que se organizou como inteligência coletiva, independentemente das barreiras, foi a científica. O autor ressalta que,

[...] no espaço intelectual aberto pela comunidade científica, todas as ideias estão em competição cooperativa para atrair o máximo de atenção. A capacidade de interessar sem recorrer a argumentos de autoridade, à força ou a meios desleais são essenciais ao funcionamento do meio científico *porque a finalidade própria desse meio é funcionar como inteligência coletiva*.

É nesse espaço de atividades cooperativas que docentes e pesquisadores, no caso desta pesquisa, docentes, pesquisadores e profissionais da área de Arquivologia devem proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações na sociedade da informação, questionando sobre os modos de pensar, sentir, agir, produzir e disseminar a informação na sociedade em rede, considerando que as relações entre as instituições, os docentes e os pesquisadores precisam se constituir como espaços de formação e aprendizados contínuos, que necessitam de realização de projetos conjuntos. Segundo Lévy (1999b), nessa relação com o campo científico, como coletivo intelectual, os pesquisadores utilizam dispositivos para se organizar em um espaço de signos dinâmico, constantemente traduzido e ressignificado pelos desejos coletivos com a consciência de que se pode construir conhecimentos coletivamente.

Os avanços científicos alcançados nas últimas décadas em direção à produção, à compreensão e à transformação mundial acabaram por fragmentar o conhecimento, a comunicação e o diálogo entre os cientistas. Isso foi herdado do grande volume de informação gerada a cada dia, a cada instante. Por isso, acredita-se que o todo seja sempre maior do que a soma das partes ou das qualidades humanas individuais. Segundo Lévy (1999b, p. 32),

[...] longe de fundir as inteligências individuais em uma espécie de magma indistinto, a inteligência é um processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades. A imagem imóvel que emerge de suas competências, de seus projetos e das relações que seus membros mantêm no Espaço do saber constitui para um coletivo um novo modo de identificação, aberto, vivo e positivo.

Os que partilham conhecimento e informação consideram que essa condição da vida contemporânea é, em grande parte, constituída pela ação da universidade, dos docentes e dos pesquisadores capazes de ajudar a sociedade a (con)viver com o inteligente coletivo com o próprio caráter institucional e suas perspectivas orientadoras na produção do conhecimento, como também na formação de profissionais, através de eventos, debates, discussões, entre outros.

Ressalte-se, entretanto, que é necessário abertura, flexibilidade e reflexão, mas, contudo, isso só pode existir no plano institucional se estiverem presentes os atores que constituem esses espaços informacionais, com características institucionais, bem como pessoais, porque a flexibilidade e a capacidade de refletir são qualidades essenciais para a Academia. Lévy (1999b, p. 31) afirma que,

[...] interagindo com diversas comunidades, os indivíduos que animam o espaço do saber, longe de serem os membros intercambiáveis das castas imutáveis, são, ao mesmo, similares, múltiplos, nômades e em vias de metamorfose (ou de aprendizado) permanente.

Se os espaços do saber (universidades) continuarem a produzir e a disseminar informações que possam também oferecer elementos para nossa própria compreensão, possibilitando ampliar nossas ações sociais, melhorar as condições de vida acadêmico científica e as relações das pessoas entre si, o mundo e entre os pares, as relações se fortalecem, conseqüentemente a ciência também. Segundo Marcondes e Sayão (2002, p. 43),

[...] nessa ciência tão institucionalizada, não existe praticamente lugar para o gênio isolado, capaz de dar conta de uma descoberta científica do início ao fim. A ciência atual é fundamentalmente um trabalho coletivo, em que pesquisadores e grupos de pesquisa trabalham sobre resultados já obtidos por seus pares, e tem como objetivo acrescentar um tijolo a mais em um vasto edifício.

Assim entendidos, os espaços do saber se constituem para assegurar a livre manifestação do pensamento, responder às necessidades da coletividade e melhorar a interação entre os sujeitos coletivos e administrar de maneira participativa e propiciar a divisão de saberes. Lévy (1999b, p. 145) ressalta que, “no Espaço do saber, os intelectuais coletivos reconstituem um plano de imanência da significação no qual os seres, os signos e as coisas voltam a encontrar uma relação dinâmica de participação recíproca”. Esses espaços assumem-se, portanto, como lugares na sociedade da informação com autonomia e comprometidos com estudos, pesquisas e prática dos conhecimentos existentes para os sujeitos coletivos. De acordo com González de Gómez (1999b, p. 22),

[...] sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras [que] podem ser considerados como 'formas de vida'. Nelas se organizam vivências e interpretações intersubjetivas. Nelas, para nós, se definiriam quais os 'testemunhos' de informação que serão aceitos nos processos de comunicação, inferência ou argumentação.

Ao analisar os Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil com os respectivos docentes, sob o ponto de vista de um Regime de Informação, espaço do saber, é possível compreendê-lo não só pelo seu aspecto físico ou virtual (*sites* dos cursos, currículo Lattes dos docentes), mas também pela constituição, pela unidade de uma cultura informacional através de sua identidade ou forma de vida, em que geralmente coexistem sentidos, significados e significações.

Assim, os docentes dos Cursos de Arquivologia devem ser reconhecidos não somente por causa do lugar de onde “falam”, mas também pela linguagem que utilizam, geralmente condicionada por sua ‘forma de vida’. É através dessa linguagem ou forma de vida, bem como pelo uso que fazem do sistema conceitual de uma área de conhecimento, que são reconhecidos por seus pares.

3 ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

A Arquivologia despontou no Brasil devido à necessidade de preparar profissionais com habilidade para organizar e disponibilizar documentos, principalmente a partir do Século XVIII. Entretanto, só foi iniciada, efetivamente, no Século XX, mais especificamente, nos anos da década de 1970, nas instituições federais de ensino superior (IFES), próximo a promulgação da Lei nº 6.546/1978 que reconhece a profissão de arquivista. A partir de então, os cursos começaram a se expandir. Nesse cenário, para que os profissionais tivessem uma formação adequada, as escolas de formação passaram a abalizar teorias que embasavam o fazer arquivístico, dando mais suporte às práticas.

Com o crescimento dos cursos de graduação, esse caminho indicou que houve impacto também na pós-graduação. Segundo Marques (2013), em sua trajetória, a Arquivologia teve influência dos movimentos sociais, econômicos, culturais e políticos, o que contribuiu para que a área tivesse um caráter disciplinar, com práticas, estudos, pesquisas, formação e debates constantes. A autora afirma que

[...] a Arquivologia, como todas as disciplinas e áreas do conhecimento, é marcada por modelos, crises, avanços e recuos, configurados em tendências históricas, que lhe conferem identidade no espaço científico ao longo do tempo” (MARQUES, 2013, p. 37).

Convém enfatizar que as interferências que configuraram as tendências históricas são peculiares para cada curso, porque há diferenças entre eles, no que diz respeito ao momento em que o curso foi constituído, levando em consideração a proposta do Projeto Político de Curso (PPC) de cada um, conforme será abordado no campo metodológico desse trabalho.

Segundo Souza (2012, p. 135) “outros espaços de ensino do Brasil são os congressos de Arquivologia, com a promoção de cursos de curta duração, inclusive para profissionais sem formação específica em arquivística, mas que atuam nos arquivos”. Esses espaços dão suporte ao fazer arquivístico.

Nesse contexto, o caminho percorrido pelos cursos começou a ser mais observado, e a área passou a ter mais visibilidade na contemporaneidade, com a realização das Reparq, a partir de 2010, e que, em 2017, passou a ser realizada pelo Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

A **I Reparq** aconteceu na Universidade de Brasília (UnB), entre os dias 7 e 9 de junho de 2010, e foi organizada em três eixos fundamentais: pesquisa e formação arquivística no mundo atual; dimensões particulares da pesquisa em Arquivologia, incluindo a pós-graduação no Brasil, e o histórico e a situação atual do ensino e da pesquisa nos Cursos de Arquivologia no Brasil. Na época, esse cenário foi constituído pelos 15 cursos¹³ existentes no país.

O evento teve como produto o livro **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**¹⁴. Segundo Marques; Roncaglio e Rodrigues (2011, p. 13), essa primeira edição da Reparq possibilitou

[...] uma visão ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica da graduação em Arquivologia no Brasil, as particularidades de cada curso no percurso de sua fundação até sua consolidação, bem como seus problemas e desafios identificados no momento do evento pelos docentes representantes de cada um.

A autora complementa que, naquele momento, o evento demonstrou a força da “inteligência coletiva” na área, uma vez que a Arquivologia vem, desde os primeiros cursos, tentando interagir com os pares (docentes e pesquisadores), com o mundo e com a sociedade para detectar os problemas atuais e prospectar os desafios futuros.

A **I Reparq** recomendou uma segunda edição do evento, que aconteceu no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2011. A **II Reparq** foi promovida pela Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), em parceria com o Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), e teve como produto o livro **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**¹⁵. A discussão do evento girou em torno da reflexão sobre o amplo panorama do que estava sendo produzido em Arquivologia no Brasil.

A publicação do livro da **II Reparq** foi um momento especial para a UNIRIO que, que, naquela ocasião, estava iniciando o primeiro Mestrado (*strictu sensu*) na área de

¹³ Universidade Federal de Santa Maria (1976); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1977); Universidade Federal Fluminense (1978); Universidade de Brasília (1990); Universidade Estadual de Londrina (1997); Universidade Federal da Bahia (1997); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999); Universidade Federal do Espírito Santo (1999); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003); Universidade Estadual da Paraíba (2006); Universidade Federal da Paraíba (2008); Universidade Federal do Rio Grande (2008); Universidade Federal de Minas Gerais (2008); Universidade Federal do Amazonas (2008) e Universidade Federal de Santa Catarina (2009).

¹⁴ o livro só foi publicado na edição impressa e está disponível em algumas editoras para compra.

¹⁵ O livro está disponível em alguma editoras para venda.

Arquivologia no Brasil: Mestrado profissional em gestão de documentos e arquivo, certamente na perspectiva de consolidar a área no campo científico.

Na segunda edição do evento, ficou decidido que ele aconteceria a cada dois anos. Atualmente, ocorre em anos ímpares. Dessa forma, a **III Reparq** foi realizada pelo Instituto de CI da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na cidade de Salvador, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina. O evento teve como resultado o livro **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**¹⁶, cuja proposta, segundo os organizadores, partiu do princípio de que a institucionalização da Arquivologia como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontrava-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e à própria afirmação da área na esfera internacional.

A **IV Reparq** ocorreu em João Pessoa, na Paraíba, e foi promovida pelos Cursos de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), entre os dias 3 e 6 de agosto de 2015, no Campus I da UFPB. Como resultado, o evento publicou o e-book intitulado **Cartografia da pesquisa e do ensino em Arquivologia no Brasil: IV Reparq**¹⁷. O documento levantou muitas questões, entre elas as reflexões de José Maria Jardim questionando sobre a oferta de vagas para docentes com a graduação em Arquivologia nos Cursos de Arquivologia e sobre a ciência e sua relação com a pesquisa científica, uma vez que a Arquivologia é uma área no campo das Ciências Sociais, embora ainda não consolidada.

A **V Reparq** foi promovida pela Escola de CI (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre os dias 7 e 10 de novembro de 2017. Como produto final do evento foi publicado o e-book **Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos**¹⁸. De acordo com os organizadores do documento, o conteúdo do livro reflete a maturidade e a consolidação da área nos últimos anos.

A **VI Reparq** aconteceu em Belém do Pará, entre os dias 4 e 6 de setembro de 2019, sendo promovida pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). O evento teve como tema central '**A pesquisa e o ensino em Arquivologia: perspectivas na era digital**' e o resultado final foi um e-book com todos os trabalhos

¹⁶ Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21127/3/Perfil-evolucao_RI.pdf

¹⁷ Disponível em:

<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/96/24/435-1?inline=1>

¹⁸ Disponível em: <http://vreparg.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf>

apresentados¹⁹. O professor Thiago Henrique Bragato Barros, prefaciador do e-book destacou que o evento foi o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na Região Norte do país, no campo da Arquivologia, o que representa um marco para área e que a temática da VI Reparq discutiu sobre perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e da pesquisa, consolidando a Arquivologia como uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos.

Observou-se que a primeira edição da Reparq reuniu praticamente apenas coordenadores dos cursos, os quais, ao perceber a importância e o alcance do evento para a área, convocaram para as versões seguintes docentes, pesquisadores, pós-graduandos, graduandos e demais profissionais ligados à área de Arquivologia do Brasil e fora dele. Nesse contexto, a trajetória dos Cursos de Graduação em Arquivologia do Brasil foi se expandido de forma vertiginosa, como pontuado nas Reparq, oferecendo elementos para a tentativa de uma harmonização curricular, que poderá ampliar as ações de informação e melhorar as condições dessa forma de vida acadêmico-institucional, porque se trata do maior evento acadêmico-científico da área, de modo a proporcionar uma relação dos atores sociais entre si e o mundo, ampliando a formação arquivística no Regime de Informação da comunidade acadêmica.

Outro ponto ressaltado nas Reparq diz respeito às discussões que abordaram o tema 'harmonização curricular', conforme discutido no segundo evento. A partir da terceira edição, foram apresentadas pesquisas, como mostra o quadro 1 abaixo:

¹⁹ Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/15sKY9eiBeCjJrnOywd89i-InKbXppGge/view?ts=5edfaf72>

Quadro 1 - Pesquisas sobre **harmonização curricular** apresentadas nas Reparq (2010 a 2019)

Evento	Trabalhos	Autores	Instituição promotora
III Reparq 2013	DA ARQUIVOLOGIA QUE FAZEMOS: mapeamento dos currículos dos Cursos de Arquivologia no Brasil	Welder Antônio Silva; Cíntia Chagas Arreguy e Leandro Negreiros	UFBA
IV Reparq 2015	HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos Cursos de Arquivologia no Brasil	Welder Antônio Silva; Cíntia Aparecida Chagas Arreguy e Leandro Ribeiro Negreiros	UFPB/UEPB
V Reparq 2017	CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: rumo a uma harmonização curricular possível	Welder Antônio Silva; Cíntia Aparecida Chagas Arreguy e Leandro Ribeiro Negreiros	UFMG
VI Reparq 2019	PERFIL ACADÊMICO DOS INTEGRANTES DO GRUPO DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (EPARQ)	Evelin Mintegui; Roberta Pinto Medeiros	UFPA
	O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ERA DIGITAL: o caso do Curso de Arquivologia da UFES	Tânia Barbosa Salles Gava; Luciana Itida Ferrari; Margarete Farias de Moraes	

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As discussões sobre os temas apresentados destacam a necessidade de se pensar em uma harmonização curricular possível. Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 76) ressaltam que “o campo da Arquivologia precisa estabelecer seus pilares, para a construção de um diálogo entre cursos, respeitando as necessidades e especificidades regionais”. Os autores reforçam que “não se poderia pensar em harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia do país sem se considerar o contexto regional, a capacidade docente da instituição, o mercado laboral e as configurações acadêmico-institucionais – e do perfil docente” (SILVA; ARREGUY E NEGREIROS, 2015, p. 175).

Essas questões foram pontuadas e discutidas nas Reparq e levaram os coordenadores dos cursos e os NDE a repensar seus PPC quando fossem reestruturar os currículos, porque é papel do docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação profissional e humana dos discentes, levando em consideração cada região, de forma que, pensar, sentir, agir, produzir e distribuir conhecimento sejam ações atuais e atuantes na e para a sociedade. Assim, os atores sociais precisam desenvolver a competência profissional que está “relacionada a indivíduos ou equipes de trabalho, integrando aspectos

técnicos, cognitivos, sociais e afetivos relacionados ao trabalho” (BRANDÃO, 1999, p. 28).

É nessa perspectiva de valorização e capacidade docente que a harmonização curricular precisa caminhar, discutindo sobre temas que perpassem o cotidiano dos Cursos de Arquivologia – PPC, autonomia, identidade, profissionalização dos docentes, cultura, regionalidade, a importância do conhecimento e da informação na sociedade contemporânea, como também a ação coletiva e interdisciplinar, entre outros – articulados ao contexto institucional, às políticas de informação que, muitas vezes, precisam ser confrontadas com as experiências de outros contextos universitários e com as teorias.

Assim, considerando as relações entre as instituições formadoras dos arquivistas brasileiros, é possível e deve-se construir um espaço de formação contínua para docentes, pesquisadores, discentes e pesquisadores em formação. Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 77) enfatizam que

[...] valorizar a pesquisa e entender a graduação como etapa de uma educação continuada e necessária à formação de profissionais capazes de aprender continuamente e refletir sobre a prática profissional é algo que deve ser buscado nesse contexto de revisão curricular.

Para responder aos desafios constantes na transformação necessária das matrizes curriculares dos Cursos da Graduação em Arquivologia, o papel dos atores sociais deve evoluir. Sob esse prisma, a harmonização curricular não deve caminhar sozinha. Portanto, é necessário discutir sobre reestruturações curriculares, e isso vem acontecendo quase que simultaneamente nas Repaq, segundo os trabalhos pontuados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Pesquisas sobre **reestruturação curricular** apresentadas nas Reparq (2010 a 2019)

Evento	Trabalhos	Autores	Instituições promotoras dos eventos
II Reparq 2011	IMPACTOS DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA FORMAÇÃO DE ARQUIVISTAS NO BRASIL	Daniel Flores; Fernanda Kieling Pedrazzi e Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues	UNIRIO/UFF
III Reparq 2013	DA ARQUIVOLOGIA QUE FAZEMOS: mapeamento dos currículos dos Cursos de Arquivologia no Brasil	Welder Antônio Silva; Cíntia Chagas Arreguy e Leandro Negreiros.	UFBA
	FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: análise da influência acadêmico-institucional	Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus e Carlos Alberto Araújo	
	UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO MÍNIMA PARA OS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	Flávia Helena Oliveira e Renato Tarciso Barbosa de Sousa	
	GESTÃO DE DOCUMENTOS: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo federal	Djalma Mandu de Brito	
	A REPARQ E A PROPOSTA DE UMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO: balanço e perspectivas	Cynthia Roncaglio	
IV Reparq 2015	HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos Cursos de Arquivologia no Brasil	Welder Antônio Silva; Cíntia Aparecida Chagas Arreguy e Leandro Ribeiro Negreiros	UFPB/UEPB
	A ENTRADA DE ARQUIVISTAS E TÉCNICOS DE ARQUIVOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2012: sua relação com os egressos dos Cursos de Arquivologia e o quantitativo de ministérios existentes	Djalma Mandu de Brito	
	ELEMENTOS TEMÁTICOS DA PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA CONTEMPLADOS NO PERIÓDICO CIENTÍFICO PONTO DE ACESSO	Kátia de Oliveira Rodrigues; Sérgio Franklin e Eliete Lima	
V Reparq 2017	CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: rumo a uma harmonização curricular possível	Welder Antônio Silva; Cíntia Aparecida Chagas Arreguy e Leandro Ribeiro Negreiros	UFMG
	RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS A FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS	Evelin Melo Mintegui; Roberta Pinto Medeiros e Thiago Henrique Bragato Barros	
	PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Igor José Garce e José Maria Jardim	

	ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: manutenção, guarda e acesso	Zenóbio Santos Júnior; Luiz Cláudio Gomes Maia e Ana Maria Pereira Cardoso	
VI Reparq 2019	O ENSINO DAS DISCIPLINAS DAS ÁREAS DE CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NA ARQUIVOLOGIA: um balanço de dez anos de experiência	Ivana D. Parrela	UFPA
	PRESENÇA DE DISCIPLINAS SOBRE USUÁRIOS NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA BRASILEIROS	Rodrigo A. Duarte e Camila Costa	
	A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Juliana de Mesquita Pazos e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt	
	(RE)PENSAR O CURRÍCULO: a experiência de revisão curricular do Curso de Arquivologia da UFMG	Mariana Batista do Nascimento e José Francisco Guelfi Campos	

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que estabeleceu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e criou “condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior” (BRASIL, 2014).

Numa perspectiva mais ampla, vê-se o quanto é importante o ato de repensar as condições e as oportunidades que o Reuni trouxe para os cursos superiores, no caso desta pesquisa, os Cursos de Graduação em Arquivologia. Nesse aspecto, docentes e pesquisadores vêm, ao longo da construção e da reestruturação das matrizes curriculares dos cursos, tentando dar mais ênfase a essa temática também em eventos como as Reparq.

Com o Reuni, foi necessário discutir com mais profundidade sobre as matrizes curriculares (reestruturação) dos cursos, usando estratégias de integração entre docentes, as graduações e as pós-graduações, como visto em trabalhos apresentados e discutidos nos NDE e nos eventos da área, com destaque para as Reparq, como mostra o Quadro 2.

Jardim (2011, p. 59) ressalta que, depois da década de 1990, a Arquivologia, no cenário brasileiro, no âmbito do ensino e da pesquisa, ampliou-se nos seguintes aspectos:

[...] dos canais para a formação de arquivistas (fundamentalmente, a graduação, algumas experiências de pós-graduação lato sensu e a ausência de pós-graduação stricto sensu); dos eventos científicos na área; da produção de conhecimento nas universidades; do número de doutores, na universidade, envolvidos com a docência em arquivologia; e da difusão do conhecimento arquivístico.

No contexto das Universidades, a Arquivologia ocupa um lugar central na sociedade da informação porque é a principal produtora de conhecimento científico, técnico e artístico e tem a capacidade de seguir indagando sobre si mesma e gerar sentido para sua contínua evolução, o que faz com que a reestruturação curricular dos cursos seja necessária. Nesse panorama, Morin (2009, p. 17-18) destaca que

[...] uma forte pressão adaptativa pretende adequar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas e administrativas do momento, aos últimos métodos, às últimas imposições do mercado, assim como reduzir o ensino geral e marginalizar a cultura humanista.

A despeito dessas reflexões, a incorporação da universidade na dinâmica social, como tem ocorrido, traz consequências importantes, principalmente para a docência. Então, se é verdade que os Cursos de Arquivologia vêm se modificando

desde que foram criados na década de 1970, no que diz respeito à sua orientação, organização e reestruturação, há que se reconhecer que, de dez anos para cá, as demandas advindas da sociedade se aceleraram e se intensificaram, provocando uma grande transformação nas estruturas das matrizes curriculares. Por isso mesmo, os cursos têm mostrado que podem criticar o próprio campo institucional e suas perspectivas em relação à produção do conhecimento e à formação de profissionais.

A reestruturação curricular tem sido um convite para debate, para as trocas de saberes e abre um espaço para a manifestação de intenções mais conservadoras e favoráveis à restrição do debate e de intenções transformadoras e fomentadoras da discussão, o que possibilita conter, em si mesmo, o potencial para enfrentar as diversidades futuras. Características como abertura, flexibilidade e reflexão constituem marcas do mundo acadêmico.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa de cunho científico precisa ser entendida como uma atividade científica que se baseia em teorias, métodos, técnicas e outros procedimentos capazes de encontrar respostas e soluções para os problemas que são propostos em determinada realidade. De acordo com Minayo (2001, p. 17), “a pesquisa ainda é responsável por dar subsídios para a atividade de ensino, além de mantê-la atualizada frente à realidade do mundo dinâmico”. A autora reconhece que, “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”, ou seja, “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido em primeiro lugar, um problema na vida prática”. Partindo desse pressuposto, Flick (2009, p. 29) ressalta que

[...] isso demonstra que pessoas, instituições e as interações envolvidas na produção de realidades nas quais elas vivem ou ocorrem, e que esses esforços produtivos se baseiam em processos de produção de sentido. As circunstâncias de vida “objetivas” se tornam relevantes para a realidade, pelo menos em grande medida, por meio dos sentidos subjetivos atribuídos a elas. Se quisermos entender esses processos de produção de sentido, devemos começar por reconstruir a forma como as pessoas, as instituições e as comunicações constroem seus mundos ou a realidade social em nossa pesquisa.

Assim, a metodologia de um trabalho de pesquisa constitui-se de um conjunto de etapas e técnicas para se alcançar determinado fim. Minayo (2004, p. 22) refere que é “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”.

Para um melhor delineamento do percurso metodológico, segue o Quadro 3 com as etapas percorridas e sua descrição.

Quadro 3 - Percurso metodológico

Tipo da pesquisa	Abordagem	Método
Descritiva	Qualiquantitativa	Indiciário (Ginzburg) Brauseio (Araújo)
Campo de Pesquisa	Instrumentos e técnicas de coleta de dados	Análise dos dados
Campo empírico: instituições que sediam os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil <i>Corpus</i> da pesquisa: docentes do quadro efetivo dos cursos criados a partir do ano 2000	Pesquisa documental	Análise bibliométrica
	Pesquisa bibliográfica	Análise de conteúdo

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A pesquisa se caracterizou como descritiva, na qual, segundo Rudio (2009, p. 69), “o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para

modificá-la” e descreve, por meio de análises documentais, as características dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, mapeando os elementos dos regimes de informação dos atores sociais na Plataforma Lattes a partir da verificação descritiva de um fenômeno. Assim,

[...] a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Estudando o fenômeno, a pesquisa descritiva deseja conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam. (RUDIO, 2009, p. 71).

Isso faz com que a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalhe com dados ou fatos escolhidos da própria realidade. Esses dados precisam ser coletados e registrados ordenadamente, para que o estudo propriamente dito possa ter seu curso. Esse tipo de pesquisa abrange aspectos gerais e amplos de um contexto, analisando e identificando as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação, a classificação e as relações de causa e efeito. Não interfere na realidade, apenas descreve e interpreta os fatos que influenciam o fenômeno estudado, estabelecendo correlação entre as variáveis.

Outro ponto que caracteriza esta pesquisa como descritiva é porque descreveu, por meio de análises documentais, as características dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, mapeando os elementos do Regime de Informação dos eixos perfil institucional e perfil docente, este último coletado na Plataforma Lattes.

Os objetivos nos levaram a perceber que esta pesquisa teve uma abordagem na organização e na análise dos dados quantitativa e qualitativa. Esse enfoque simultâneo caracterizou a complementaridade e a concretização possível para a pesquisa.

Para a análise quantitativa, os resultados foram expressos em forma de quantificação e organizados em quadros, e a coleta dos dados quantitativos foi feita nos PPC dos cursos que têm sites e na Plataforma Lattes (documentos digitais). O foco foi dirigido para os cursos criados a partir dos anos 2000, e os dados coletados abrangeram os docentes, por curso, do quadro efetivo; os atores sociais com pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) na área de Ciências Sociais Aplicadas e os atores sociais com projetos de pesquisa relacionados à área de Arquivologia. Os resultados da pesquisa foram quantificados para, posteriormente,

proceder-se à interpretação dos dados, aproximando-se da análise qualitativa, foco de estudo do segundo momento desta pesquisa.

Gomes (2004. p. 25) ressalta que, como o próprio nome diz, “quantitativo significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coletas de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas, como porcentagem, média, desvio padrão etc.”. Esse método procura descobrir e classificar a relação entre as variáveis, assim como investigar a relação de causalidade entre fenômenos: causa e efeito.

Para coletar os dados quantitativos, recorreu-se à bibliometria - ou método bibliométrico - que é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, da disseminação e do uso da informação registrada. Esse termo foi utilizado pela primeira vez por Allan Prichard, em 1969, para designar essa técnica direcionada ao tratamento quantitativo e ao comportamento dos textos registrados (FIGUEIREDO, 1977). Autores franceses atribuem a Paul Otlet o uso, pela primeira vez, do termo bibliometrie, em seu Tratado de Documentação de 1934 (SILVA; HAYASHI, HAYASHI, 2011). Contudo, independentemente do criador da bibliometria, os estudos métricos da informação registrada possibilitaram a CI a formação de sua base teórica e o desenvolvimento de pesquisas no campo (URBIZAGASTEGUI ALVARADO, 1984).

Na análise qualitativa, foram organizadas as categorias temáticas ou reuniões de significados semelhantes, visando posterior análise e interpretação, utilizando a transcrição dos dados coletados. Para Caregnato e Mutti (2006, p. 682), “[...] a abordagem qualitativa se considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem”.

No que diz respeito ao enfoque qualitativo, configura-se quando se interpretam os resultados quantitativos por meio de uma análise reflexiva que estabeleça a relação das variáveis, observando o contexto das “condições sociais, institucionais e ambientais em que as vidas das pessoas se desenrolam” (YIN, 2016, p. 7). Para Denzin e Lincoln (2006), essa abordagem consiste na interpretação do mundo. Assim, o ator-pesquisador estuda os fenômenos em seus cenários naturais, investigando como as pessoas conferem os significados aos fenômenos. A ênfase qualitativa contribuirá “com o processo de mudança de determinado grupo” (RICHARDSON, 2012, p. 80).

Outro ponto que difere a abordagem quantitativa da qualitativa é que esta última não emprega dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema de pesquisa. Gomes (2004, p. 25) assevera que a diferença está “no fato de que o método qualitativo não tem pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”. A autora enfatiza, ainda, que

[...] a utilização da abordagem qualitativa possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos dinâmicos, em maior grau de profundidade, a interpretação das peculiaridades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (GOMES, 2004, p. 25).

Ao que tange a análise de conteúdo que segundo Bardin (1977, p. 44) “procura conhecer aquilo que está por traz das palavras sobre as quais se debruça” através da busca, recuperação e organização documental teve por objetivo compor as primeiras etapas da análise de conteúdo, posteriormente foi feito a exploração do material coletado. Dessa maneira, buscou-se organizar os documentos recuperados, e, a seguir, os currículos Lattes selecionados para a análise de conteúdo.

Nesse segundo momento, para coletar os dados, utilizou-se a descrição dos cursos criados a partir do ano 2000; listaram-se os docentes, por curso, do quadro efetivo e sua formação – graduação, pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) e os com projetos de pesquisa e fez-se a correlação entre eles.

A pesquisa também envolveu procedimentos como levantamento bibliográfico e documental para elaborar o quadro teórico. Na pesquisa bibliográfica, a principal vantagem, segundo Gil (2002), é de que ela abrange uma gama de fenômenos disponíveis diretamente aos estudos do pesquisador, o qual recorre a fontes como livros, teses, dissertações e artigos científicos localizados em bibliotecas, virtuais ou físicas (FONSECA, 2001), trazendo conceitos de termos como Arquivologia, Regime de Informação, Ciência da Informação, Inteligência Coletiva, entre outros, trazidos da literatura já existente.

Quanto à pesquisa documental que foi utilizada para o referencial teórico e para as análises dos dados, possibilitou recorrer-se também a outras fontes mais diversificadas, além das fornecidas pelas bibliotecas, como a Plataforma Lattes e *sites* dos cursos, o que foi um excelente método de observação que, em consórcio com o método indiciário, foi de extrema importância para analisar um campo ou território de pesquisa empírica. Ela possibilitou o *brauseio*, que, segundo Araújo (1994), é

essencialmente visual e tem um forte componente de “acesso direto” e pôde ser associado com formas e padrões, em termos de imagens e distribuição do texto numa página ou numa tela de computador, como foi feito nesta pesquisa.

O procedimento prático foi caracterizado pela coleta de dados representativos dos atores sociais envolvidos, por meio de pesquisa no currículo na Plataforma Lattes dos atores sociais – os que são do quadro efetivo da instituição, sua formação - graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* - e os que têm projetos de pesquisa, dando destaque para os relacionados à Arquivologia.

Outro procedimento prático foi a pesquisa na *web* nos cursos que têm *sites*, para coletar informações nos PPC, a fim de atender aos critérios estabelecidos sobre a formação dos cursos, lista dos docentes. E-mails foram enviados para as coordenações dos cursos que não têm *sites*, de acordo com os objetivos específicos da proposta de tese. Como já mencionado, os processos de busca e análises dos dados foram delineados com os princípios do método indiciário de Ginzburg (1989) e a técnica de *brauseio* de Araújo (2014). O *corpus* foi composto pelos atores sociais que fazem parte do quadro efetivo de oito Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil, constituídos a partir de 2000.

Para delinear melhor a trajetória metodológica, trabalharam-se os objetivos específicos com as atividades que foram executadas. A fim de alcançar o primeiro objetivo específico – Apresentar o Regime de Informação e suas estruturas teórico-práticas que envolvem as políticas de informação e sua relação com o processo de GI, conforme disposto na Seção 2, utilizou-se material documental que tratava sobre o tema (teses, dissertações livros, artigos, entre outros).

O aporte teórico fundamentou-se em autores como Frohman (1999, 1995); González de Gómez (2012, 2008, 2002, 1999); Braman (2004, 1993); Bezerra, Silva, Guimarães e Souza (2016, 2015); Freire (2010, 2008); Marchiori (2002); Martendal, Silva e Vitorino (2017); Silva, Arreguy e Negreiros (2015); Delais e Freire (2010); Llarena (2012), entre outros.

Para o segundo objetivo específico - Descrever e caracterizar os Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros – foram descritos os cursos constituídos a partir do ano 2000, utilizando os PPC e material documental a respeito do tema (teses, dissertações, livros, artigos, regimentos, entre outros). O recorte temporal foi importante, visto que se levou em consideração que a maioria dos cursos criados a

partir desse período estavam alocados em escolas e departamentos que fazem menção à CI.

Outra forma de coletar os dados foi feita por consultas nos *sites* dos cursos de Arquivologia. Essa etapa da pesquisa possibilitou conhecer os elementos que nortearam a formação dos cursos com as peculiaridades de cada região, a configuração do corpo docente, apontando para cursos com caráter mais disciplinar, na área de Arquivologia, e outros com caráter mais interdisciplinar, devido à diversidade de disciplinas ofertadas²⁰.

Outro ponto que foi levado em consideração para o recorte do campo da pesquisa, foi que a maioria dos cursos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foram criados com o Reuni. Assim, o Reuni, os Departamentos e a Escola de CI dão um acréscimo no regime e na política de informação e, conseqüentemente, na GI dos Cursos de Arquivologia do Brasil. “No que se refere às Políticas de Gestão de Informação, essa trama vem testemunhando um crescente [e frutífero] debate sobre a elaboração do conceito de Regime de Informação” (BEZZERA; SILVA; GUIMARÃES e SOUZA, 2016, p. 61). Uma dessas vertentes vem abrindo, cada vez mais, a discussão sobre o valor da informação e a necessidade de democratizar o acesso às suas fontes na *web*, como é percebido também na Arquivologia brasileira. Esses aspectos estão mencionados na subseção de 4.3.

O aporte teórico que fundamentou esta pesquisa, no segundo objetivo específico, foi pautado em autores como Bizello e Madio (2011); Barrancos (2011); Brito (2011); Schiavon e Silva (2011); Cédon *et al.* (2008); Paiva (2011); Lima (2011); Bahia, Souza e Blattaman (2011); Collins e Kusch (1999), Saracevc, entre outros, que subsidiaram o percurso histórico e a trajetória da constituição de cada Curso de Bacharelado em Arquivologia no Brasil.

Em relação ao terceiro objetivo específico – Identificar os atores sociais do quadro efetivo que fazem parte dos cursos e Arquivologia foram utilizados os estatutos, os regimentos, o PPC, *sites* dos cursos e quando necessário, e-mail para departamentos para obter a lista com os nomes dos docentes.

²⁰ Os detalhes das especificidades das disciplinas podem ser percebidos na pesquisa de Silva; Arreguy e Negrieros, no E-book da V Reparq, intitulado: Cursos de Arquivologia no Brasil: rumo a uma harmonização curricular possível, disponível em: <http://vreparg.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf>

No quarto objetivo específico - Categorizar os atores sociais destacando a instituição, a formação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), a área de atuação e as pesquisas desses atores sociais – utilizou-se especificamente, o currículo Lattes de cada ator social para obter cada informação proposta por esses dois objetivos, como consta na subseção 4.4 e 4.5. Para esses objetivos, o aporte teórico fundamentou-se em autores como Nonaka e Takeuchi (1997); Duarte (2008); Oliveira (1995); Brandão (1999); Jardim (2011); Stern (2002); Marques; Roncaglio, Tognoli e Barros (2017); Kuhlthau (1991); Marques, Roncaglio e Rodrigues (2011); Silva (2016); Silveira (2008); Saracevic (1995); Araújo (2011); Silveira (2008); Borko (1968), entre outros.

Para atingir o quinto objetivo específico - Evidenciar o Regime de Informação e suas estruturas teórico-práticas com os Cursos de Arquivologia, na subseção 4.6 foram apresentados através de figuras e de análises referente, os elementos atores sociais, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação. Essa atividade foi executada com a utilização dos estatutos, dos regimentos, dos PPC, de sites dos cursos, de livros, artigos, entre outros.

Para atender a esse objetivo, foram consultados os autores Gonzáles de Gómez (1997, 1999, 2002, 2003, 2004); Freire (2007, 2011); Silva, Arreguy e Negreiros (2015); Figueirado (2005); Bezerra e Silva (2015); Delaia e Freire (2008), entre outros. Essa ação possibilitou compreender o contexto da Arquivologia sob a égide do Regime de Informação, porque, considerando que um Regime de Informação específico, como é o da Arquivologia, pautado nos eixos 'perfil institucional – NDE' e 'perfil docente', contribuiu para fundamentar a pesquisa. Acreditou-se que, a partir da 'rede de conceitos' formulada por esses 'atores sociais' sobre as ações de informação dos Cursos de Arquivologia, foi acrescentado mais um 'fio' no tear conceitual do debate sobre a construção do Regime de Informação na sociedade da informação ou sociedade em rede.

Assim, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, sentiu-se a necessidade de fazer um estudo sem um método fechado, que não deixasse o pesquisador engessado no próprio método. Por essa razão, optou-se pelo método do paradigma indiciário de Ginzburg (1989) e pela técnica do brauseio (browsing) de Araújo (1994), que consiste em procurar os indícios do objeto de uma pesquisa.

Destarte, acreditou-se que o método das evidências ou paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989) foi adequado ao planejamento teórico-metodológico

deste estudo, porque esse autor parte da hipótese de que, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas (sinais, indícios) que permitem decifrá-la” no processo investigativo. O autor apresenta as raízes da civilização, da sociedade e da ciência. A respeito do instinto investigativo do homem, Ginzburg (1989, p. 151) afirma:

Por milênios, o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama [...]. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo.

Além de reconhecer o instinto investigativo como patrimônio cognoscitivo herdado dos antepassados, o autor identifica os sinais do saber indiciário, sobretudo, baseado em análises de obras artísticas e sustenta-se na sua metáfora metodológica que compara o pesquisador com um caçador em busca de indícios, dados ou pistas deixadas pela presa. Segundo o autor,

[...] esses dados são sempre dispostos pelo observador [caçador], de modo tal que possa se traduzir numa sequência narrativa, [...] tendo sido ele [caçador], geralmente, o primeiro a “narrar uma história”, era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. (GINZBURG, 1989, p. 151).

Para Ginzburg (1989), é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pela instituição à qual o artista/pesquisador/caçador pertence.

O outro método usado no sistema de busca foi o brauseio que, segundo Araújo (1994), é uma estratégia que consiste em andar a esmo ou colhendo “flashes” de qualquer tipo de informação. Para Naves (1998), brauseio é uma atividade não orientada, não sistemática, casual, informal, não programada. Sendo assim, o termo é definido como uma busca que não necessita de critérios e objetivos pré-estabelecidos. O processo de brauseio envolve a interação entre o estoque de informações do indivíduo e a assimilação da nova informação.

Essa forma de pesquisa, segundo Araújo (1994), se dá por meio de um processo de exploração visual e do “acesso direto” sem ajuda de um mediador. É o encontrar por acaso o que lhe interessa. “Outra forma de descrever o processo de

brausear seria equivalê-lo à arte de não saber o que se quer até que o encontre” (ARAÚJO, 1994, p. 108).

Na perspectiva de Freire (2014), o brauseio é uma atividade de busca derivada de uma necessidade ou interesse informacional percebido. No âmbito desta pesquisa, consiste em buscar pistas sobre os elementos do Regime de Informação das instituições brasileiras, com ênfase nas ações de informação que contribuíram, no contexto da forma de vida acadêmica compartilhada por seus atores, para a constituição dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil.

4.1 CAMPO DE PESQUISA

Um campo científico é um ambiente altamente competitivo, onde, conforme Bourdieu (1983), a luta pelo monopólio da autoridade científica acontece, entendendo-se como autoridade científica a capacidade de falar e de agir legitimamente no contexto da ciência e como poder social.

O campo desta pesquisa foi constituído pelos Cursos de Arquivologia brasileiros. No Brasil, atualmente, existem 16 Cursos de Bacharelado em Arquivologia. Assim, considerando a amplitude do universo, definiu-se uma amostra. Conforme Minayo (1994, p. 43), “a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. A amostra foi constituída pelos (8) oito Cursos de Arquivologia criados a partir dos anos 2000, ou seja, 50% do total e pelos atores sociais que fazem parte do quadro efetivo dessas instituições - 132 atores sociais.

4.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

Os primeiros profissionais de Arquivologia do Brasil foram formados pelo Arquivo Nacional, a partir do ano de 1960. Por meio do Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, foi criado o Curso Técnico, que visava preparar profissionais para trabalharem, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos, para atender às demandas de formação da Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional e do AN (MARQUES, 2007; SOUZA, 2010).

Em março de 1977, o Curso Permanente de Arquivos (CPA) foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), hoje UNIRIO, e passou a funcionar lá com a denominação de Curso de

Arquivologia (MARQUES, 2007). Essa transferência oficializou o funcionamento do primeiro curso de graduação em espaço universitário, apesar da divergência de que o primeiro curso foi o da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). No mesmo ano, foi criado o Curso da UFSM (OLIVEIRA, 2014).

Do início dos anos 1990 até 2020, houve o compartilhamento de conhecimentos das experiências foi ampliado por parte de docentes e pesquisadores em eventos e publicações da área. Isso contribuiu para que o pensamento arquivístico continuasse avançando cada vez mais no Brasil e fora dele. Segundo Marques (2013, p. 28), “o percurso da Arquivologia como disciplina no Brasil, até a sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando algumas particularidades”. Assim

[...] de uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da Ciência da Informação, a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica (MARQUES, 2013, p. 28).

O viés prático da Arquivologia brasileira pode ter contribuído sobremaneira para expandir os cursos de bacharelado nas universidades públicas. Nesse contexto, como mencionado anteriormente, foram encontrados 16 Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil em instituições públicas e (01) um em instituição privada²¹ na modalidade EAD. Os cursos estão pontuados em ordem crescente de criação por estado e ano, distribuídos da seguinte forma:

²¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)

Quadro 4 - Distribuição dos Cursos de Arquivologia no Brasil

Universidade	Sigla	Estado/Região	Ano de criação
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS/Sul	1976
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ/Sudeste	1977
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ/Sudeste	1978
Universidade de Brasília	UnB	DF/Centro-Oeste	1990
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR/Sul	1997
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA/Nordeste	1997
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS/Sul	1999
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES/Sudeste	1999
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP/Marília	SP/Sudeste	2003
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB/Nordeste	2006
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB/Nordeste	2008
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS/Sul	2008
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG/Sudeste	2008
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM/Norte	2008
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC/Sul	2009
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA/Norte	2011
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	SC/Sul	2020

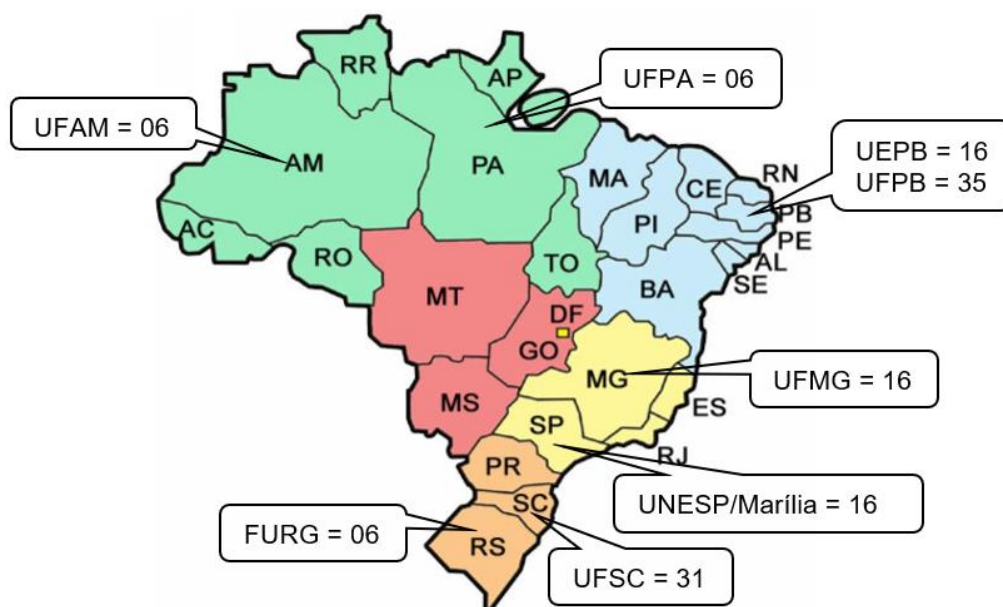
Nota: Destaque para os cursos objeto de estudo desta pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A pesquisa, como já dito, foi constituída de oito cursos criados a partir do ano 2000, distribuídos da seguinte forma: 02 (dois) na região sudeste, 02 (dois) na região nordeste, 02 (dois) na região sul e 02 (dois) na região norte, conforme o Quadro 4 e seus respectivos atores sociais, e caracterizada como um estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados” (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, p. 195). Martins (2008, p. 11) ressalta que, “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.

Nesse contexto, delimitou-se uma amostra, que não é homogênea, porque se recorreu aos cursos instituídos em épocas diferentes, com especificidades distintas, mas, certamente, imbuídos do mesmo propósito de oferecer à Sociedade da Informação, no Brasil, a formação profissional em Arquivologia, em nível de graduação universitária, sobretudo, devido à expansão tecnológica. A seguir, apresenta-se o quantitativo de atores sociais por curso estudados nesta pesquisa.

Figura 2 - Mapa do Brasil com os cursos objeto da pesquisa e o quantitativo docente



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com a Figura 2 percebeu-se que o recorte foi representativo uma vez que representa 4 (regiões) com características e especificidades distintas, mas com o mesmo intuito de formar profissionais capacitados para atender as necessidades do mercado de trabalho. percebeu-se ainda que as instituições que possuem mais atores sociais são: UFPB com 35 e UFSC com 31.

Assim, a escolha do *corpus* se deve ao fato de se considerar que o aprendiz adulto é agente do próprio saber e, conseqüentemente, determina e decide o que apr(e)ender e por se entender que, na decisão e na escolha do que efetivamente será apreendido, podem surgir solução para os problemas, lideranças, identidades e mudanças de atitudes em um espaço mais significativo (instituição/decente). Os dados foram coletados por meio de pesquisa nos cursos que têm *sites*, por e-mails enviados para as coordenações dos cursos e da pesquisa na Plataforma Lattes de cada docente, como já mencionado.

A pesquisa em tela é considerada como de procedimentos metodológicos simples e não invasivos à integridade dos participantes. O foco desta proposta de tese teve como objeto de estudo a análise de dois eixos norteadores de avaliação proposto pela Reparq, que são o perfil institucional – NDE e o perfil dos docentes dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros instituídos a partir de 2000.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

Inicialmente, os resultados levantados se referem aos Cursos de bacharelado em Arquivologia, evidenciando as peculiaridades de cada um. Destacou-se também os cursos constituídos pelas vagas Reuni e as dimensões do Reuni. Nessa etapa de busca, exploração, seleção e organização documental, muitos aspectos puderam ser observados, os quais buscou-se descrever aqui. Nesse ínterim, manteve-se sempre em vista os objetivos da pesquisa, do universo à formação da amostra ou corpus da pesquisa.

5.1 AÇÕES DE INFORMAÇÃO - FORMATIVAS: Cursos de Arquivologia

Nesta subseção, apresentam-se os elementos propostos pelo primeiro objetivo específico constituído dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, a partir dos anos 2000, amostra delineada para a pesquisa em tela; descreveu-se e evidenciou-se as ações de informações formativas: Cursos com sua constituição na sociedade da informação ou sociedade em rede. Os resultados encontram-se organizados por cada uma das 8 (oito) Universidades que constituíram o corpus do estudo.

5.1.1 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília)

O Curso de Arquivologia da UNESP/Marília foi criado pela Resolução UNESP 26/2003, em sessão do Conselho Universitário de 27 de março de 2003, e implantado em agosto do mesmo ano. Faz parte do **Departamento de Ciência da Informação**²², entretanto, até o ano de 2000, era reconhecido pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Esse curso prioriza a formação de profissionais para atender às necessidades da gestão documental e da administração pública e da documentação histórica que reflete a memória regional.

Assim, com o desenvolvimento socioeconômico da cidade, a necessidade de preservar a memória foi ampliada, e várias iniciativas consolidaram essa preocupação: a criação da Comissão Municipal de Registros Históricos, do Clube de Cinema de Marília, do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília e do Museu Histórico e Pedagógico de Marília.

²² Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/departamentos/dci/>

Assim, a criação do Curso de Arquivologia, na perspectiva da política acadêmica do Departamento de **Ciência da Informação**, foi fundamental para a implantação do curso. O Departamento voltou-se também para a capacitação docente, com diversas formações, dando ênfase à interdisciplinaridade, ponto necessário para formar profissionais da informação (BIZELLO; MADIO, 2011). Nesse contexto, a **CI** atua como base teórico-metodológica dos saberes que norteiam os afazeres específicos da Arquivologia, fortalece e incentiva a pesquisa na graduação, no que tange às bolsas de iniciação científica e aos trabalhos de conclusão de cursos, entre outros.

Outro aspecto importante é que a dimensão arquivística no aspecto da informação já vem sendo objeto de investigação há algum tempo, em especial, nos aspectos relacionados à evolução tecnológica em arquivo.

5.1.2 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

O Curso de Arquivologia da UEPB foi criado pela Resolução UEPB do Conselho Universitário (Consuni) 10/2006, de 29 de março de 2006. Foi implantado em 28 de agosto do mesmo ano, e seu projeto político-pedagógico foi aprovado por meio da Resolução UEPB do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) 32/2007, de 5 de outubro de 2007. O curso está vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA), funciona em dois turnos - manhã e noite - com ofertas semestrais de 45 vagas para cada turno, o que totaliza uma disponibilidade de 180 vagas, e sua carga horária mínima para se concluir o curso diurno é de quatro anos, no máximo seis anos. Já para o curso noturno, a permanência mínima é de quatro anos e meio, e a máxima, de sete anos.

O Curso de Graduação em Arquivologia da UEPB²³ tem o objetivo de formar profissionais aptos para trabalharem em instituições/organizações públicas, privadas e do terceiro setor que necessitem de profissionais preparados para a gestão documental (desde a origem até a destinação final), na preservação, na conservação, na disseminação e no manuseio da informação. Esses são aspectos profissionais que caracterizam os Cursos de Arquivologia não apenas no âmbito prático, mas também no desenvolvimento de atividades teóricas, conceituais e metodológicas próprias.

²³ Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/>

O projeto do Curso de Arquivologia contou com a assessoria dos professores José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca, além de atores sociais da própria UEPB. A aprovação do projeto justificava-se por beneficiar a administração pública e o setor privado, com a formação de profissionais em arquivos, e por atender à demanda de profissionais dedicados a preservar a memória nacional (BARRANCOS, 2011).

5.1.3 Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Desde os anos 1990, havia na UFPB o interesse em criar um Curso de Arquivologia. Durante três anos consecutivos (1996 a 1998), a UFPB promoveu cursos de especialização em arquivos, em parceria com o AN e financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os cursos eram de responsabilidade do então Departamento de Biblioteconomia e Documentação, em parceria com o Departamento de História. Em 2000, os professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação apresentaram a primeira proposta curricular para o Curso de Arquivologia no 19º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Contudo, o projeto não foi implantado, e os cursos *lato sensu* não foram realizados.

Foi com o advento do **Reuni**, foi que as discussões sobre a criação do Curso de Arquivologia foram retomadas. Para abrigar esse curso, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação passou a ser chamado de **Departamento de Ciência da Informação**²⁴. Em 2007, foi nomeada uma comissão para elaborar seu projeto político-pedagógico. Essa comissão contou com a colaboração do Professor Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto - Portugal.

O projeto foi aprovado por meio da Resolução Consepe no 41/2008, de 15 de julho de 2008. A aula inaugural foi ministrada pelo Professor Malheiro, em 29 de novembro de 2008. O objetivo de se criar o curso foi de atender à demanda do mercado de trabalho já consolidada, mediante a procura por alunos para estagiarem em arquivos (BRITO, 2011).

²⁴ Disponível em:

<http://www.ccsa.ufpb.br/ccsa/contents/menu/institucional/departamentos/departamento-de-ciencia-da-informacao>

5.1.4 Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

O Curso de Arquivologia da FURG²⁵ foi criado em 2008, a partir de uma proposta do então Departamento de Biblioteconomia e História. A criação, inserida no âmbito do **Reuni**, foi formalizada pela Deliberação 14/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. O projeto político-pedagógico do curso foi elaborado por uma comissão formada pela Professora Adriana Kivanski de Senna, de História, e pelos Professores Cláudio Omar Iahnke Nunes e Manoel Frohlich Henrique, de Biblioteconomia. A primeira turma ingressou no segundo semestre de 2008.

O Curso de Bacharelado está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), funciona no turno noturno e tem duração mínima de oito semestres e duração máxima de 12 semestres. Seu **objetivo** é de **fortalecer a área da CI** na universidade e atender à demanda do mercado de trabalho da região por profissionais aptos a gerir informações arquivísticas (SCHIAVON; SILVA, 2011).

5.1.5 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O Curso de Arquivologia da UFMG foi implantado a partir do Parecer 304/2008 da Câmara de Graduação e reconhecido pela Lei 304, de 02 de outubro de 2008. A primeira turma ingressou no primeiro semestre de 2009. A criação do curso era um desejo antigo dos atores sociais da **Escola de Ciência de Informação**.

A oportunidade de concretizá-lo veio por meio do **Reuni**, instituído em 2007, ano em que a Professora Lígia Maria Moreira Dumont, diretora da ECI, criou, por meio da Portaria 54/07, de 27/11/2001, a Comissão para Planejamento e Desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia daquela escola da UFMG. A comissão foi composta pelos Professores Cíntia Azevedo Lourenço, Carlos Alberto Ávila Araújo e Lídia Alvarenga. Paralelamente à criação do Curso de Arquivologia, foi criado o Curso de Museologia e reestruturado o curso de Biblioteconomia.

Os três cursos funcionam com um tronco curricular comum no contexto da ECI, o que visa, além da tradicional formação diferenciada para cada área, à difusão de um conhecimento mútuo que possibilite futuro intercâmbio e cooperação entre profissionais e pesquisadores de **CI**. Nesse contexto,

²⁵ Disponível em: <https://arquivologia.furg.br/>

[...] o Curso de Arquivologia atende a interesses e expectativas sociais e administrativas, relativas à formação de profissionais para atuar nas áreas de gestão de documentos arquivísticos, em empresas e organizações, nas esferas pública e privada e nas instâncias da indústria. Atualmente, sabe-se que as atividades arquivísticas no Estado de Minas Gerais são quase sempre desempenhadas de forma precária, por profissionais sem formação específica. Não existe no Estado outro curso de Arquivologia em nível de graduação. Nas discussões sobre a carência da gestão documental na administração pública e a importância desse curso para o estado e país, tem sido destacado ainda o fato de que os documentos administrativos formam a memória institucional, com o passar do tempo, constituem-se em insumos valiosos para a história nacional que deve ser preservada e transmitida às gerações futuras. (CÉDON *et al.*, 2008, p. 226)

De acordo com a proposta de criação apresentada, a implantação do curso justificava-se devido à notória carência de profissionais para lidarem com a gestão documental do Estado e preservar a memória nacional. No que tange à pesquisa e à produção científica, a ECI tem em seu Programa de Pós-Graduação em CI (PPGCI) com Mestrado e Doutorado três linhas de pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), Informação, Cultura e Sociedade e Organização e Uso da Informação. Nas três linhas, existem pesquisas sobre Arquivologia (PAIVA, 2011).

5.1.6 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

No final da década de 1990, o Departamento de Biblioteconomia da UFAM desenvolveu um projeto de pesquisa para verificar a viabilidade de criar um Curso de Graduação em Arquivologia. Considerando as demandas do mercado de trabalho local por profissionais dessa área e a inexistência de outro Curso de Arquivologia no estado do Amazonas, a proposta inicial foi de criar um Curso de graduação em CI, com a possibilidade de habilitação em Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia.

Entretanto, ao pesar as questões legais que envolveriam o processo de reconhecimento de um novo Curso de Biblioteconomia, aquele departamento decidiu reformular a estrutura curricular e criar dois novos cursos: o de Arquivologia e o de Museologia. Aproveitando a implantação do **Reuni**, o Curso de Arquivologia foi criado em junho de 2007, por meio da Resolução 079/2007, mas as atividades só iniciaram em março de 2009 (LIMA, 2011). O curso faz parte da **Faculdade de Informação e Comunicação – FIC**²⁶.

²⁶ Disponível em: <https://www.ufam.edu.br/graduacao.html>

No que tange à matriz curricular do curso, contempla conteúdos gerais e específicos da área, quase sem exigir pré-requisitos, o que se justifica pela necessidade de se promover a articulação entre as disciplinas dos corpos teórico e prático da Arquivologia. O curso visa oportunizar aos profissionais arquivistas uma formação compatível com as características da sociedade amazônica.

5.1.7 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O Curso de Arquivologia da UFSC foi criado no âmbito do **Reuni**, por meio da Resolução CEG n. 21/2009, de 26 de agosto de 2009, uma vez que a demanda da sociedade catarinense por profissionais com formação em Arquivologia não vinha sendo suficientemente atendida pelos Cursos de Especialização em Gestão de Arquivos oferecidos diversas vezes pela UFSC.

O curso é vinculado ao **Departamento de Ciência da Informação**²⁷, que também oferece graduação em Biblioteconomia. O primeiro vestibular ocorreu em dezembro de 2009, e as aulas começaram no primeiro semestre de 2010. Sua perspectiva é de formar profissionais qualificados na área com conhecimento pleno de seu campo de atuação e capacitação profissional em Arquivologia que tem como referência um conhecimento no âmbito mundial, com visão crítica e capaz de acompanhar as demandas do mercado de trabalho (SOUZA, 2010); (BAHIA; SOUZA; BLATTAMAN, 2011).

5.1.8 Universidade Federal do Pará (UFPA)

O Curso de Arquivologia da UFPA²⁸ é oferecido na modalidade de Bacharelado, com carga horária total de 2.790 horas de atividades programadas, ofertado no período vespertino. Foi aprovado pela Resolução nº. 4.170-a, de 6 de setembro de 2011.

O primeiro processo seletivo para ingressar no último Curso de Graduação em Arquivologia do Brasil, até o momento, ocorreu em dezembro de 2011. Foram oferecidas 40 vagas para o turno vespertino, pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA, que abriga também o Curso de Biblioteconomia, em

²⁷ Disponível em: <https://cin.ced.ufsc.br/>

²⁸ Disponível em: <http://www.icsa.ufpa.br/index.php/arquivologia>

funcionamento desde 1963. O Curso de Arquivologia está vinculado à Faculdade de Biblioteconomia e iniciou no segundo semestre de 2012.

A descrição dos cursos nos auxilia a compor a metodologia de análise e a avaliar os Cursos de Arquivologia constituídos a partir do ano 2000, período do **Reuni**, do avanço tecnológico. O curso da UFPA tem o objetivo de formar arquivistas com acesso à produção acadêmica na área da Arquivologia e da **CI**. Um dos perfis consiste em contribuir para ampliar o conhecimento no campo da Arquivologia e da **CI**. Como competências, destacam-se: fazer com que os profissionais percebam os limites epistemológicos que delimitam o campo de atuação da Arquivologia no contexto da grande **área da CI**; elaborar e executar iniciativas de pesquisa, contribuindo para ampliar o conhecimento científico na Arquivologia e na **CI**.

Ao analisar os PPC dos cursos, percebeu-se que, dos oito cursos estudados nesta pesquisa, seis foram criados pelo Reuni, quatro estão diretamente ligados a Departamentos de CI e dois mencionam que o curso foi criado para fortalecer a área da CI, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 - Cursos criados com o Reuni e/ou ligados à CI

Curso	Ano	Criação	Vínculo
UNESP/ Marília	2003	-	Departamento de Ciência da Informação
UEPB	2006	-	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – Fortalecer a área da CI
UFPB	2008	Reuni	Departamento de Ciência da Informação
FURG	2008	Reuni	Instituto de Ciências Humanas e da Informação – Fortalecer a área da CI
UFMG	2008	Reuni	Escola de Ciência da Informação
UFAM	2009	Reuni	Faculdade de Informação e Comunicação
UFSC	2009	Reuni	Departamento de Ciência da Informação
UFPA	2011	-	Faculdade de Biblioteconomia - Área da Ciência da Informação

Fonte: Dados da pesquisa baseados nos PPC dos cursos (2019)

Dentre as instituições, ressaltamos que as seis instituições federais estão diretamente ligadas ao Reuni e/ou à CI. Em relação às duas estaduais, o curso da UNESP/Marília está alocado no Departamento de CI, e o da UEPB não está diretamente ligada à área da CI, mas oferece uma disciplina que aborda as dimensões interdisciplinares com a CI, segundo o PPC do curso. Essas informações revelam que o Reuni foi importante para a área de Arquivologia e para o diálogo com a CI. A expansão da educação superior conta com o Reuni, cujo principal objetivo é de ampliar o acesso à educação superior e a permanência nela.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. A proposta adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público e gratuito, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da Rede Federal de Educação Superior.

A expansão foi um avanço para as universidades no aspecto científico, no tecnológico, no estrutural e no pedagógico, porque possibilitou que as instituições ampliassem e criassem novos cursos e laboratórios, inseriu mais alunos nas IFES e, conseqüentemente, mais profissionais no mercado de trabalho, e incentivou a capacitação docente. Das 542 universidades federais existentes no final de 2007, 533 aderiram ao programa em duas chamadas. Isso fez com que as universidades impulsionassem a produção do conhecimento também na perspectiva disciplinar, na organização e na realização da pesquisa e da docência, pelo princípio e determinação da ciência. No caso das áreas desta pesquisa, a Arquivologia e a CI. Nessa perspectiva, o Reuni trabalha com seis dimensões, mostradas no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Dimensões do Reuni para a expansão das IFES

1) Ampliação da oferta de educação superior pública	2) Reestruturação acadêmico-curricular
a) Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; b) Redução das taxas de evasão; e c) Ocupação das vagas ociosas.	a) Revisão da estrutura acadêmica, visando constantemente melhorar a qualidade; b) Reorganização dos cursos de graduação; c) Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; d) Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e) Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
3) Renovação pedagógica da educação superior	4) Suporte da pós-graduação para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação
a) Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; b) Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; c) Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.	a) Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.
5) Compromisso social da instituição	6) Mobilidade intra e interinstitucional
a) Políticas de inclusão b) Programas de assistência estudantil e c) Políticas de extensão universitária.	a) Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior.

Fonte: Dados da pesquisa baseados no MEC (2019)

Baseadas nessas dimensões, as universidades têm mostrado os resultados a partir do Reuni por meio de suas próprias ações de informação sustentadas em políticas, diretrizes e propostas, como as reformulações dos PPC dos cursos. Essas dimensões são centradas na lógica das necessidades determinadas pelo mercado de trabalho, dando subsídios para que os espaços de saberes se orientem em direção a uma vivência democrática para os docentes e pesquisadores, assumindo-se, portanto, como uma forma de vida de um Regime de Informação. Assim, Collins e Kusch (1999, p. 15) ressaltam que

[...] a necessidade de aceitação coletiva nas instituições sociais torna previsíveis as ações de seus membros; poderíamos dizer que é uma forma pela qual a coordenação de ações é assegurada. Nesse sentido, tipos de ação formativa são instituições sociais [...]. Portanto, há uma similaridade de estruturas desde “pequenas” ações formativas até formas de vida inteiras.

Nesse contexto, os docentes e os pesquisadores são conscientes de que devem desenvolver habilidades específicas para melhorar o desempenho de suas práticas e pesquisas acadêmicas. Isso coloca a educação continuada como pressuposto fundamental da atividade docente. O Plano Nacional da Graduação (PNG) do MEC ressalta a criação de políticas educacionais voltadas para o ensino de graduação nas Universidades Brasileiras e foi aprovado em maio de 1999. Entre os itens abordados, está o ‘Papel da Universidade na nova conjuntura tecnológica e globalizada’.

Do ponto de vista da graduação, em particular, a formação para o exercício de uma profissão em uma era de rápidas, constantes e profundas mudanças requerem, necessariamente, atenta consideração por parte da universidade. A decorrência normal desse processo parece ser a adoção de nova abordagem, de modo a ensinar aos egressos a capacidade de investigação e a de aprender a aprender. Esse objetivo exige o domínio dos modos de produção do saber na respectiva área, de modo a criar as condições necessárias para o permanente processo de educação continuada. (PNG, 1999, p. 6).

A partir do que foi exposto, é fundamental destacar que o modelo de gestão sustenta-se na qualificação dos atores sociais e nas ações de excelência, eficiência e produtividade que os cursos devem ter. Nesta pesquisa, trata-se dos Cursos de Arquivologia, pois é crescente a evidência de que a sociedade em rede vai definindo a própria compreensão de conhecimento e, de certa forma, impondo às universidades

as maneiras de produzir, reconfigurar e disseminar as informações de forma rápida e segura. Assim, o campo dessa ação consiste em acompanhar os avanços das TIC.

Nesse contexto, a educação permanente é o pressuposto fundamental para o profissional se tornar competente, sobretudo o docente, que é o espelho para seus pares, discentes e pesquisadores em formação. Além de ter um aprendizado ao longo da vida, o professor deve ser competente para incentivar os alunos a usarem as diversas fontes de informação.

Convém enfatizar que os Departamentos que são ligados à CI, com seu caráter interdisciplinar, abarcaram a oportunidade de criar outros cursos proporcionados pelo Reuni, não apenas o de Arquivologia, mas também o de Museologia. Pode-se, pois, afirmar que a CI já é consolidada como área científica e bastante autonomia, apesar de sua grande interface com outras áreas do conhecimento, entre as quais, a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Educação, as Ciências Sociais, a Psicologia Cognitiva, a Comunicação, o Marketing, o Direito, a Informática, entre outras. A partir desse contexto, Saracevic (1996, p. 42) assevera que

[...] a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada; A CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação; A CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

Para Saracevic (1996, p. 60), “trocas significantes estão acontecendo entre vários campos científicos que abordam os mesmos problemas de informação de formas bastante diferentes. A CI definitivamente deveria unir esses campos”. Um desses elos de união interdisciplinar tem a Arquivologia como uma área de divisão de saberes. Nesse sentido, para Wersig (1993, p. 234), o campo da CI

[...] exige o desenvolvimento de perspectivas que considerem a resolução de problemas internos ao campo científico e a estruturação do campo a partir dessa visão. Por outro lado, os problemas internos acontecem por causa de complexidades e contradições presentes nas situações sociais. Então, [nosso] campo teria, normalmente, uma estrutura que hoje abordaríamos como “caótica”. O próximo passo seria estruturar essa realidade caótica, descobrindo seus “atratores estranhos” e suas contradições ou relações, para então contrastar a estrutura interna dos problemas do campo com as estruturas gerais. Por fim, estratégias têm que ser desenvolvidas para lidar com problemas em condições caóticas, usando os conceitos disponíveis, ou “atratores”, para organizá-los.

Assim, para que, cada vez mais, as pessoas tenham acesso à informação, é necessário que não só as instituições, os pesquisadores e os docentes se envolvam, mas também que o governo, nos três níveis - federal, estadual e municipal - faça parcerias e perceba que, independentemente da localização geográfica e do nível social de cada cidadão, as pessoas têm direito às tecnologias e às redes, que desempenham um papel central no processo de desenvolvimento das sociedades, mesmo sabendo que não é direito de todos. Segundo Suaiden e Leite (2006, p. 99), “o desenvolvimento científico do Século XX, especialmente a revolução tecnológica, gerou nova forma de organização social que se denominou sociedade da informação”.

Essa sociedade deve ser observada levando em consideração a educação, a economia e a cultura, visto que, nos países desenvolvidos, o acesso à informação e ao conhecimento surge de maneira natural, enquanto nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a informação surge de maneira imperativa e acentua as desigualdades. Por essa razão, é necessário criar estratégias políticas, educacionais e sociais para inserir os cidadãos no mundo globalizado.

5.2 AÇÕES DE INFORMAÇÃO - MEDIAÇÃO: canais de informação/comunicação em Arquivologia

Apresenta os canais de informação/comunicação utilizados pelos cursos, apresentam-se os elementos propostos dando aporte ao primeiro objetivo específico constituído das ações de informação - mediação: canais de informação dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, e evidenciam-se os que são disponibilizados.

Nesse contexto, a tecnologia da informação é uma ferramenta fundamental nesse processo, mas para que se torne eficaz e alcance os resultados esperados, é necessário o desenvolvimento de espaços virtuais - artefatos como: Sites, Facebook e Instagram. Isso é fundamental no contexto da sociedade da informação, que para atingir resultados, torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas informacionais voltadas para o desenvolvimento desses espaços de mediação.

Castells (1999) ressalta que novas redes de computadores estão sendo criadas. Dessa forma, criam-se novos canais de comunicação, onde as pessoas se adaptam a eles e eles às pessoas e ainda acrescenta “nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma posição bipolar entre a Rede e o Ser”. Entretanto, a

tecnologia não determina a sociedade, pois não basta ter uma economia equilibrada e sistema tecnológico atualizado. Para que os atores sociais façam parte efetivamente da sociedade da informação, é necessário que se tenha uma boa gestão da informação e que as pessoas tenham acesso, saibam buscar e tenham consciência de quais são as informações relevantes para o desenvolvimento e otimização de suas atividades.

Partindo desse pressuposto, Castells (1999, p. 31) discorre a seguinte afirmativa:

[...] o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados.

As tecnologias de informação se bem aplicadas também servem para estimular as trocas e o compartilhamento de informação e conhecimento, apoiar a colaboração e viabilizar o trabalho em grupo a distância, apoiar a autonomia das pessoas, eliminar barreiras de aprendizagem e neutralizar fronteiras geográficas da distância, viabilizar o trabalho em grupo e muito mais.

Na perspectiva de evidenciar como os cursos de Arquivologia estão se comunicando em especial em tempos remotos, buscou-se os espaços virtuais de mediação estão sendo disponibilizados pelos cursos objeto do estudo como demonstrado no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Canais de informação dos cursos de Arquivologia

Instituição	Sites	Facebook	Instagram
Unesp	www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/	https://www.facebook.com/groups/ArquivoX/	Não possui
UEPB	www.arquivologiauepb.com.br/	www.facebook.com/arquivologia.uepb.1	Não possui
UFPB	www.ccsa.ufpb.br/arqv/	www.facebook.com/arquivologia.ufpb.9	arquivologia_ufpb
UFMG	www.colgradarquivo.eci.ufmg.br/	www.facebook.com/Arquivologia-UFMG-101710831636722/	Não possui
FURG	www.arquivologia.furg.br/	www.facebook.com/Curso-de-Arquivologia-FURG-111797100551143/	arquivologiafurg
UFAM	www.ficufam.com.br/cursos-de-graduacao/curso-de-arquivologia/	www.facebook.com/cursoarquivologia.ufam	arquivologiaufam
UFSC	www.arquivologia.ufsc.br/	www.facebook.com/groups/16276725123282/	arquivologiaufsc
UFPA	www.icsa.ufpa.br/index.php/arquivologia/	www.facebook.com/faculdade.arquivologia/	Não possui

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Docentes, discentes, pesquisadores, pesquisadores em formação e técnicos administrativos têm papel fundamental no que diz respeito a ser exemplo de profissional com habilidades tecnológicas na sociedade da informação, visto que, com a globalização não existe mais fronteiras geográficas e, o tema em questão começou a ser mais evidenciado em tempos pandêmicos, ou seja, desde março de 2020, em especial para aulas, pesquisas, entre outras.

A parceria entre atores sociais é fundamental para que se tenha uma unidade de informação bem equipada e pronta a atender as necessidades da sociedade. A flexibilidade é palavra de ordem para quem almeja fazer mudanças, trabalho em equipe e atualização contínua, visto que, no mundo globalizado, precisamos cada vez mais trabalhar em parceria.

Nesse contexto, percebeu-se que todos os cursos possuem Sites e Facebook e que 4 (quatro) possuem Instagram, esse último espaço vem sendo mais utilizado pelos jovens. Nenhum dos cursos possui canal no Youtube, apesar de ser um espaço muito utilizado durante a pandemia, isso nos faz perceber a importância não só de criar, mas de atualizar a sociedade contemporânea que passa por um processo de transformação sócio informacional, onde as exigências do aprendizado e de mercado são cada vez maiores no que diz respeito às atualizações constantes, seja frente às tecnologias de informação e comunicação ou no aprendizado contínuo de novas

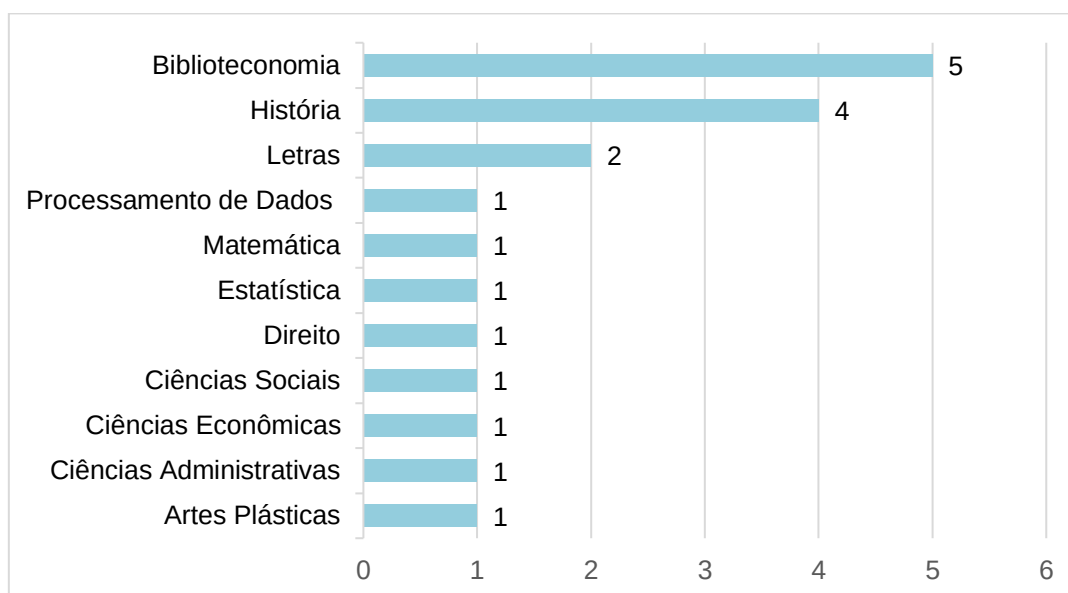
línguas e outras habilidades. Para ser inserido nesse novo contexto é necessário atualizar-se sempre, visto que, a sociedade globalizada determina tais exigências.

5.3 ATORES SOCIAIS NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: formação

A proposta desta tese foi de colaborar com dois dos cinco eixos recomendados pela Repaq para contribuir com a harmonização curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, como já pontuado, quais sejam: o perfil docente e o perfil institucional (NDE). Para o primeiro eixo, apresentaram-se os resultados da identificação dos cursos a partir do ano 2000 por ordem de implantação. Para o segundo eixo perfil dos docentes, levou-se em consideração os seguintes dados: graduação, pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

No quesito graduação, em sete dos oito cursos há atores sociais com mais de uma formação, exceto na UFPA, razão pela qual o total de graduações é superior ao de atores. Nos gráficos, o quantitativo em forma numérica representa as formações, e o percentual abaixo de cada gráfico está relacionado aos docentes, que totalizam 100% de cada curso.

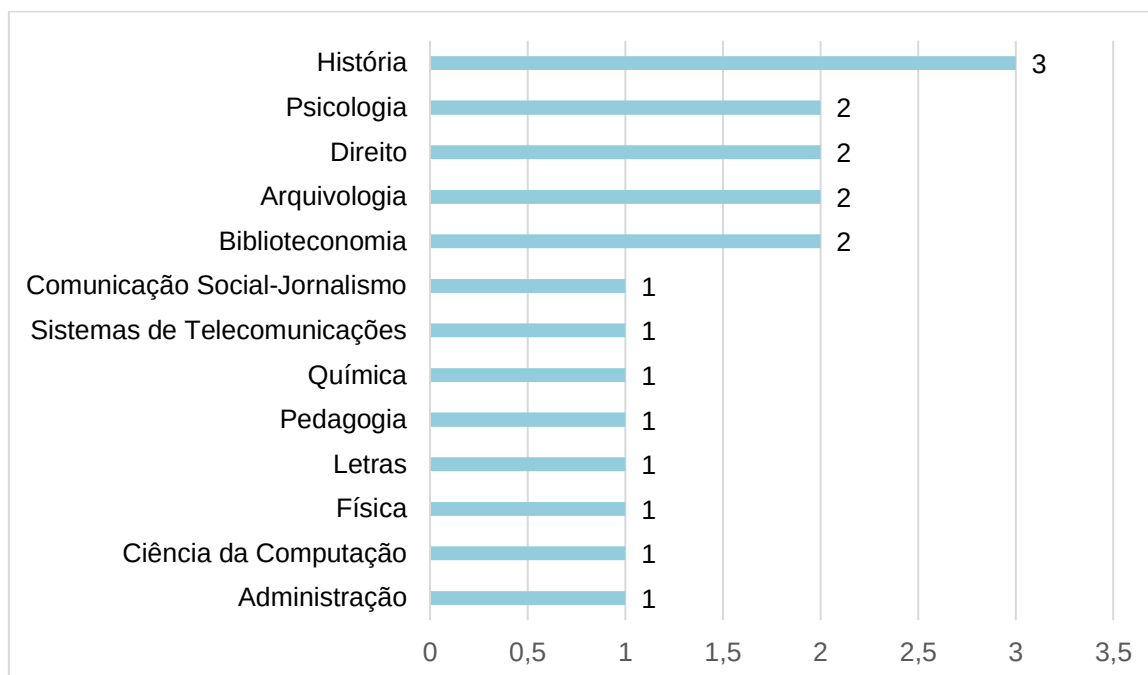
As instituições, os atores e as formações também estão representados em quadros que podem ser visualizados nos apêndices de A ao H, na coluna 'graduação', por ordem de criação dos cursos. Apresentamos os gráficos com a formação das graduações dos atores, conforme os dados a seguir:

Gráfico 1 - Nível de formação – Graduação (UNESP) - Apêndice A

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UNESP, entre os 16 docentes, há 19 graduações com predominância para os Cursos de Biblioteconomia e História, distribuídos entre os atores com os seguintes percentuais: Na UNESP, entre os 16 docentes, há 19 graduações com predominância para os Cursos de Biblioteconomia e História, distribuídos entre os atores com os seguintes percentuais: Biblioteconomia: 30%; História: 20%; Letras: 10%; Artes Plásticas: 5%; Ciências Administrativas: 5%; Ciências Econômicas: 5%; Ciências Sociais: 5%; Direito: 5%; Estatística: 5%; Matemática: 5%; Processamento de dados: 5%. Vale ressaltar que nenhum ator social tem a graduação e Arquivologia.

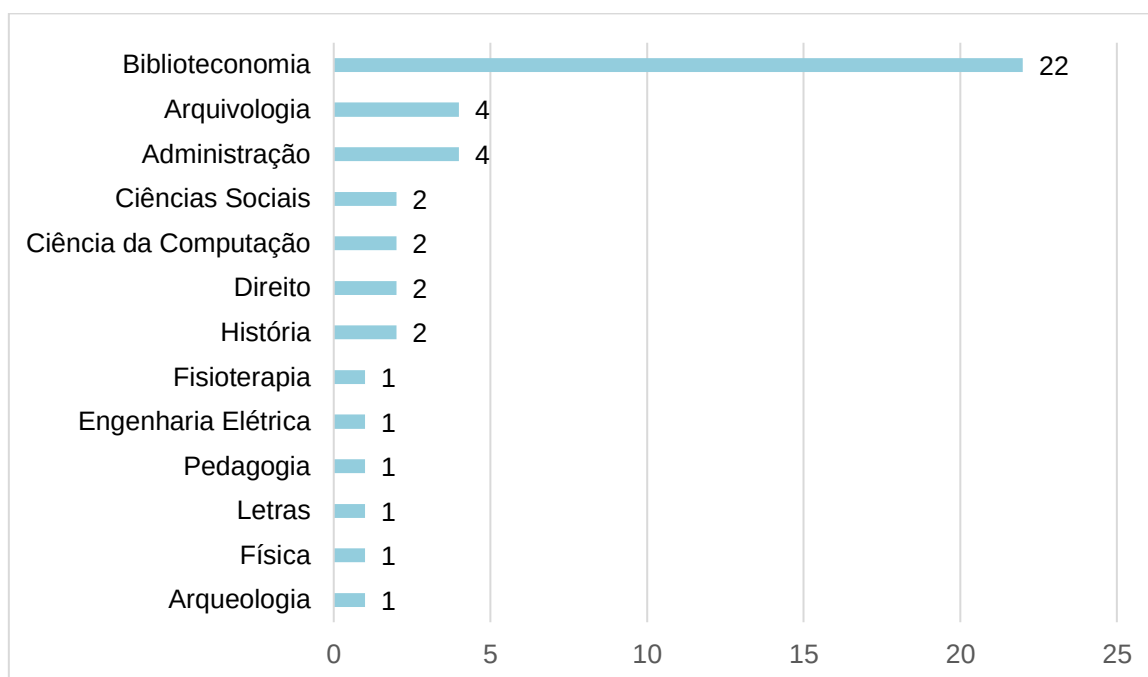
A distribuição das formações da UEPB pode ser acompanhada no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Nível de formação – Graduação (UEPB) - Apêndice B

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UEPB, para os 16 docentes, há um total de 19 graduações com predominância para o Curso de História, distribuídos entre os atores com os seguintes percentuais: Na UEPB, para os 16 docentes, há um total de 19 graduações com predominância para o Curso de História, distribuídos entre os atores com os seguintes percentuais: História: 16%; Biblioteconomia: 11%; **Arquivologia: 11%**; Direito: 11%; Psicologia: 11%; Administração: 5%; Ciência da Computação: 5%; Física: 5%; Letras: 5%; Pedagogia: 5%; Química: 5%; Sistemas de Telecomunicações: 5%; Comunicação Social-Jornalismo: 5%.

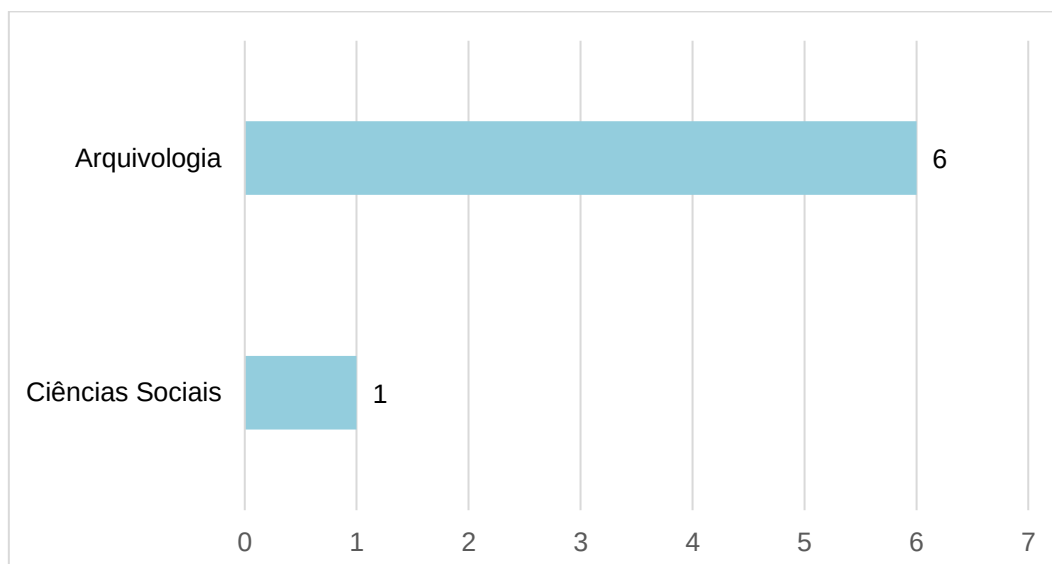
A distribuição das formações na UFPB pode ser acompanhada no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - Nível de formação – Graduação (UFPB) - Apêndice C

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que tange à UFPB, dos 35 atores sociais apresentam um total de 42 graduações, com predominância para o Curso de Biblioteconomia, distribuídas entre os atores com os seguintes percentuais: Biblioteconomia: 52%; Administração: 10%; **Arquivologia: 10%**; Ciências Sociais: 4%; Ciência da Computação: 4%; História: 4%; Direito: 4%; Arqueologia: 2%; Física: 2%; Letras: 2%; Pedagogia: 2%; Engenharia Elétrica: 2%; Fisioterapia: 2%.

A distribuição das formações na FURG pode ser acompanhada no Gráfico 4, a seguir.

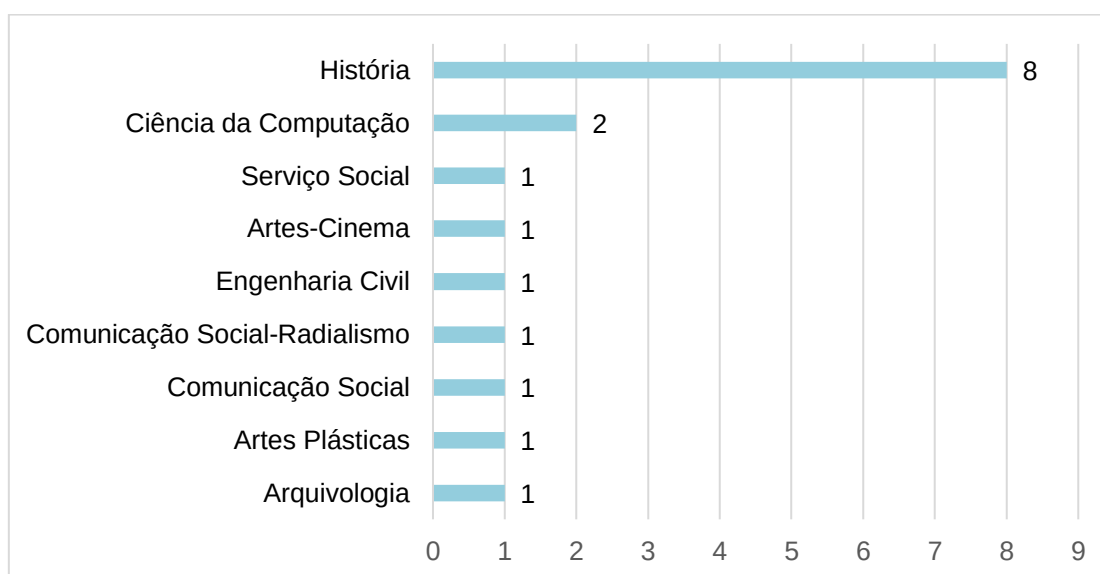
Gráfico 4 - Nível de formação – Graduação (FURG) - Apêndice D

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com o gráfico da FURG, dos seis docentes, um tem mais de uma graduação, portanto somam-se sete formações com predominância absoluta para o Curso de Arquivologia, distribuídas entre os atores com os seguintes percentuais:

Arquivologia: 85%; Ciências Sociais: 15%.

A distribuição das formações na UFMG pode ser acompanhada no Gráfico 5, a seguir.

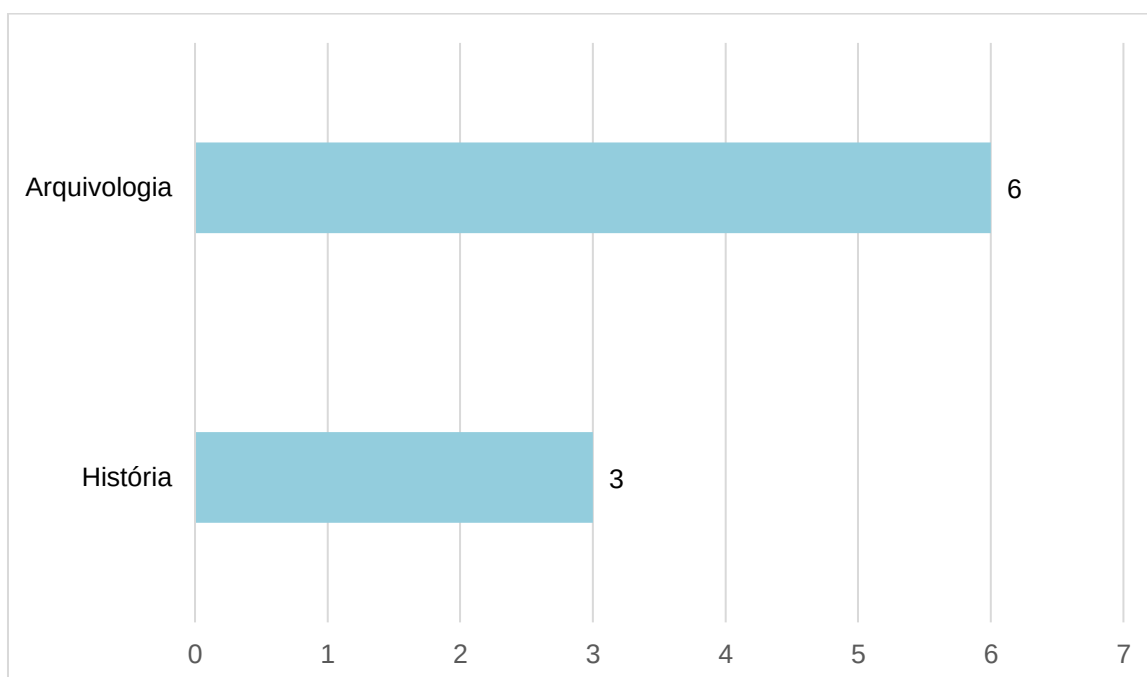
Gráfico 5 - Nível de formação – Graduação (UFMG) - Apêndice E

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em relação à UFMG, dos 16 docentes, um tem mais de uma graduação com predominância para o Curso de História, há, portanto, 17 formações, distribuídas entre os atores com os seguintes percentuais: História: 50%; Ciência da Computação: 15%; **Arquivologia: 5%**; Artes Plásticas: 5%; Comunicação Social: 5%; Comunicação Social - Radialismo: 5%; Engenharia Civil: 5%; Artes - Cinema: 5%; Serviço Social: 5%.

A distribuição das formações na UFAM pode ser acompanhada no Gráfico 6, a seguir.

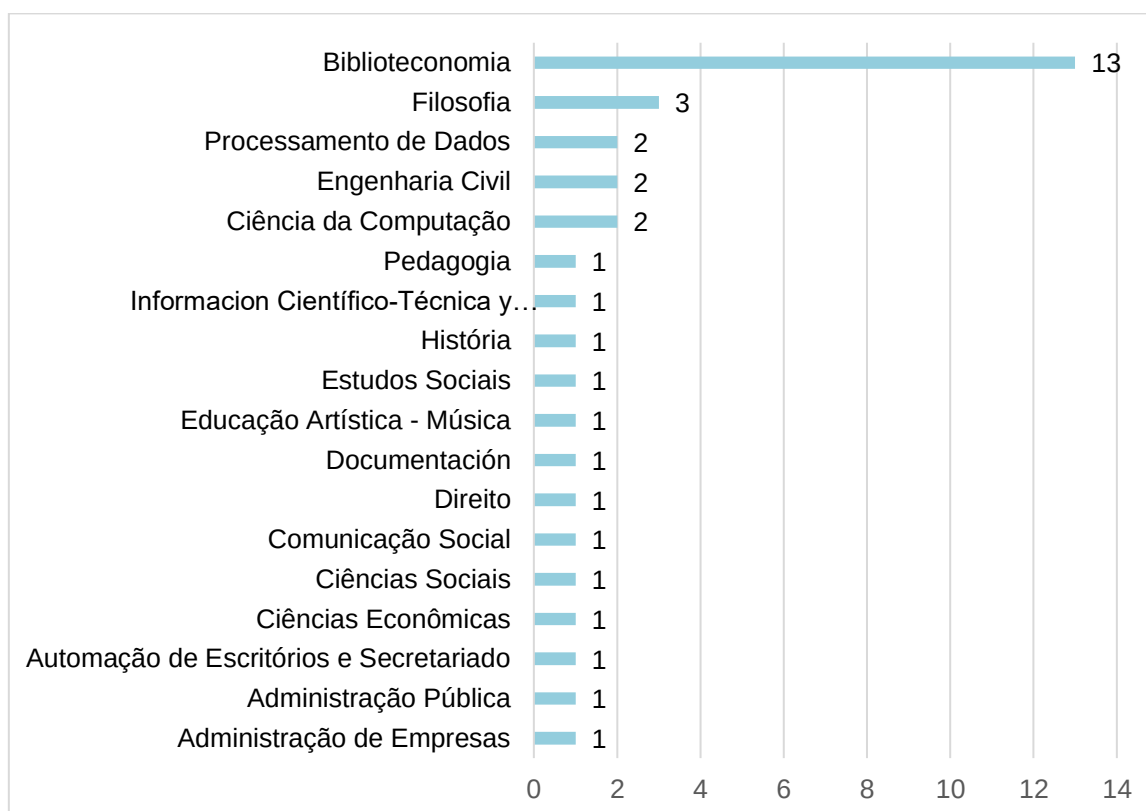
Gráfico 6 - Nível de formação – **Graduação (UFAM)** - Apêndice F



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No caso da UFAM, dos seis docentes, três têm mais de uma graduação, com predomínio do Curso de Arquivologia, totalizando nove formações, distribuídas entre os atores com os seguintes percentuais: **Arquivologia: 75%**; História: 25%.

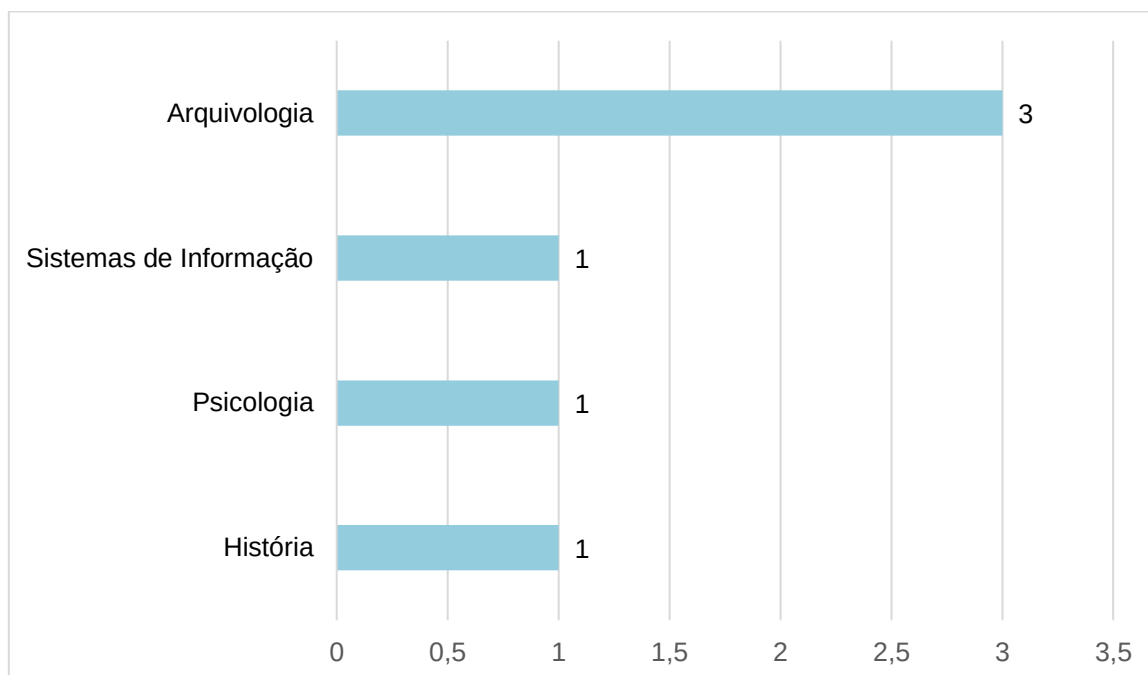
A distribuição das formações na UFSC pode ser acompanhada no Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 - Nível de formação – Graduação (UFSC) - Apêndice G

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 31 atores sociais da UFSC, um ator não informou em seu currículo Lattes qual a sua graduação; com relação aos demais, alguns têm mais de uma graduação, com predomínio do Curso de Biblioteconomia, identificando-se 35 formações, distribuídas entre os atores com os seguintes percentuais: Biblioteconomia: 42,1%; Filosofia: 10%; Ciência da Computação: 6%; Engenharia Civil: 6%; Processamento de Dados: 6%; Administração de Empresas: 2,3%; Administração Pública: 2,3%; Automação de Escritórios e Secretariado: 2,3%; Ciências Econômicas: 2,3%; Ciências Sociais: 2,3%; Comunicação Social: 2,3%; Direito: 2,3%; Documentación: 2,3%; Educação Artística - Música: 2,3%; Estudos Sociais: 2,3%; História: 2,3%; Informacion Científico-Técnica y Bibliotecologia: 2,3%; Pedagogia: 2,3%. Vale ressaltar que nenhum ator social tem a graduação e Arquivologia.

A distribuição das formações na UFPA pode ser acompanhada no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 - Nível de formação – Graduação (UFPA) - Apêndice H

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UFPA, dos seis atores, cada um tem uma formação. Assim, o número de atores sociais coincide com o de graduação, com predominância para o Curso de Arquivologia, distribuídas entre os atores com os seguintes percentuais: **Arquivologia: 52%**; História: 16%; Psicologia: 16%; Sistemas de Informação: 16%.

Uma das propostas de pesquisa foi de contribuir com o eixo 'perfil docente', com o intuito de colaborar com a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia proposto nas Reparq, porque esse eixo é importante para se compreender a dinâmica dos cursos, já que se entende que o professor desempenha um papel central na construção, na implementação e na reestruturação dos PPC.

Como a maioria dos Cursos de Arquivologia constituídos a partir dos anos 2000, foram implantados em departamentos e escolas já existentes há bastante tempo e com o corpo docente com formações diversas, a maioria não tem formação específica na área, visto que só a partir da década de 2000 foi que arquivistas tiveram interesse em ingressar em mestrados, doutorados e seguir carreira docente.

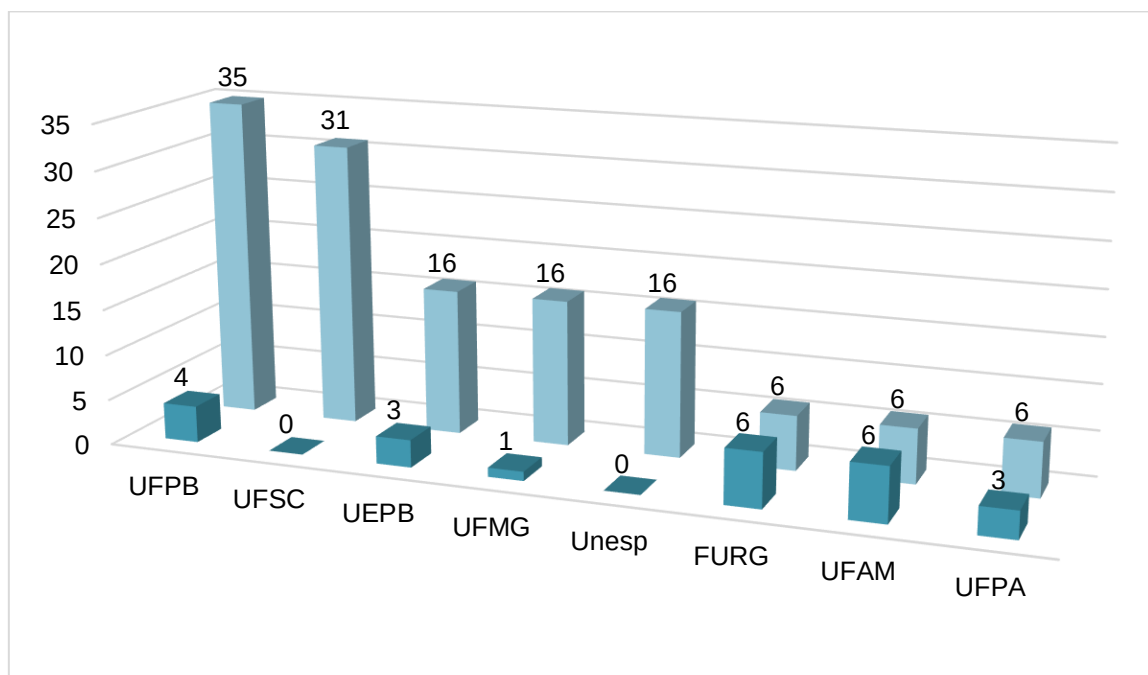
Nesse contexto, são perceptíveis a pluralidade e a interdisciplinaridade das graduações feitas pelos atores pesquisados. Essas diversas formações são importantes para que os atores sociais trabalhem em parceria, compartilhando visões

e conhecimentos comuns e vendo-se como semelhantes, por entender que a base da cultura da informação é sua democratização. Então, é importante que haja uma conexão entre os docentes entre si e os discentes, porque esses profissionais têm competência informacional para atuar em seus regimes de informação, nesse caso, os Cursos de Arquivologia brasileiros.

Destarte, por entender que o conhecimento é indispensável para gerar novos conceitos, soluções e estruturas de compreensão para lidar com a similaridade de ideias, é necessário saber dividir saberes e interpretá-los para torná-los um instrumento facilitador para o seu uso. Nonaka e Takeuchi (1997) afirmam que se pode criar um novo conhecimento com base em um conhecimento já existente, e isso se aplica à diversificação da formação acadêmica, neste caso específico, para respaldar os PPC dos Cursos de Arquivologia.

Uma característica importante a ser destacada no contexto da formação docente é o da aprendizagem interdisciplinar, em que o conhecimento é organizado de acordo com grandes temas, propiciando uma posição mais ativa do estudante, sem levar em conta o grau de escolaridade possibilitando autonomia para um aprendizado ao longo da vida. Partindo desse pressuposto, Duarte (2008, p. 3) enuncia que “o processo de aprendizagem envolve a definição de novos comportamentos, que comprovam a efetividade do aprendizado, cujas organizações nessa orientação fazem esforços contínuos para compatibilizá-los”.

Todavia, é importante e necessário que o corpo docente seja formado também por atores sociais com formação específica na área, no caso desta pesquisa, em Arquivologia, pois essa formação é necessária para ministrar disciplinas técnicas. Partindo dessa premissa, observou-se que dois cursos não têm docentes com Graduação em Arquivologia (UNESP e UFCS), e nos Cursos da FURG e da UFAM, todos os professores são formados em Arquivologia. Esse panorama geral está visível no gráfico seguinte, em que as torres menores são as formações e as maiores a quantidade dos docentes:

Gráfico 9 – Atores sociais graduados em Arquivologia

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Como demonstrado no Gráfico 9, a formação de graduação em Arquivologia por curso está distribuída dos seguintes percentuais: UFAM: 26%; FURG: 26%; UFPB: 17%; UFPA: 13%; UEPB: 13%; UFMG: 5%; Unesp: 0%; UFSC: 0%.

De acordo com o Gráfico 9, dos 132 atores participantes deste estudo, 23 (17%) são graduados em Arquivologia. Dos 109 restantes, quatro estão com a graduação em Arquivologia em andamento - três docentes da UFPB e um da UEPB. Os quatro docentes que estão cursando a Graduação em Arquivologia estão contribuindo com ações de informação para compactuar com o próprio Regime de Informação dos cursos, sobretudo, porque a UFPB quase dobrará seu número de docentes com a graduação na área em que já têm o Doutorado.

Vale ressaltar, também, que o percentual da formação específica não é um fator de desigualdade, mas de importância, tendo em vista que os Cursos de Arquivologia da UNESP, da UEPB, da UFPB, da UFSC e da UFMG foram criados em departamentos com mais anos de existência e com um corpo docente relativamente grande, com professores com formações diversas, como já referido, como se pode constatar nos Apêndices de A a H, na coluna graduação.

Nos Cursos de Arquivologia, a formação docente demonstra uma evolução clara no decorrer dos anos, uma vez que é um desafio sem precedentes a transformação necessária nos espaços de saberes, o que faz com que o papel dos

docentes deva, necessariamente, evoluir, ou seja, ter um aprendizado contínuo, atual e atuante depois da graduação. Essa evolução se dá através das Pós-graduações, que tiveram início no Brasil com o parecer 977/65²⁹ do extinto Conselho Federal de Educação, quando os Cursos de Especialização passaram a ser denominados de *latu sensu* e esses cursos foram definidos com objetivos técnicos/profissionais e posteriormente reafirmados na Reforma Universitária pela Lei 5.540/68³⁰, a qual deu autonomia às instituições universitárias para criar, ministrar, encerrar e recriar os cursos, conforme a demanda. Nesse contexto, segundo Oliveira (1995, p. 20),

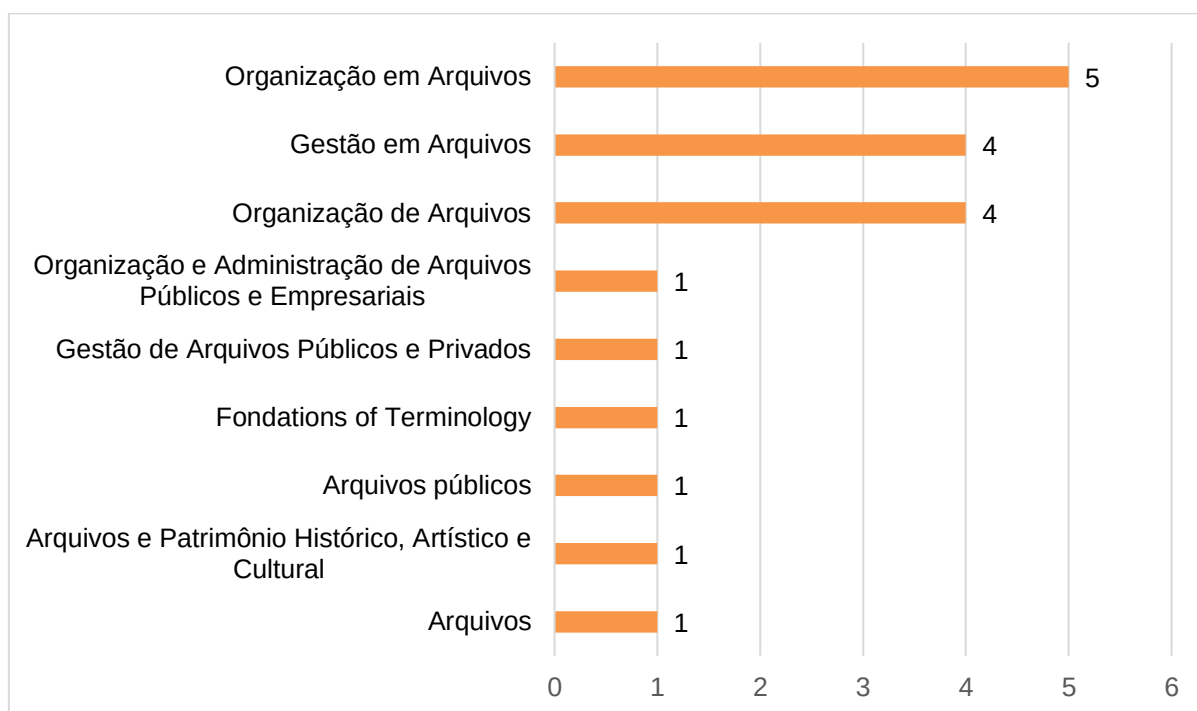
[...] em fase das transformações científicas e sociais, verificou-se uma tendência no sentido de qualificar e especializar as pessoas, já que poucos profissionais podiam realizar suas tarefas somente com a instrução obtida no sistema tradicional de ensino. A valorização da educação, anteriormente limitada ao âmbito do mundo acadêmico, passa a ser, em função das necessidades do setor produtivo, cada vez mais demandado pelas organizações.

Essas transformações provocaram mudanças significativas no sistema educacional no Brasil, onde a pós-graduação passou a ser imprescindível nas universidades, principalmente por trabalharem com a produção do conhecimento e realizarem cursos de aperfeiçoamento de pós-graduação. Outro ponto que merece destaque são os avanços da ciência e da tecnologia. Assim, atualmente, tão logo se conclua um curso de graduação, a tendência é de ingressar de imediato na pós-graduação.

Diante do exposto, decidiu-se colocar no Gráfico 10 apenas as especializações relacionadas à área de Arquivologia, por entender que, segundo a Lei 5.540/68, a especialização é um curso mais técnico/profissional. Entretanto, nos apêndices de A a H, na coluna 'Especialização', estão as demais especializações feitas pelos docentes. Nesse ponto referente à área arquivística, foram obtidos os seguintes dados:

²⁹ Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4618/1/arquivo5687_1.pdf

³⁰ Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4618/1/arquivo5687_1.pdf

Gráfico 10 – Nível de formação – **Especialização** – Apêndice A ao H

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

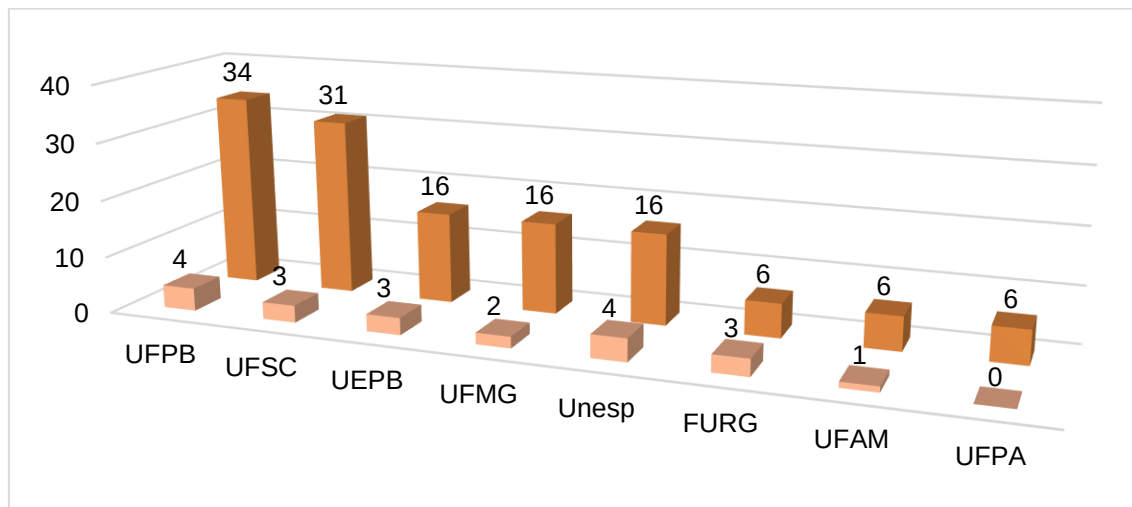
Dos 131 docentes, 19 têm especialização na área de Arquivologia, o que corresponde a 15% do total distribuídos nas seguintes instituições: UFAM: 100%; FURG: 75%; Unesp: 37%; UEPB: 33,3%; UFPB: 24,4%; UFMG: 22,2%; UFSC: 20,25%; UFPA: 0%.

Em um panorama geral, na Especialização, as tarefas de ensino e aprendizagem são mais específicas porque cobram campos de práticas e proporcionam aos aprendentes, em especial, os que não têm Graduação em Arquivologia, ações para colocar em funcionamento condições de aprendizagem ajustadas entre a teoria e a prática. Isso contribui para transformar a ação e as interações, os ajustes e as adaptações em sala de aula e/ou laboratórios, uma vez que os conhecimentos e as atividades estão ligados ao trabalho profissional do docente, e esses conhecimentos profissionais são ‘sobre’ a ação e ‘em’ ação e a atuação dos docentes, também entendidos como competência profissional, que, para Brandão (1999, p. 28), estão “relacionados a indivíduos ou equipes de trabalho, integrando aspectos técnicos, cognitivos, sociais e afetivos relacionados ao trabalho”.

A especialização também contribui com o ensino, uma vez que as competências oriundas dessa formação abrangem os saberes plurais que são construídos por meio do planejamento, da organização e da preparação de aulas e das experiências práticas advindas dessa formação. Assim, percebeu-se que só a

UFPA não tem docente com especialização específica na área de Arquivologia, como demonstrado no Gráfico 11 a seguir:

Gráfico 11 – Docentes com Especialização na área de Arquivologia



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os números nas barras menores do gráfico correspondem ao quantitativo de atores que fizeram curso de especialização na área e o quantitativo nas barras maiores correspondem ao quantitativo de docentes por instituição.

A formação profissional também se desenvolve em campos de práticas, como já mencionado, referindo-se a representações concretas, específicas e orientadas para o saber e o fazer arquivístico, ou seja, são saberes construídos em contato com os arquivos físicos, com situações concretas do ofício do docente. Jardim (2011, p. 59) ressalta que, no cenário arquivístico brasileiro, depois da década de 1990, houve uma ampliação “dos canais para a formação do arquivista, ou seja, da graduação e da pós-graduação (*lato sensu*)”.

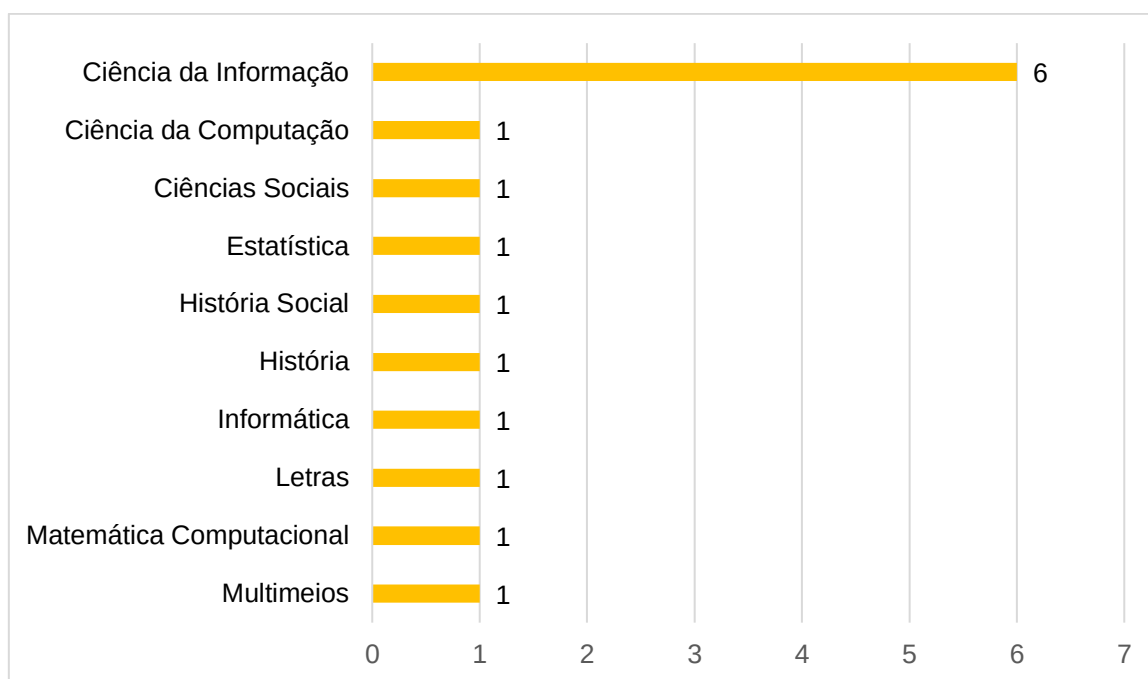
Partindo desse pressuposto, entendeu-se que os cursos de especialização podem garantir a construção/articulação dos saberes docentes, muitas vezes necessários à profissionalização. No caso desta pesquisa, aos docentes dos Cursos de Arquivologia brasileiros, com o fim de estimulá-los o exercício profissional, pessoal e de equipe na ação de uma prática/didática proativa e contextualizada, cumprindo assim o papel social na formação e na profissionalização dos discentes.

Outro ofício que é fundamental na formação docente são os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), sobretudo, para o ensino superior, onde os objetivos centrais são o ensino, a pesquisa, a extensão, atrelado a produção

do conhecimento e a disseminação da informação, que são formados nos distintos campos do conhecimento.

No quesito pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) referente aos docentes dos Cursos de Arquivologia, atores de alguns cursos têm mais de um título, por isso o total numérico apresentado nos gráficos é equivalente ao das pós-graduações e difere do percentual de docentes, que totaliza os 100%. Esses dados podem ser verificados nos gráficos supracitados e nos Apêndices de A ao H, na coluna Mestrado. Inicia-se com os atores da UNESP, como ilustra o Gráfico 12 a seguir:

Gráfico 12 - Nível de formação – Mestrado (UNESP) - Apêndice A

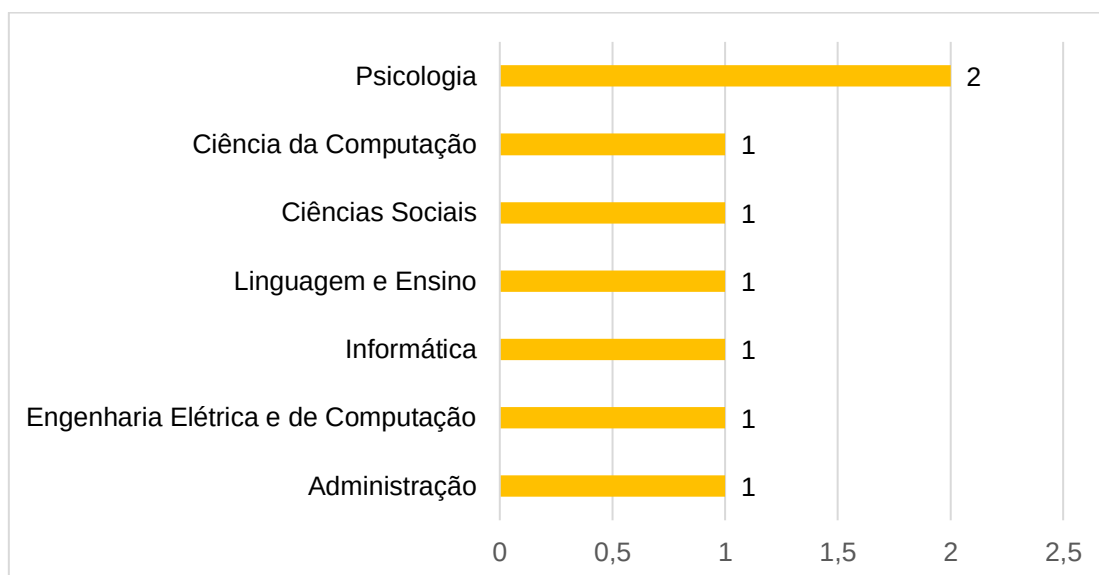


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UNESP, dos 16 docentes, dois (13%) não têm essa titulação ou não informaram. Dos 14 (87%) que informaram, alguns têm mais de um Mestrado, por isso o número de formações é superior ao de atores, como pode ser observado no apêndice A, na coluna Mestrado. O quantitativo do gráfico corresponde à formação dos Mestrados e o percentual a seguir corresponde aos docentes: **Ciência da Informação: 46%**; Multimeios: 6%; Matemática Computacional: 6%; Letras: 6%; Informática: 6%; História: 6%; História Social: 6%; Estatística: 6%; Ciências Sociais: 6%; Ciência da Computação: 6%.

A distribuição das titulações de Mestrado na UEPB pode ser acompanhada no Gráfico 13, a seguir.

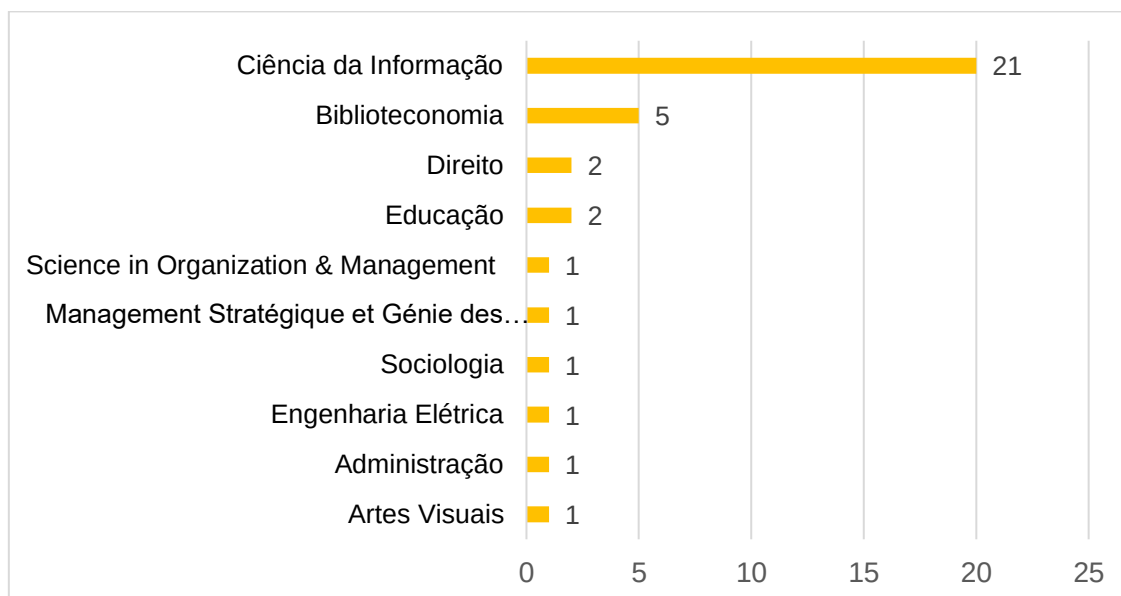
Gráfico 13 - Nível de formação – Mestrado (UEPB) - Apêndice B



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UEPB, todos os 16 docentes têm um título de pós-graduação em Mestrado, distribuídos em percentual da seguinte forma: **Ciência da Informação: 32%**; Educação: 20%; Psicologia: 12%; Direito: 12%; Administração: 6%; Engenharia Elétrica e de Computação: 6%; Informática: 6%; Linguagem e Ensino: 6%.

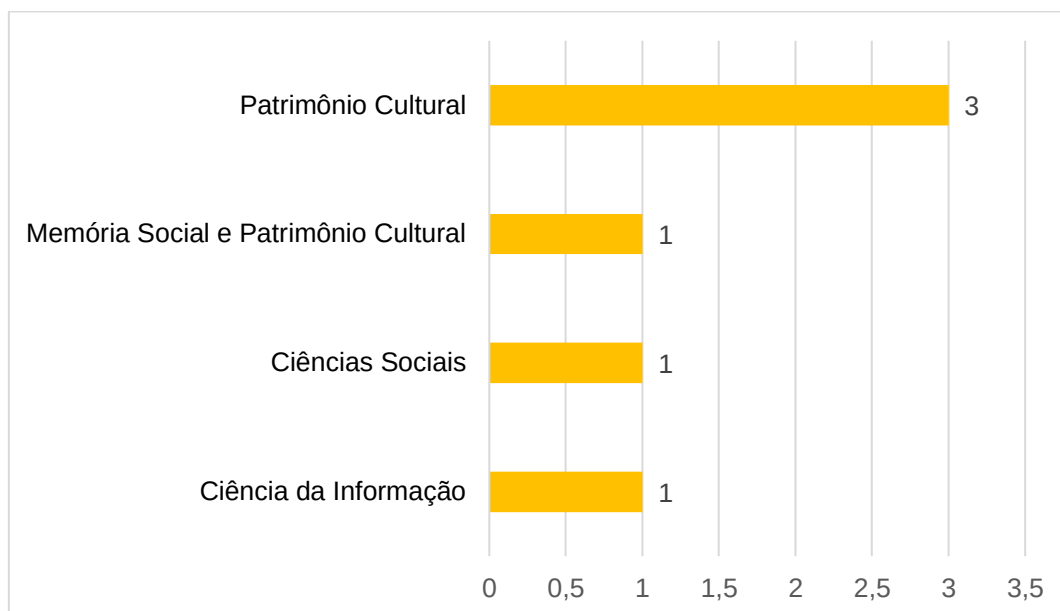
A distribuição das titulações de Mestrado na UFPB pode ser acompanhada no Gráfico 14, a seguir.

Gráfico 14 - Nível de formação – Mestrado (UFPB) - Apêndice C

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Referente à UFPB, dos 35 docentes, um tem mais de um título de Mestrado, totalizando 36 formações em nível de pós-graduação. O total que consta no gráfico é superior ao de atores, representado pelos percentuais a seguir: **Ciência da Informação: 59%**; Biblioteconomia: 14%; Educação: 6%; Artes Visuais: 3%; Direito: 3%; Administração: 3%; Engenharia Elétrica: 3%; Sociologia: 3%; Management Stratégique et Génie des Organisationse: 3%; Science in Organization & Management: 3%.

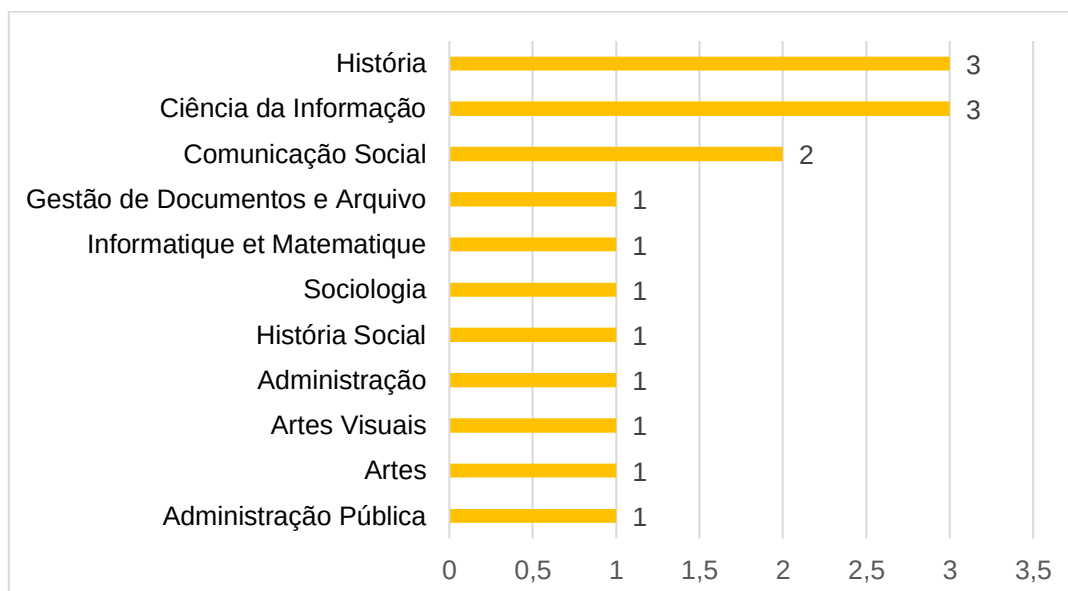
A distribuição das titulações de Mestrado na FURG pode ser acompanhada no Gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15 - Nível de formação – Mestrado (FURG) - Apêndice D

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que diz respeito à FURG, todos os atores sociais têm um título de Mestrado. Assim, o quantitativo do gráfico corresponde ao de docentes e estão distribuídos da seguinte forma: Patrimônio Cultural: 50%; **Ciência da Informação: 16,6%**; Ciências Sociais: 16,6%; Memória Social e Patrimônio Cultural: 16,6%.

A distribuição das titulações de Mestrado na UFMG pode ser acompanhada no Gráfico 16, a seguir.

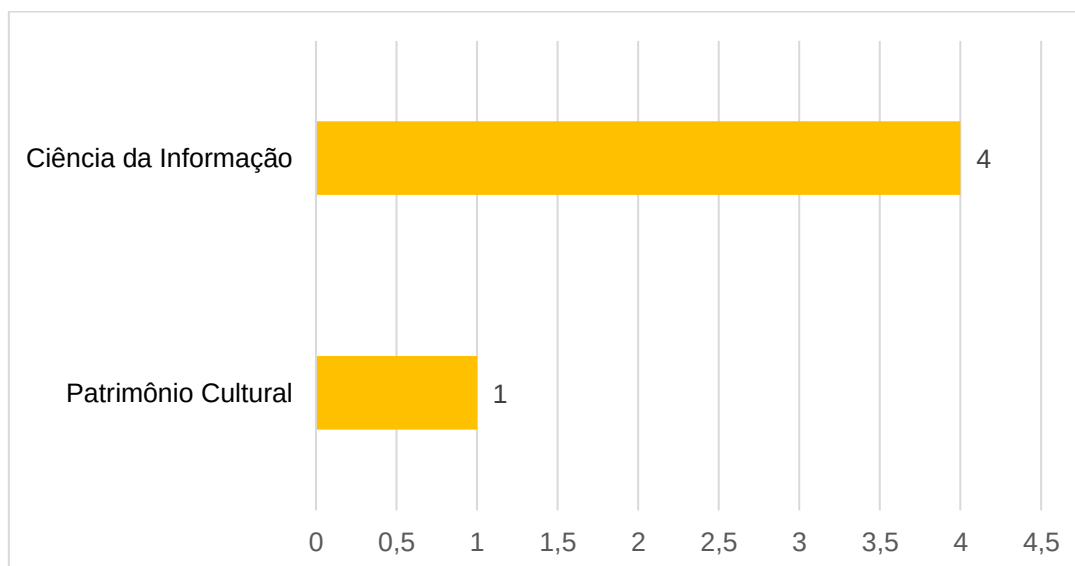
Gráfico 16 - Nível de formação – Mestrado (UFMG) - Apêndice E

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UFMG, os 16 atores sociais têm um título de Mestrado. O quantitativo apresentado no gráfico corresponde ao de docentes, como demonstrado a seguir: **Ciência da Informação: 19%**; História: 19%; Comunicação Social: 12%; Administração Pública: 6,25%; Artes: 6,25%; Artes Visuais: 6,25%; Administração: 6,25%; História Social: 6,25%; Sociologia: 6,25%; Informatique et Matematique: 6,25%; Gestão de Documentos e Arquivo: 6,25%.

A distribuição das titulações de Mestrado na UFAM pode ser acompanhada no Gráfico 17, a seguir.

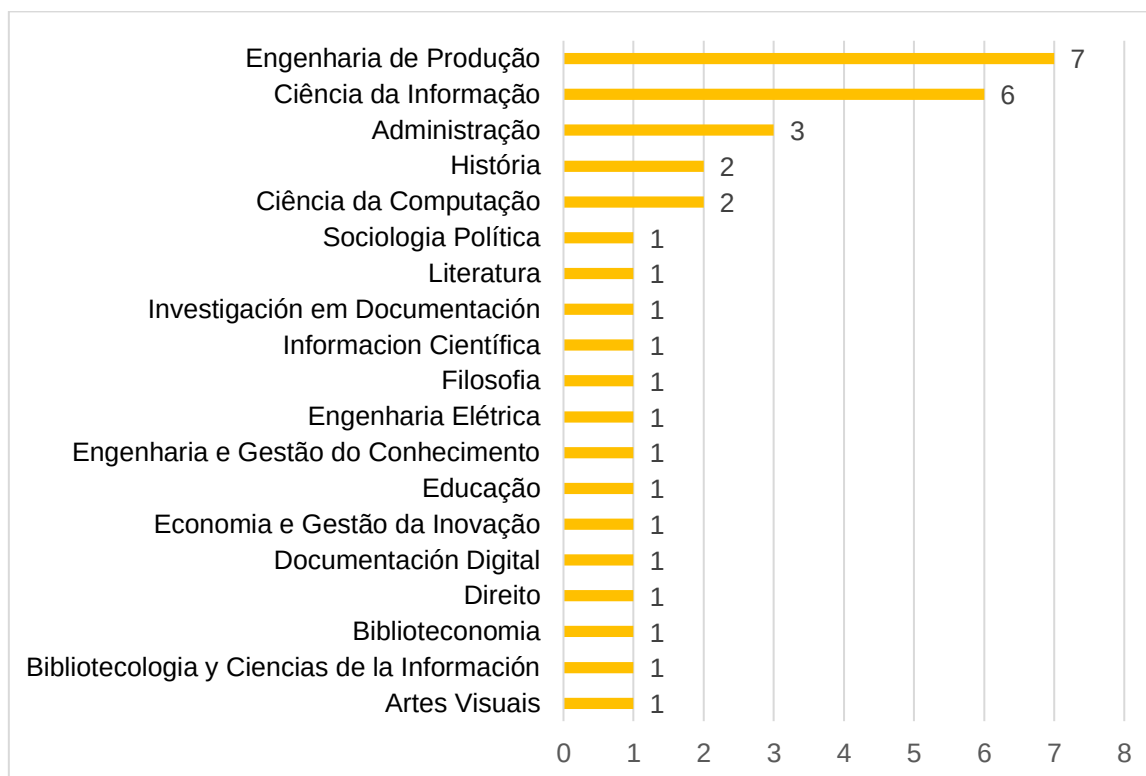
Gráfico 17 - Nível de formação – Mestrado (UFAM) - Apêndice F



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No Curso de Arquivologia da UFAM, há um diferencial, pois, dos 6 (seis) docentes, um (15%) não informou, em seu Lattes, se tem pós-graduação e/ou qual a área dessa titulação. O número apresentado no gráfico, portanto, é inferior (cindo) ao de docentes (seis), conforme observado no apêndice F na coluna Mestrado. O percentual a seguir corresponde aos 100% dos docentes que têm titulação: **Ciência da Informação: 85%**; Patrimônio Cultural: 15%.

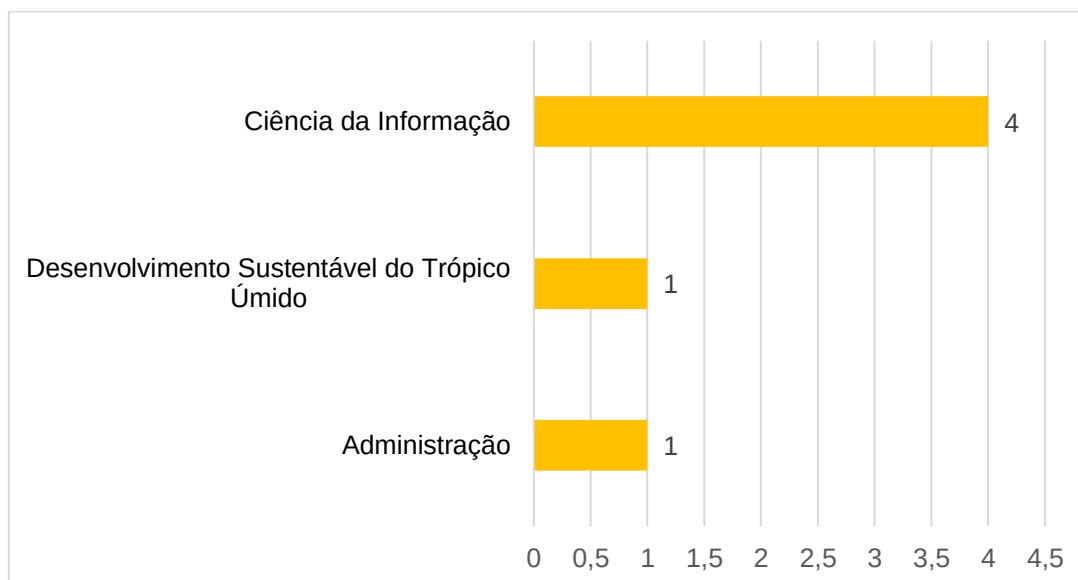
A distribuição das titulações de Mestrado na UFSC pode ser acompanhada no Gráfico 18, a seguir.

Gráfico 18 - Nível de formação – Mestrado - (UFSC) Apêndice G

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UFSC, dos 31 docentes, três têm mais de um título, totalizando 34, representados no gráfico. Como se vê, o total de cursos é superior ao de atores, conforme demonstrado no apêndice G. O percentual a seguir corresponde ao total de docentes: Engenharia de Produção: 20,08%; **Ciência da Informação: 19%**; Administração: 9%; Ciência da Computação: 6%; História: 6%; Artes Visuais: 2,8%; Bibliotecología y Ciencias de la Información: 2,8%; Biblioteconomia: 2,8%; Direito: 2,8%; Documentación Digital: 2,8%; Economia e Gestão da Inovação: 2,8%; Educação: 2,8%; Engenharia e Gestão do Conhecimento: 2,8%; Engenharia Elétrica: 2,8%; Filosofia: 2,8%; Informacion Científica: 2,8%; Investigación em Documentación: 2,8%; Literatura: 2,8%; Sociologia Política: 2,8%.

A distribuição das titulações de Mestrado na UFPA pode ser acompanhada no Gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19 - Nível de formação – **Mestrado (UFPA)** - Apêndice H

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No curso da UFPA, dos seis docentes, cada um tem um título de Mestrado. O quantitativo apresentado no gráfico corresponde ao de atores sociais e estão distribuídos da seguinte forma: **Ciência da Informação: 66%**; Administração: 17%; Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido: 17%.

No contexto da pós-graduação, o desenvolvimento da política de criação do sistema nacional para essa modalidade de formação contou com o esforço direto das seguintes instituições governamentais: da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), da Agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Em 1965, com o Parecer 977, do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), hoje Conselho Nacional de Educação (CNE), foram implantados formalmente os Cursos de Pós-graduação e instituíram-se os Cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil.

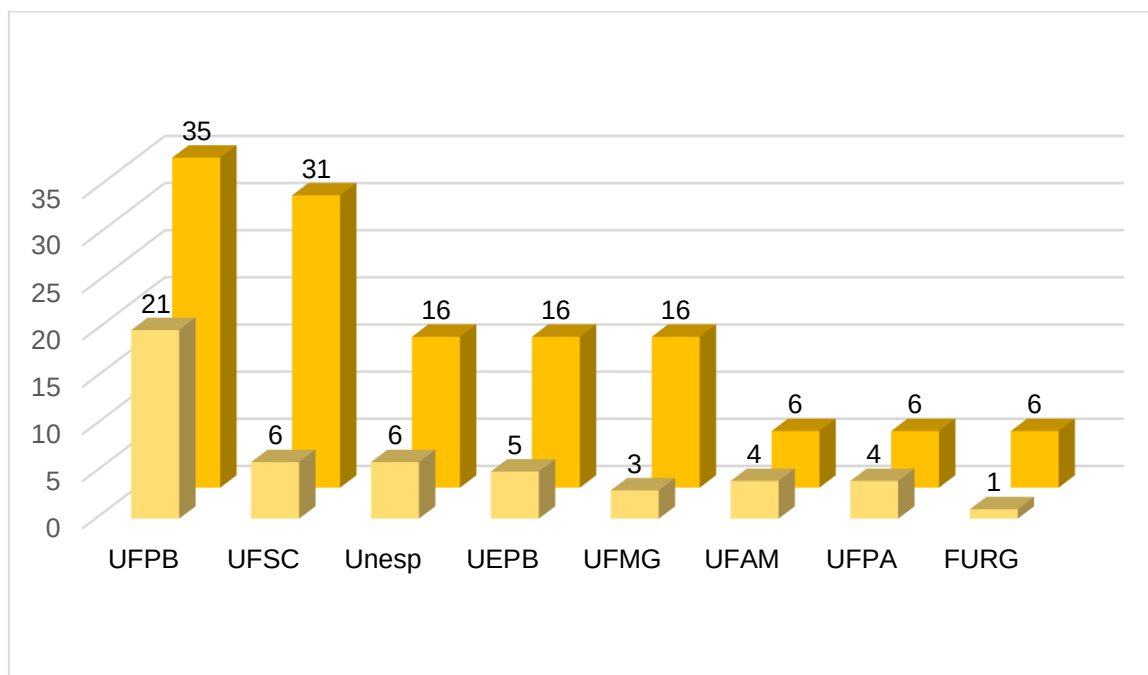
Convém enfatizar que, apesar dos esforços diretos de algumas instituições, a complexidade que aflige a sociedade atual e a crise no ensino superior, em especial, nas instituições públicas, existem novas demandas e novas exigências nas IES em busca de conhecimentos de níveis mais elevados para enfrentar as dificuldades e as necessidades para vencer esses desafios. Assim, percebeu-se que os docentes pesquisados buscam por educação continuada e cumprem seu papel social na universidade no que tange ao processo de formação e qualificação profissional.

Nesse contexto, os cursos de pós-graduação em nível de Mestrado foram realizados pelos docentes sujeitos desta pesquisa em IES variadas no Brasil e no exterior, conforme verificado no Lattes de cada um deles. Esse dado evidencia o favorecimento ao desenvolvimento das competências dos docentes e a importância da educação continuada para os atores pesquisados, que, provavelmente, também é motivada pela exigência cada vez maior das instituições para que eles sejam bem qualificados, uma vez que a qualificação beneficia o crescimento profissional, o que tem sido profundamente influenciado por conceitos, práticas e ações e representa um esforço coletivo para se discutir sobre o acesso, o uso e as vinculações sociais, culturais e econômicas da informação. Nesse contexto, Stern (2002, p. 6) ressalta que os docentes devem ser capazes de:

- tomar consciência da sua necessidade de informação;
- encontrar informações necessárias;
- avaliar a qualidade de diferentes fontes de informação;
- utilizar eficazmente a informação em função de um objetivo dado;
- gerar informação de um modo socialmente aceitável.

Assim, as universidades funcionam como um lugar de construção e divisão de saberes para que os docentes adquiram cada vez mais competências para o exercício de sua profissão, desenvolvendo o espírito científico e crítico, as aptidões de comunicação, uso e disseminação da informação, além da pesquisa individual e coletiva, tornando-se um profissional competente.

Pensou-se ser importante mencionar os atores que cursaram o Mestrado em CI, porque é a área do programa em que o trabalho em tela foi desenvolvido. Conforme os dados a seguir, as maiores quantidades são a quantidade de docentes por instituição, e as menores, a quantidade de professores que cursaram o Mestrado em CI, conforme pode ser visualizado nos Apêndices de A ao H na coluna Mestrado:

Gráfico 20 - Docentes com Mestrado em CI

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 131 atores sociais pesquisados, **50 (38%) são Mestres em CI** e estão distribuídos da seguinte forma por instituição: UFAM: 85%; UFPA: 66%; UFPB: 59%; Unesp: 46%; UEPB: 32%; UFSC: 20%; UFMG: 19%; FURG: 17%.

Pensando no processo de educação continuada para os docentes dos Cursos de Arquivologia, percebeu-se que, apesar de a área ter estreita aproximação com a CI (JARDIM, 2011), só depois da década de 1990 foi que passou por ampliações, o que também ocorreu nos Cursos de Pós-graduação *strictu sensu* (Mestrado e Doutorado). Segundo Marques, Roncaglio, Tognoli e Barros (2017, p. 489), os programas “passaram a contemplar linhas de pesquisa e temáticas voltadas aos arquivos e à Arquivologia, sobretudo, na área da Ciência da Informação”. Como a pesquisa envolve os cursos a partir dos anos 2000, pode-se levar em consideração que o percentual de docentes com Mestrado em CI não seja tão elevado, tendo em vista que muitos docentes já tinham a titulação em outras áreas.

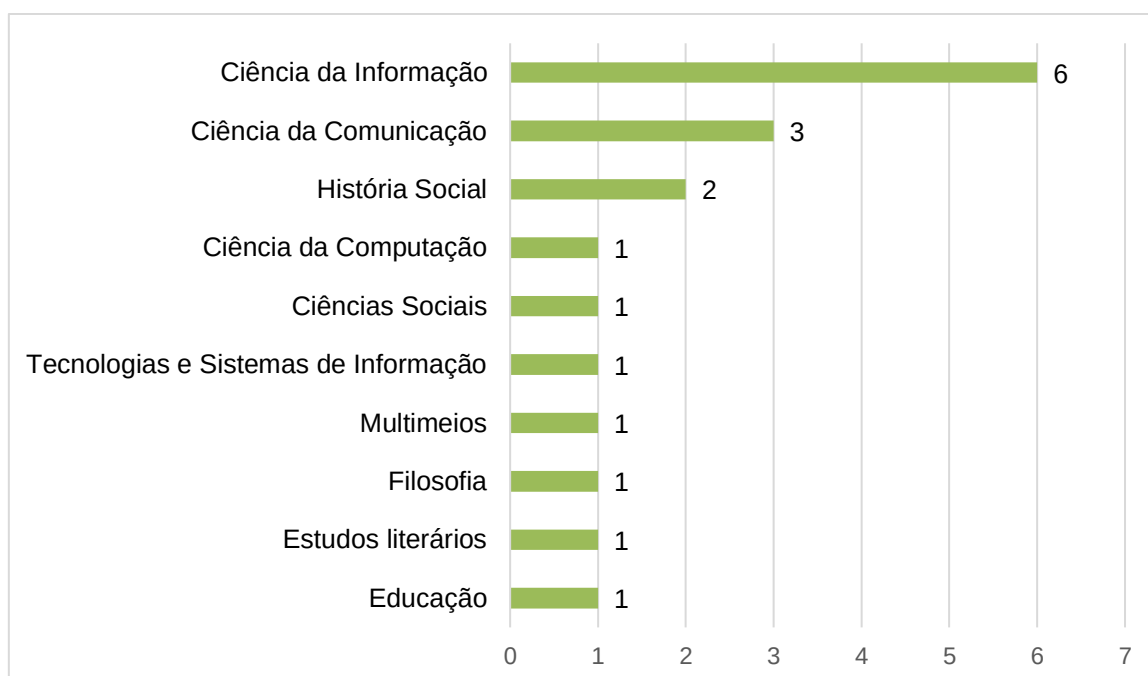
Nessa perspectiva, percebeu-se que “a busca de informação é um processo de construção que envolve a experiência de vida, os sentimentos, bem como os pensamentos e as atitudes de uma pessoa” (KUHLTHAU, 1991, p. 362). Essa busca por informação na área da CI, para contribuir com a Arquivologia, certamente oportuniza um diálogo mais próximo, sem desmerecer as demais formações, pois a

interdisciplinaridade também é fundamental para uma interação de conhecimentos, atitudes e habilidades para realizar uma atividade.

Quando se pensa em educação continuada, percebeu-se que isso se prolonga por toda a vida em crescentes níveis de autonomia, levando ao aprender a aprender, o que significa que não tem um fim e é importante que a comunidade acadêmica, os discentes e a sociedade percebam esse contínuo aprendizado dos docentes, porque a educação continuada não implica apenas títulos, apesar da importância deles para a formação docente. Nessa perspectiva, avaliou-se também a formação em nível de Doutorado dos sujeitos pesquisados, conforme o gráfico a seguir. Os números apresentados nos gráficos equivalem à titulação, pois alguns docentes têm mais de uma, o que, em algumas instituições, difere do percentual apresentado abaixo de cada gráfico, que corresponde ao total de docentes:

A distribuição das titulações de Doutorado na UNESP pode ser acompanhada no Gráfico 21, a seguir.

Gráfico 21 - Nível de formação – **Doutorado (UNESP)** - Apêndice A



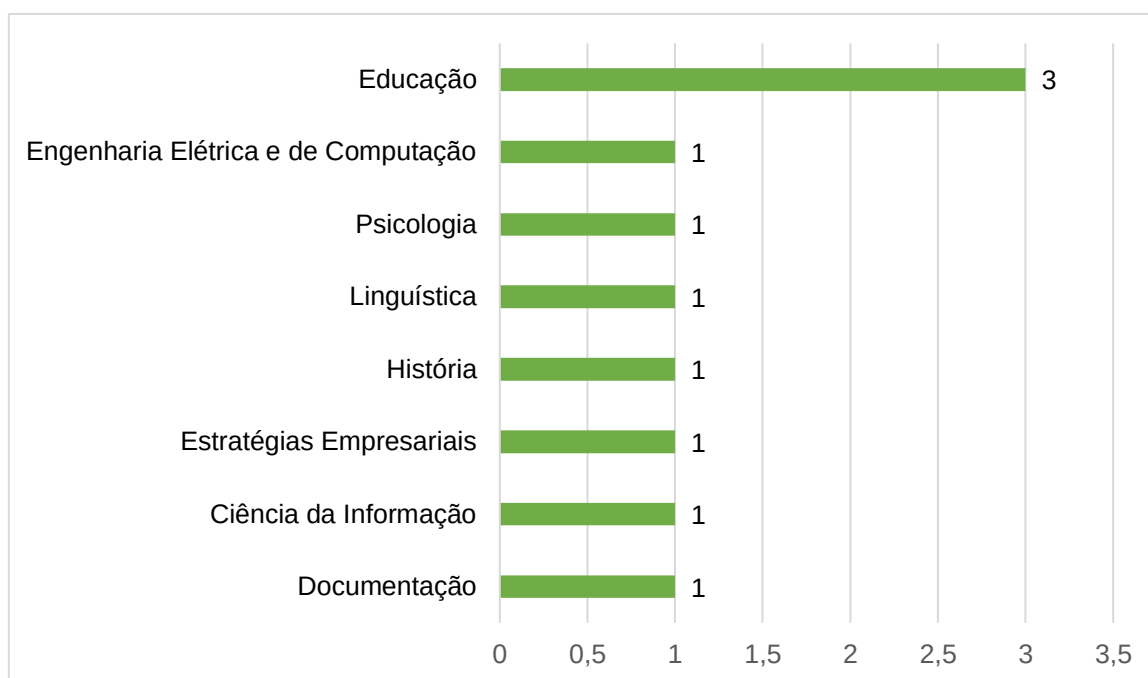
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 16 atores pesquisados da UNESP, todos (100%) têm um título de Doutorado e estão distribuídos com os seguintes percentuais de áreas: **Ciência da Informação: 39%**; Ciência da Comunicação: 19%; História Social: 12%; Educação:

6%; Estudos literários: 6%; Filosofia: 6%; Multimeios: 6%; Tecnologias e Sistemas de Informação: 6%.

A distribuição das titulações de Doutorado na UEPB pode ser acompanhada no Gráfico 22, a seguir.

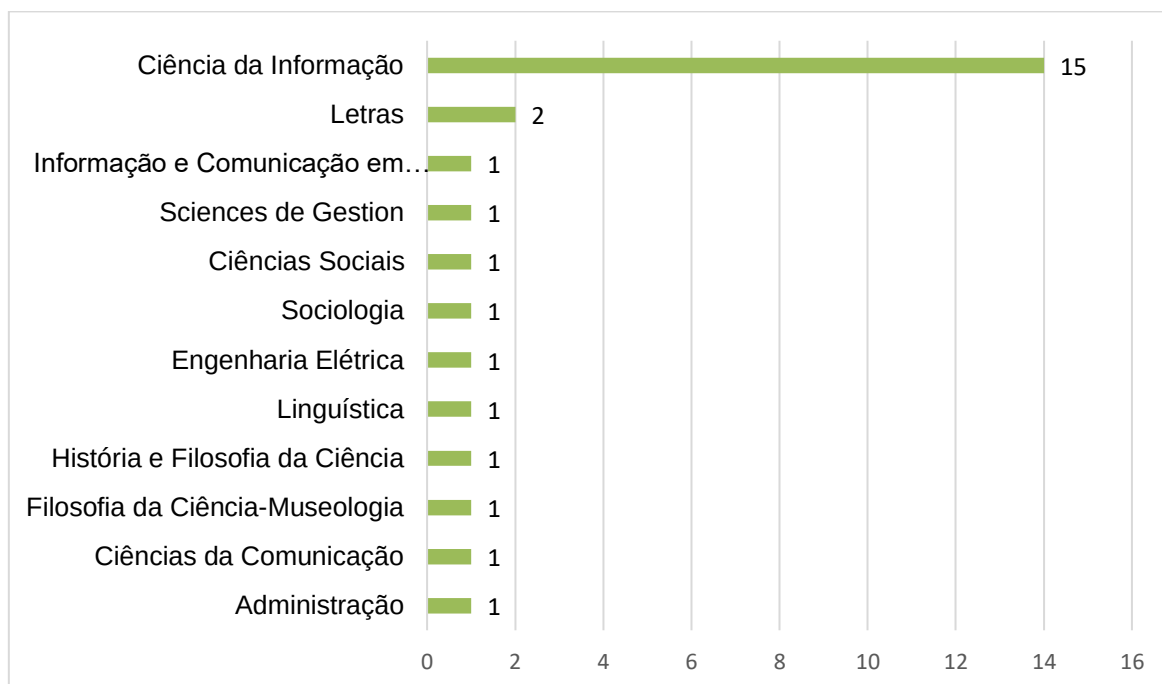
Gráfico 22 - Nível de formação – **Doutorado (UEPB)** - Apêndice B



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na UEPB, dos 16 docentes, seis (56%) não têm doutorado. Os 10 (44%) que constam estão distribuídos nas seguintes áreas por percentuais: Educação: 30%; Documentação: 10%; **Ciência da Informação: 10%**; Estratégias Empresariais: 10%; História: 10%; Linguística: 10%; Psicologia: 10%; Engenharia Elétrica e de Computação: 10%.

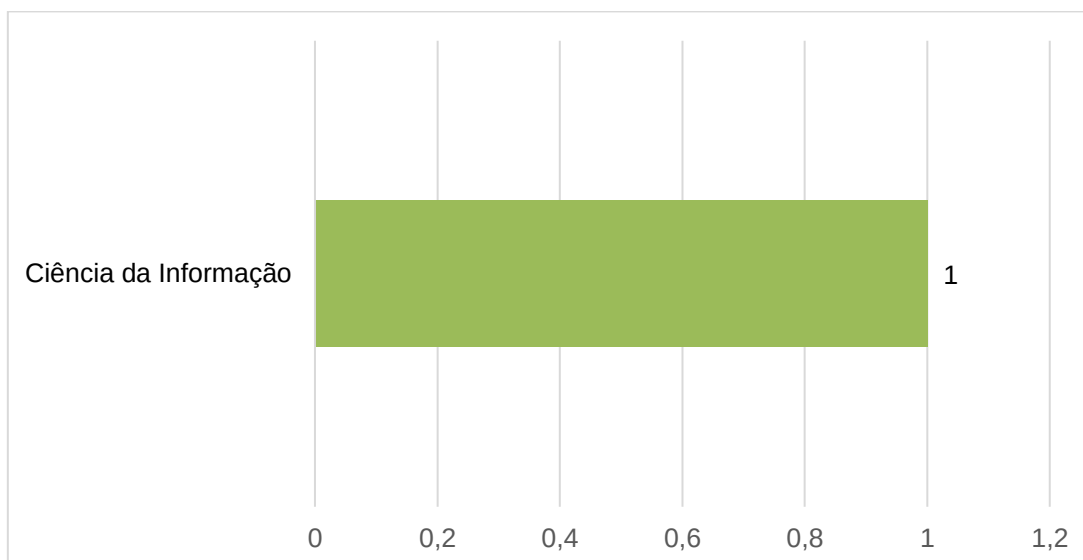
A distribuição das titulações de Doutorado na UFPB pode ser acompanhada no Gráfico 23, a seguir.

Gráfico 23 - Nível de formação – **Doutorado (UFPB)** - Apêndice C

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 35 docentes da UFPB, nove (25%) não têm essa titulação. Desses nove, três estão com o Doutorado em andamento. Os 25 (75%) que possuem o título de Doutor estão distribuídos nas seguintes áreas e por percentual: **Ciência da Informação: 53%**; Administração: 4%; Ciências da Comunicação: 4%; Filosofia da Ciência-Museologia: 4%; História e Filosofia da Ciência: 4%; Letras: 7%; Linguística: 4%; Engenharia Elétrica: 4%; Sociologia: 4%; Ciências Sociais: 4%; Sciences de Gestion: 4%; Informação e Comunicação em Plataformas Digitais: 4%.

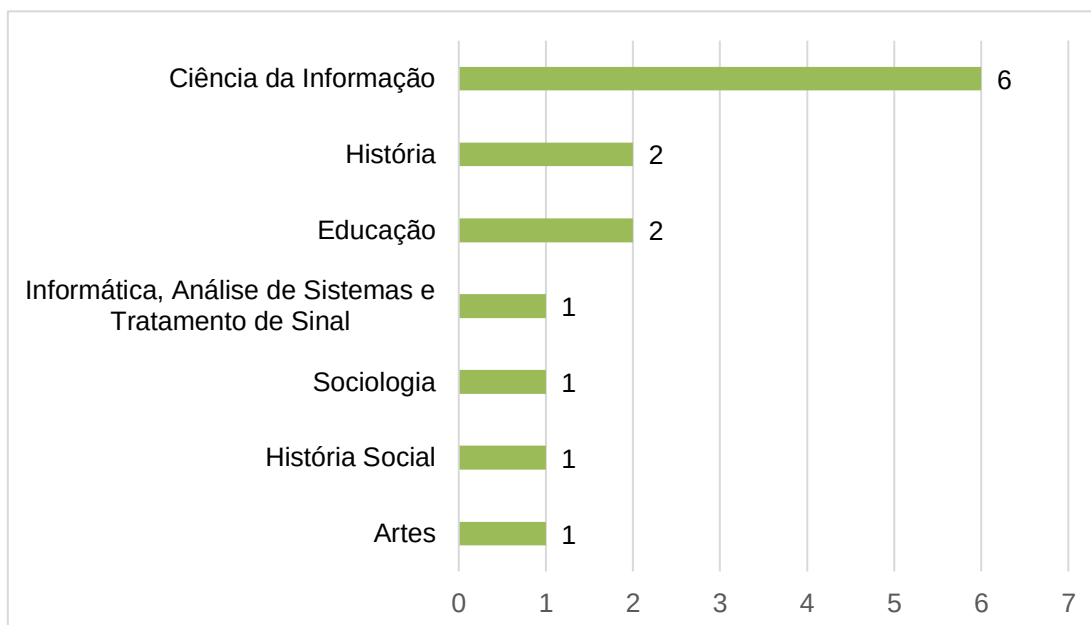
A distribuição das titulações de Doutorado na FURG pode ser acompanhada no Gráfico 24, a seguir.

Gráfico 24 - Nível de formação – Doutorado (FURG) - Apêndice D

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Logo, dos seis docentes da FURG, apenas um (15%) tem o título de Doutor e é na área da CI. Dos cinco restantes, quatro estão cursando o Doutorado.

A distribuição das titulações de Doutorado na UFMG pode ser acompanhada no Gráfico 25, a seguir.

Gráfico 25 - Nível de formação – Doutorado (UFMG) - Apêndice E

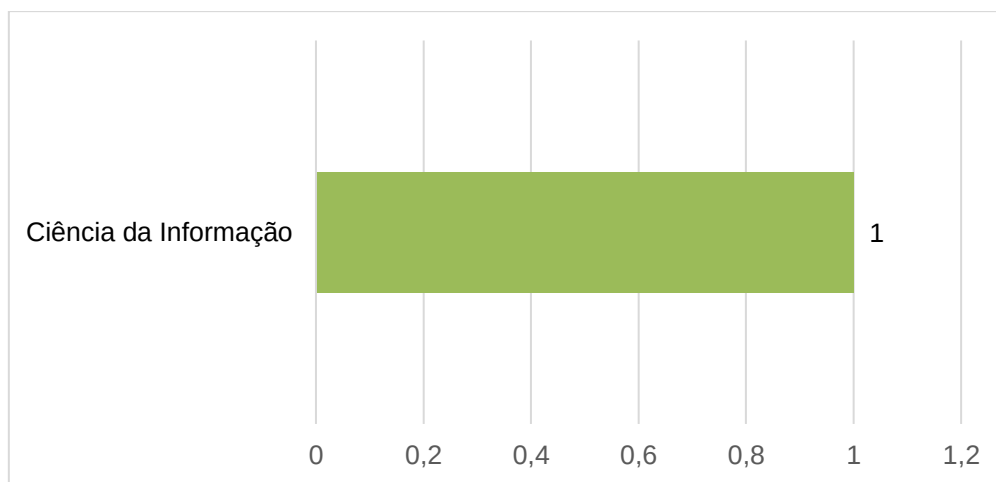
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nos Cursos de Arquivologia da UFMG, dos 16 docentes, dois (25%) não têm essa titulação. Os 14 (75%) que têm o título distribuídos nas seguintes áreas: **Ciência**

da Informação: 42%; História:14%; Educação: 14%; Artes: 7,5%; História Social: 7,5%; Sociologia: 7,5%; Informática, Análise de Sistemas e Tratamento de Sinal: 7,5%.

A distribuição das titulações de Doutorado na UFAM pode ser acompanhada no Gráfico 26, a seguir.

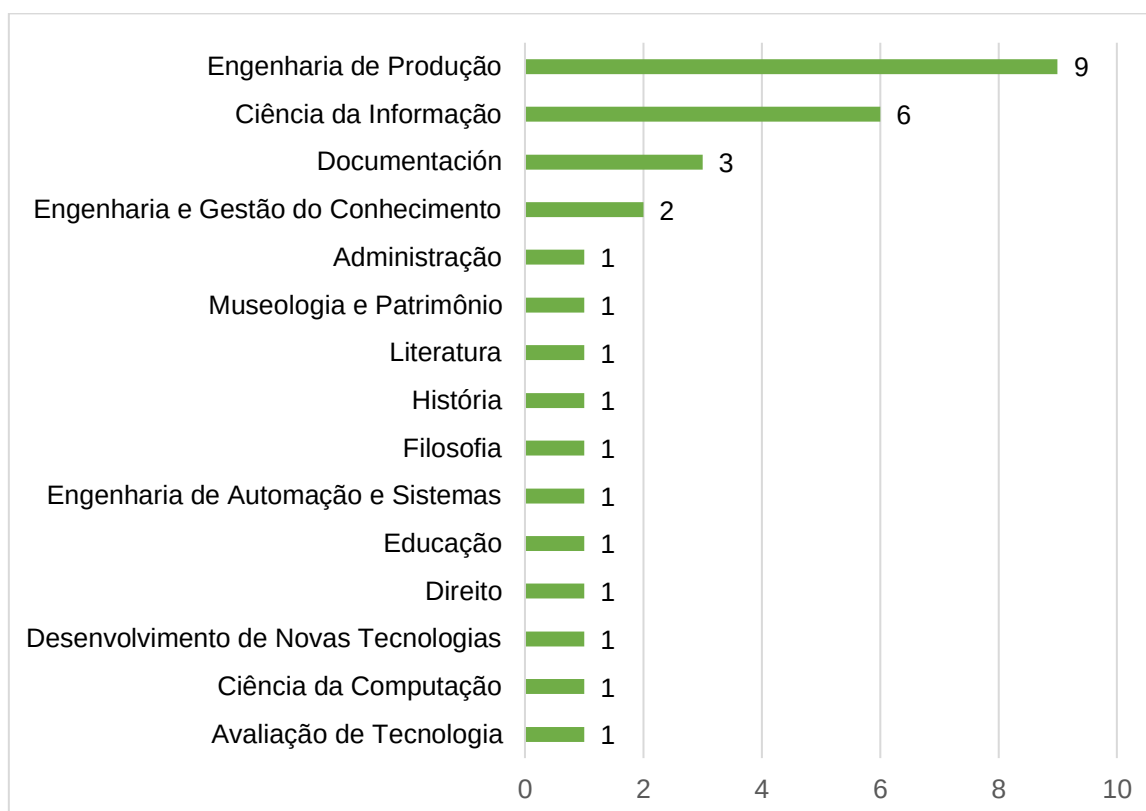
Gráfico 26 - Nível de formação – Doutorado (UFAM) - Apêndice F



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos seis docentes da UFAM, cinco (85%) não têm essa titulação, e um (15%) tem o título em CI e corresponde a 100%.

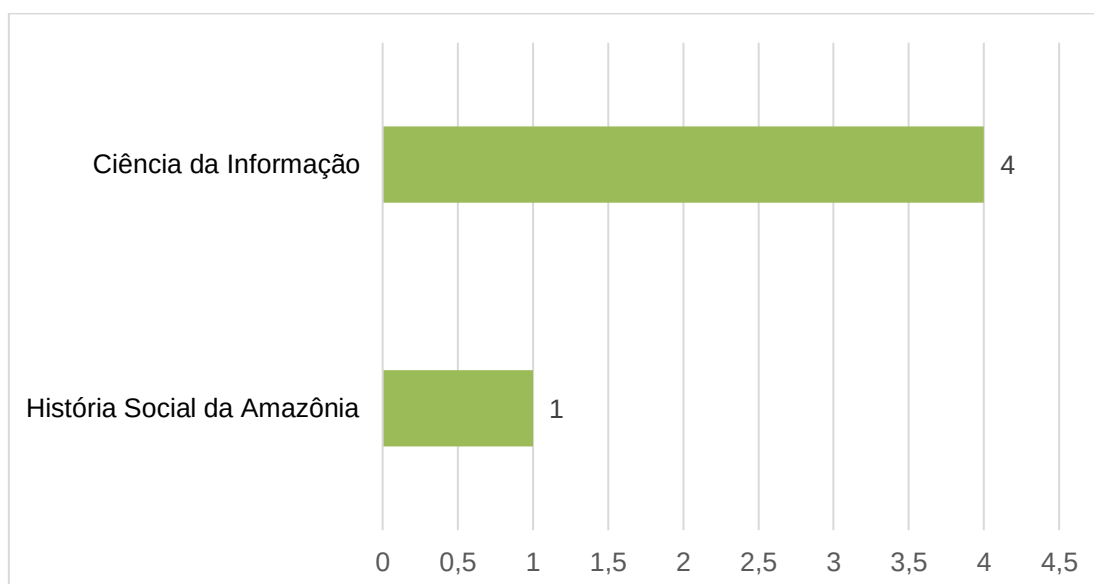
A distribuição das titulações de Doutorado na UFSC pode ser acompanhada no Gráfico 27, a seguir.

Gráfico 27 - Nível de formação – Doutorado (UFSC) - Apêndice G

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 31 docentes da UFSC, 2 (0,6%) não têm essa titulação, e um está cursando o Doutorado. Os 29 (94%) que têm estão distribuídos nos seguintes percentuais: Engenharia de Produção: 30%; **Ciência da Informação: 20%**; Documentación: 10%; Engenharia e Gestão do Conhecimento: 7%; Administração: 3%; Avaliação de Tecnologia: 3%; Ciência da Computação: 3%; Desenvolvimento de Novas Tecnologias: 3%; Direito: 3%; Educação: 3%; Engenharia de Automação e Sistemas: 3%; Filosofia: 3%; História: 3%; Literatura: 3%; Museologia e Patrimônio: 3%.

A distribuição das titulações de Doutorado na UFPA pode ser acompanhada no Gráfico 28, a seguir.

Gráfico 28 - Nível de formação – **Doutorado - (UFPA)** Apêndice H

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos seis docentes da UFPA, um (15%) não tem essa titulação, mas está cursando o Doutorado. Os cinco (85%) que têm doutorado estão nas seguintes áreas:

Ciência da Informação: 80%; História Social da Amazônia: 20%

A importância do Doutorado para os docentes vai além de uma titulação, trata-se de uma forma de certificar sua capacidade de desenvolver pesquisas ou investigação científica, e esse trabalho precisa ser criativo, independente e fazer a diferença em sua área de atuação. A titulação de doutor é de grande importância no meio acadêmico. Dos oito cursos pesquisados com os respectivos docentes, percebeu-se que a maioria tem o título e estão nas seguintes instituições: UNESP (todos), UFPB (75%), UFMG (75%), UFSC (94%) e UFPA (85%), como mostram os gráficos anteriores, comprovando que, mesmo diante de um cenário pouco otimista para a educação do ensino superior no Brasil, uma das metas das universidades é de manter esse número elevado e em constante crescimento. De acordo com a LDB nº 9.394/1996, os processos de formação docente para o ensino superior são desenvolvidos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, cujos objetos centrais são a pesquisa e a produção do conhecimento.

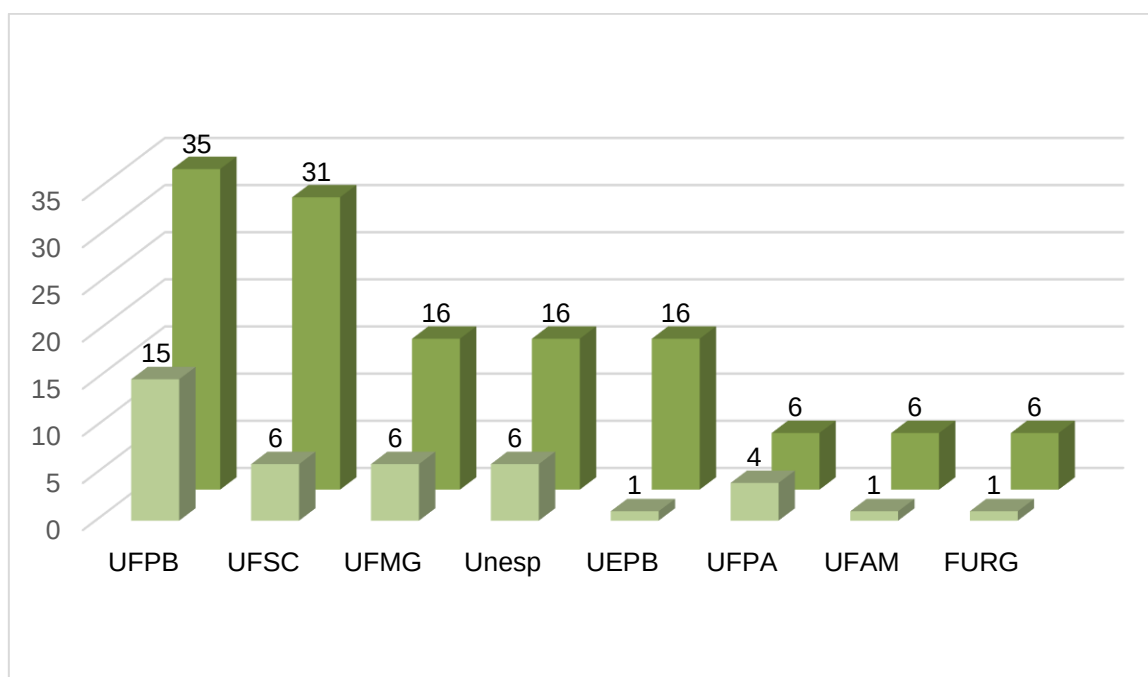
Quanto aos docentes com titulação de doutor, colaboram também para o recebimento de recursos e bolsas no ensino, na pesquisa e na extensão, além de estar habilitados para atuar nos cursos de pós-graduação. Isso foi pontuado já na I Reparq, no sentido de “Incentivar a participação dos docentes nos grupos de pesquisa

formais do CNPq” (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 445). Apesar de “[...] não ser reconhecida como área de conhecimento do CNPq, a Arquivologia é teoria, método e campo empírico para uma quantidade significativa de grupos de pesquisa, segundo Jardim (2011, p. 62).

Foi recomendado ainda pela I Reparq que fosse criada uma comissão com o objetivo de se estudar a integração dos grupos de pesquisa na área de Arquivologia. Essa recomendação partiu do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia e é reforçada por Marques, Roncaglio, Tognoli e Barros (2017, p. 489), quando ressaltam que a “pesquisa é, sem dúvida, um importante indicador da construção científica de uma área do conhecimento. Pode-se dizer que ela contribui decisivamente para fortalecer a disciplina e sua relação com seu objeto”.

Assim, considerando a proximidade da Arquivologia com a CI, levantou-se o quantitativo de doutores que têm titulação nessa área por considerá-la um campo fértil e em constante expansão e porque os Doutorados em CI apontam uma importante função que representa a formação dos docentes dos Cursos de Arquivologia nas universidades, constituindo-se como um lugar de formação dos professores. Nesse contexto, obtiveram-se os dados seguintes. As torres maiores são o quantitativo de docentes, e as menores, o de atores com Doutorado em CI:

Gráfico 29 - Docentes com Doutorado em Ciência da Informação



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 131 docentes trabalhados, 40 (31%) têm Doutorado em CI e estão distribuídos da seguinte forma: UFPA: 80%; UFPB: 56%; UFMG: 42%; Unesp : 39%; UFSC: 20%; UFAM: 17%; FURG : 17%; UEPB: 7%.

No Brasil, até o momento, não existem Cursos de Doutorado específicos na área de Arquivologia, mas é importante o número de doutores em áreas correlatas que desenvolveram pesquisas com temas voltados para a Arquivologia, sobretudo, na área da CI. Silveira (2008, p. 24) ressalta que

[...] a constituição de uma disciplina científica refere-se à formação e ao desenvolvimento consistente dos sistemas conceitual (sistema de ideias) e social (sistemas de atores) reconhecidos por sua comunidade. A constituição de uma disciplina envolve processos e mecanismos que se constroem e se legitimam no seu espaço de atuação, pelos atores, possibilitando que a ciência em questão adquira o seu estado científico.

O Art. 2º, anexo à Resolução Complementar nº 01/2009³¹, de 27/10/2009, nas Normas Gerais de Pós-Graduação, afirma, em seu parágrafo 3º, que “o Doutorado tem o objetivo de desenvolver a capacidade de propor e conduzir pesquisas originais, de forma autônoma, em área específica de atuação”. Assim, o Doutorado em CI, no caso específico dos docentes que compõem os Cursos de Arquivologia, pode proporcionar um diálogo mais estreito dos atores, uma vez que a CI tem três características gerais que são a razão de sua existência: a interdisciplinaridade, que é marcante desde sua constituição; a forte ligação com a tecnologia da informação e sua dimensão social na sociedade da informação (SARACEVIC, 1995).

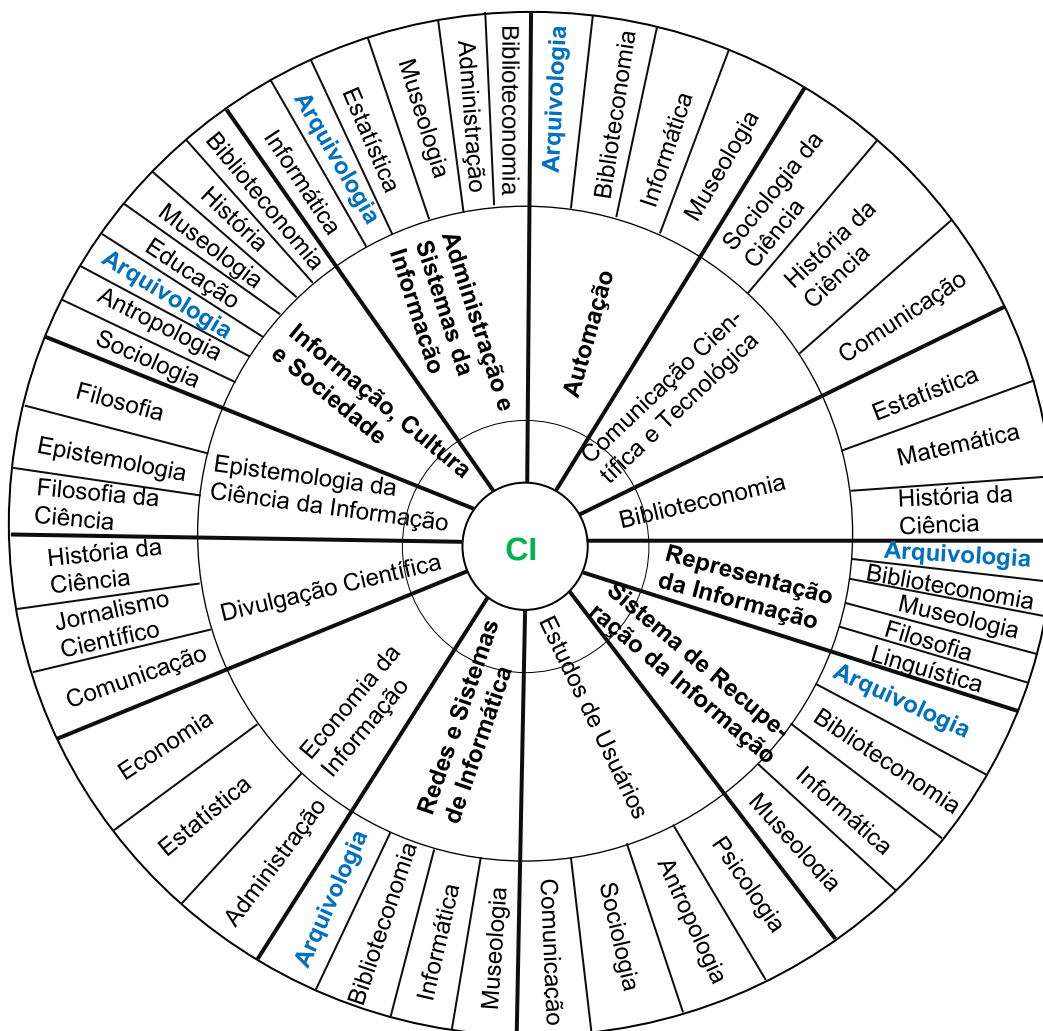
Ao longo da constituição dos Cursos de Arquivologia no Brasil e sua trajetória para se consolidar como campo científico, os docentes/pesquisadores da Arquivologia encontraram na CI um suporte para seu desenvolvimento, com o intuito de procurar desenvolver pesquisas que envolvam seus instrumentos de comunicação científica e poder contribuir para fortalecer as discussões que ocorrem nos vários eventos produzidos pelas duas áreas. De acordo com Araújo (2011, p. 118-119),

[...] a CI ofereceu à Arquivologia possibilidade de construção de conhecimentos propriamente científicos, indo além da dimensão de produção de manuais de “como fazer”. Ao mesmo tempo, abriu portas para que a Arquivologia problematizasse questões que vão além da instituição arquivo: as políticas de informação, os arquivos pessoais, as realidades documentais não tratadas do ponto de vista arquivístico, entre outras.

³¹ Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1986/e1.shtml>

Segundo Saracevic (1995), toda disciplina tem o que oferecer à CI, umas mais que outras, e os diálogos e as trocas de saberes é o que a faz ser interdisciplinar, conforme demonstrado na Figura 3 a seguir:

Figura 3 - Mandala da interdisciplinaridade na CI



Fonte: Silveira (2008, p. 53). Baseada em Pinheiro e Loureiro (1995, grifo nosso)

Como se vê na mandala, a CI dialoga com diversas áreas e, conseqüentemente, diversas disciplinas, no caso especial desta pesquisa, com a Arquivologia, e faz essa comunicação e troca de saberes através da automação, da representação da informação, dos sistemas de recuperação da informação, das redes de sistemas de informação, da informação, da cultura, da sociedade e da administração de sistemas de informação. Esses pontos contribuem para uma

comunicação direta entre a CI e a Arquivologia. Borko (1968, p. 1) ressalta que a CI é a

[...] disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. [...] está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação. [...] uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação.

Essa conceituação pode reforçar o diálogo entre a CI e a Arquivologia, no que diz respeito aos fluxos de informação, considerando as redes e os sistemas de informação; a informação desejada, em relação aos estudos de usuários, na perspectiva de uma boa relação entre a produção da informação e as necessidades de cada ator, grupo ou sociedade; a tecnologia para tornar eficiente a qualidade da informação; a geração do conhecimento e sua representação e a relação entre informação e usuário, tendo em vista o valor e o uso das informações.

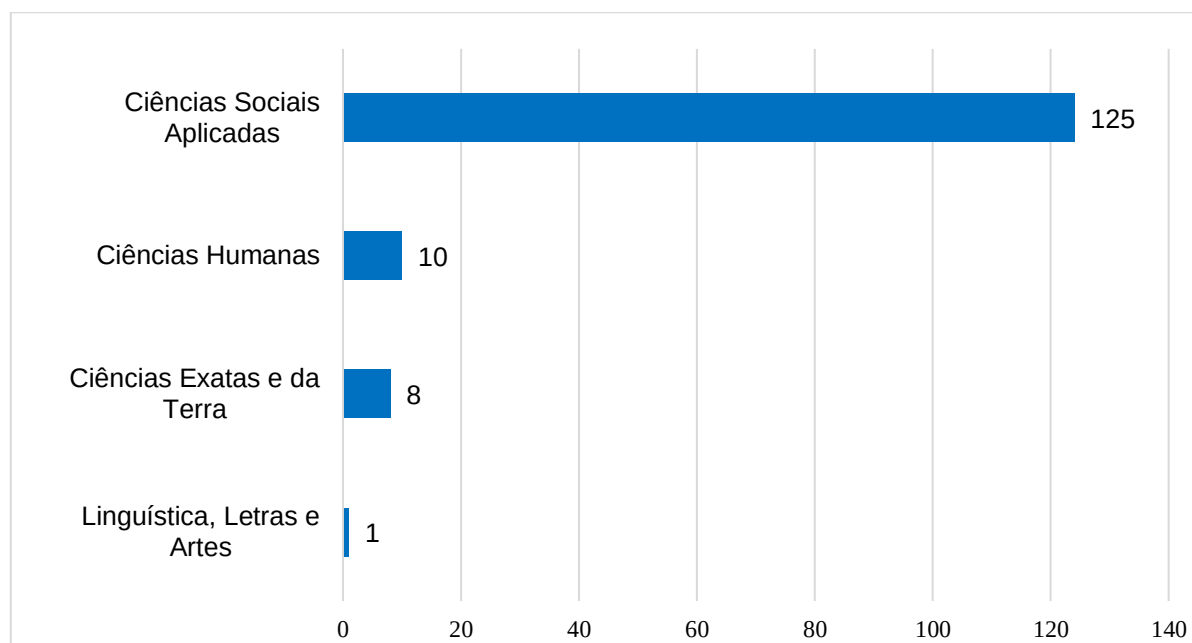
Nesse contexto, Souza (2007, p. 63-65) cita quatro facetas da interdisciplinaridade encontradas no contexto da CI no Brasil e, em alguns casos, sua relação com disciplinas como a Arquivologia, em especial, nas alíneas “b” e “d”:

- a) A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como um instrumento para a tomada de decisão;
- b) A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como forma de exploração de outras disciplinas auxiliares;
- c) A interdisciplinaridade da Ciência da Informação com a finalidade puramente intelectual;
- d) A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como método de ensino e pesquisa.

No contexto da interdisciplinaridade, Japiassu (1976) ressalta que é no ensino e na pesquisa interdisciplinar que há uma integração real entre as disciplinas, razão por que é importante a formação do Doutorado para contribuir com o ensino, a pesquisa e a extensão, que são os três pilares que regem as universidades. Assim, esta pesquisa averiguou as áreas de atuação e os projetos de pesquisa e de extensão que estão sendo desenvolvidos pelos docentes. Foram levados em consideração todos os projetos que estão como atuais, ou seja, que tiveram ano de início, mas segue em andamento de acordo com os currículos Lattes.

Iniciou-se pelas áreas e, posteriormente, os projetos. No que diz respeito aos projetos, decidiu-se dar mais ênfase aos ligados à área de Arquivologia. Os atores percebem-se nas áreas, como mostram gráficos a seguir. Para se ter uma visão geral, os quadros com todos os atores nas grandes áreas, áreas e subáreas encontram-se nos Apêndices de I a P.

Gráfico 30 - Grande área dos atores

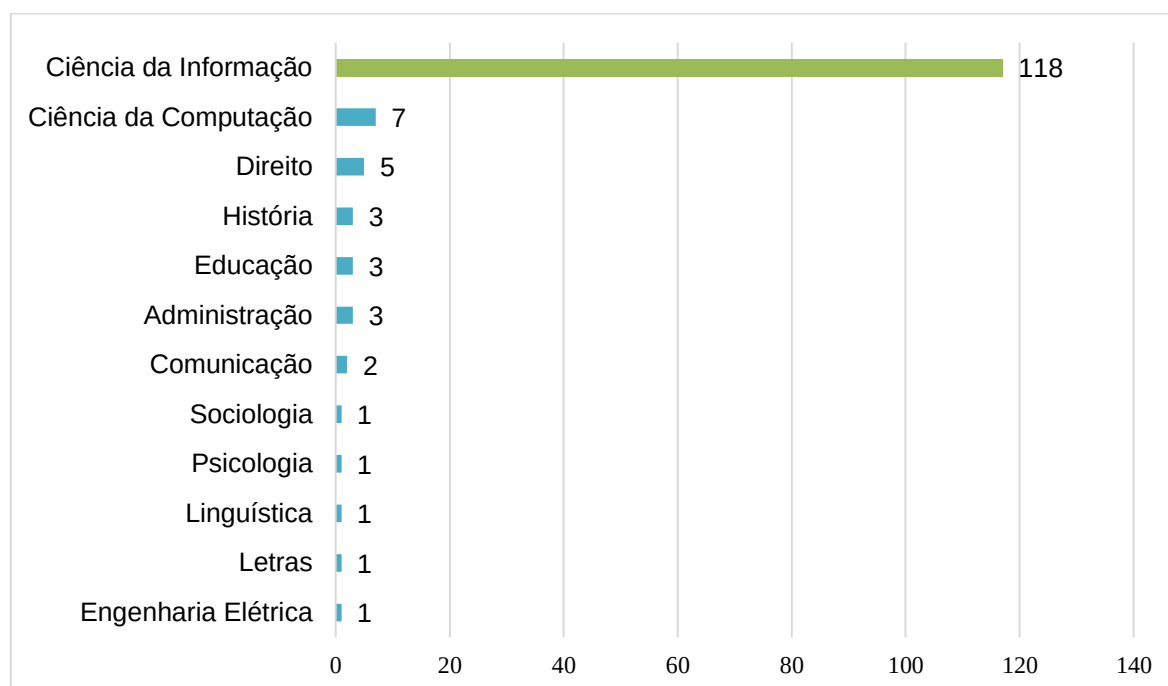


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que diz respeito à grande área, encontraram-se 144 incidências distribuídas da seguinte forma: Ciências Sociais Aplicadas: 87%; Ciências Humanas: 7%; Ciências Exatas e da Terra: 5%; Linguística, Letras e Artes: 1%.

Como demonstrado no gráfico, foram encontradas quatro grandes áreas com as quais os atores se identificaram. Alguns informaram no Currículo Lattes que fazem parte de mais de uma grande área. Os números dentro do quadro equivalem a essa identificação, que difere do número total de atores (131). Percebeu-se que a maioria dos docentes está na grande área Ciências Sociais Aplicadas (CSA). Isso pode estar relacionado ao fato de que muitos se percebem dentro da área de CI e Administração ou por estar relacionado a elas.

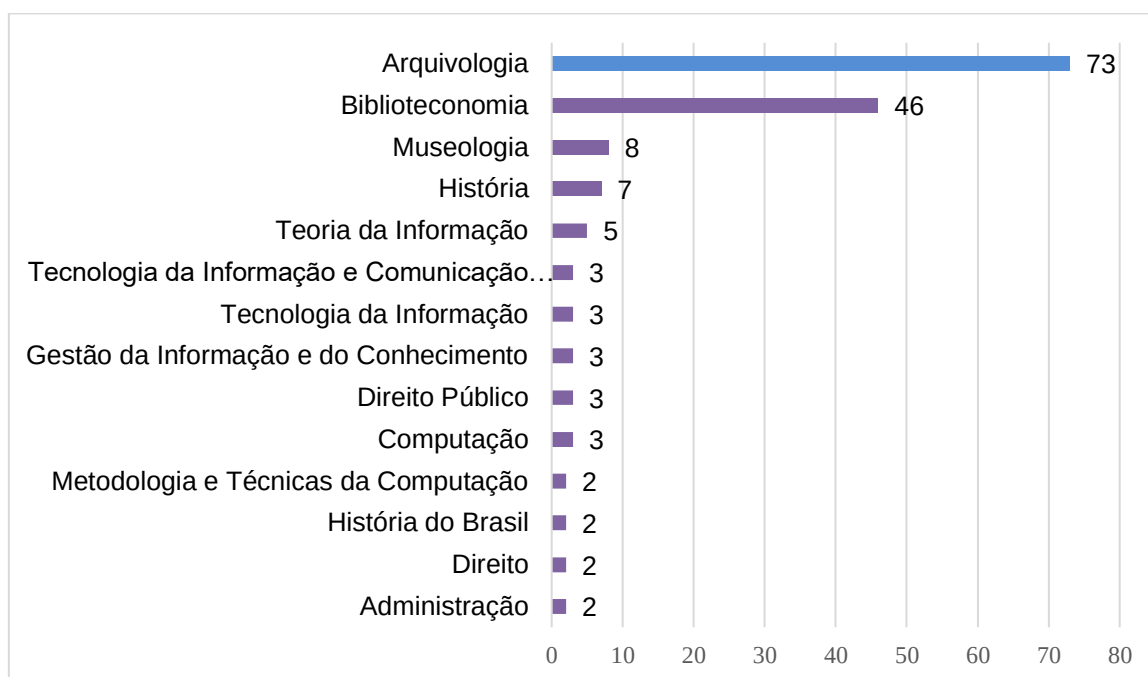
Outro ponto que pode ser levado em consideração, no caso dos docentes que pontuaram que fazem parte de duas ou três áreas, pode estar relacionado a sua formação e à área em que se encontram na docência, conforme demonstrado no Gráfico 31 a seguir:

Gráfico 31 - Área dos atores

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que se refere às áreas, dos 131 atores considerados na pesquisa, encontraram-se 146 incidências em áreas como: **Ciência da Informação: 80%**; Ciência da Computação: 6%; Direito: 4%; História: 2%; Educação: 2%; Administração: 2%; Comunicação: 1%; Sociologia: 0,6%; Psicologia: 0,6%; Linguística: 0,6%; Letras: 0,6%; Engenharia Elétrica: 0,6%.

É evidente que a CI se destaca como a área mais evidenciada pelos atores. Isso pode estar relacionado ao fato de maioria dos Cursos de Arquivologia serem constituídos por departamentos e escolas ligados à CI, como comprova a constituição dos cursos já mencionados na sessão 4.3. Também é confirmado como eles se percebem nas subáreas. Veja-se o gráfico a seguir:

Gráfico 32 - Subáreas dos atores sociais

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Das 66 subáreas encontradas, 14 aparecem mais de uma vez. Embora se tenha decidido representar do gráfico apenas essas, todas as subáreas podem ser visualizadas nos Apêndices de I a P, na coluna subárea. A pesquisa mostrou que os percentuais estão divididos da seguinte forma: **Arquivologia: 34%**; Biblioteconomia: 21%; Museologia: 4%; História: 3%; Teoria da Informação: 2%; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): 1,6%; Tecnologia da Informação: 1,6%; Gestão da Informação e do Conhecimento: 1,6%; Direito Público: 1,6%; Computação: 1,6%; Metodologia e Técnicas da Computação: 1%; História do Brasil: 1%; Direito: 1%; Administração: 1%. As 48 subáreas que só tiveram 1 (0,4%) incidência, correspondem a 24% das 62.

Alguns atores fazem parte de departamentos que não compõem somente os Cursos de Arquivologia, mas também os de Biblioteconomia e Museologia. Esses docentes percebem que estão em duas ou três subáreas, como pode ser observado nos Apêndices de I a P, na coluna subárea. Destacamos os da subárea de Arquivologia:

Quadro 8 - Quantitativo de docentes na subárea de Arquivologia

Subárea	Incidência	Total
ARQUIVOLOGIA	UFMG - 15 UEPB - 12 UFSC - 11 UEPB - 10 UNESP - 9 FURG - 6 UFAM - 6 UFPA - 4	73

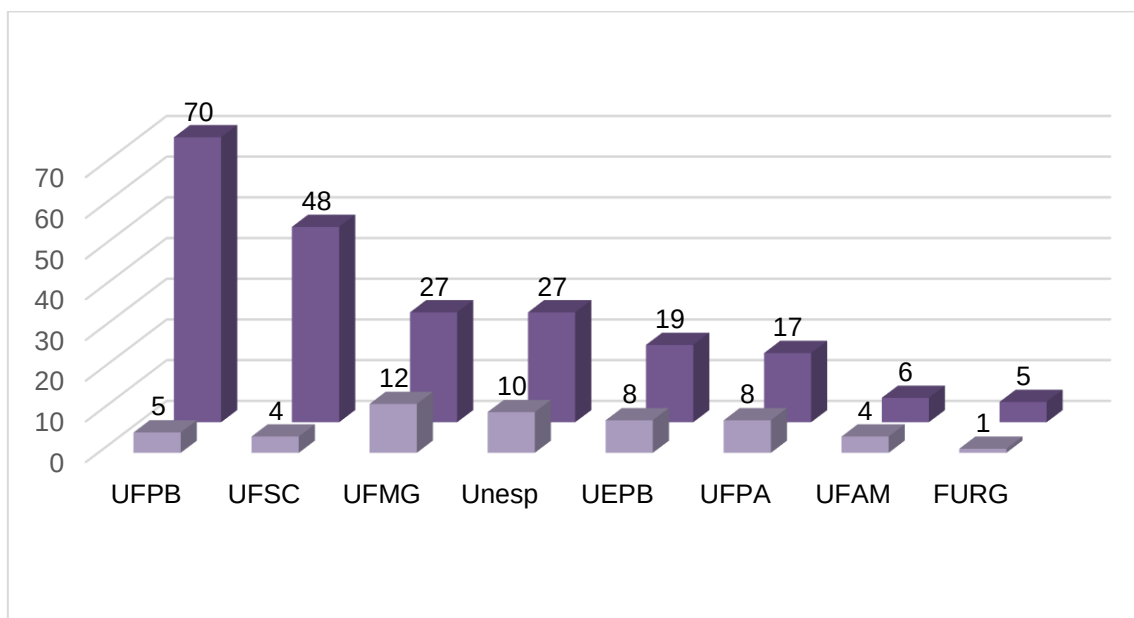
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Segundo Andrade (2019, p. 20), “os princípios que regem a Arquivologia e as teorias que a caracterizam e delimitam como área do conhecimento devem ser sempre considerados como norteadores”. Nesse cenário, os docentes que fazem parte do contexto da Arquivologia podem apresentar inquietações que necessitam de aprofundamentos teóricos e práticos. Logo, é preciso acompanhar seu processo de educação continuada na área e saber como se comporta a receptividade do próprio campo e entre os pares.

5.4 AÇÕES DE INFORMAÇÃO – RELACIONAIS: produção científica em Arquivologia

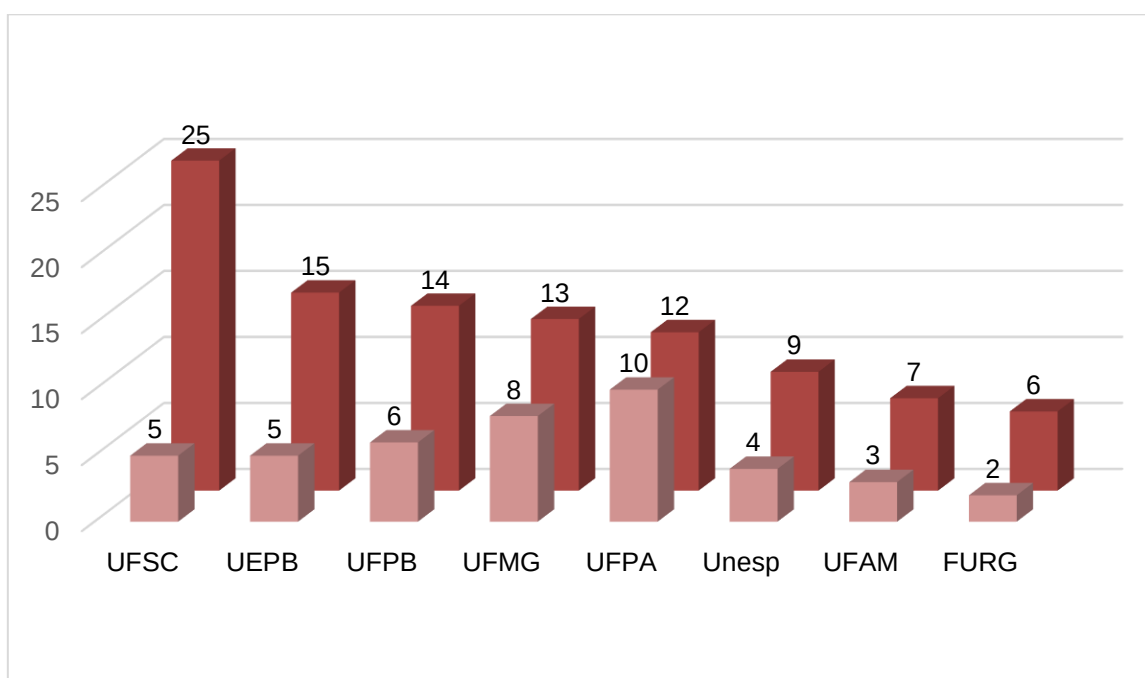
Durante as discussões nas Reparq, percebeu-se que é na produção do conhecimento científico que as relações entre a Arquivologia e a CI se estreitam de forma mais evidente nos programas de pós-graduação, nos quais as pesquisas de cunho arquivístico são mais facilmente encontradas do que em outros programas³². Saracevic (1996, p. 41) ressalta que a CI é um campo que compreende “[...] tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los”. Assim, percebeu-se que a CI, conseqüentemente, pode auxiliar o campo do conhecimento nas questões arquivísticas, conforme pode ser percebido, ainda que timidamente, projetos de pesquisas e projetos de extensão relacionadas à área de Arquivologia desenvolvidas pelos atores sociais sujeitos deste estudo, conforme os Gráficos 33 e 34 a seguir.

³² Essa comprovação pode ser vista na pesquisa de MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. In: VENÂNCIO, Renato; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adalson (org.). **Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos**. V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018, p. 489-505.

Gráfico 33 - Participação dos atores sociais em projetos de pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com os dados coletados e apresentados no Gráfico 33, há participação dos 132 docentes em 219 projetos de pesquisas, no entanto, destes apenas 52 possuem alguma relação com a Arquivologia, correspondendo a 24% do total encontrado.

Gráfico 34 - Participação dos atores sociais em projetos de extensão

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Tendo em vista o número de atores, foram encontrados 101 projetos de extensão em que estes fazem partes. Deste quantitativo 43 apresentou em seus títulos palavras que se relacionar à Arquivologia. Esse quantitativo, correspondendo a 43% do total.

Percebeu-se que as conjecturas apontam que é importante desenvolver projetos de pesquisa e de extensão, pois é por meio delas que se pode compreender a relação entre os docentes, os pesquisadores e pesquisadores em formação nesse contexto informacional, proporcionando um diálogo com a Arquivologia e as outras áreas pesquisadas, mas contextualizado pelas especificidades arquivísticas.

Nos quadros em Apêndice Q ao X pode-se apreender todos os projetos de pesquisa e de extensão, destacando-se os relacionados à área de Arquivologia e à graduação dos docentes. Dos 22 docentes com graduação em Arquivologia (Gráfico 9) e quatro com a formação em andamento - portanto 26 atores – sendo que 15 estão envolvidos com projetos de pesquisa e/ou de extensão, em alguns casos, em ambos, como demonstrado nos apêndices.

Em relação aos projetos de pesquisa, entende-se que, sem ciência e sem práticas científicas não há universidades, já que são fundamentais os diálogos entre docentes e discentes, através dos projetos de pesquisa. Os projetos são espaços de reflexão e de discussão, criando um ambiente de aprendizagem para ambos os lados, sobretudo, no caso desta pesquisa, para a Arquivologia, considerando as propriedades da informação delimitada nesse campo e em campos de conhecimento afins.

No que tange aos projetos de extensão, cabe destacar a importância da responsabilidade social das universidades através desses projetos que estão relacionados a graduação, não apenas como resultado de um projeto, mas de conhecer as realidades locais e levar para o global e envolver a sociedade como partícipe desse trabalho. Sobre isso, convém ressaltar Paulo Freire sob o olhar de Loureiro (2002, p. 63):

Em sua obra, [Paulo Freire] reconhece a realidade social e objetiva como fruto da ação humana e, assim, a transformação dessa realidade se constitui tarefa histórica que compete aos homens enquanto seres da práxis. [...] Ação e reflexão não se dão em bases dicotômicas, mas simultaneamente, e direcionadas à transformação de estruturas, quer sejam cognitivas, culturais ou mesmo sócio-políticas.

Nessa perspectiva, percebeu-se que ainda são tímidas as pesquisas com temáticas em Arquivologia ou de cunho específico nos projetos de pesquisa e/ou de extensão. Isso se justifica porque, muitas vezes, os projetos de pesquisa só estão ligados à pós-graduação, sobretudo na CI. Entretanto, como já mencionado, foi no escopo da CI que a Arquivologia encontrou espaço para mostrar seu campo científico, refletir e discutir questões pertinentes à área. Ressalta-se que a pesquisa na graduação é muito importante e que o docente não precisa estar na pós-graduação para fazer pesquisa.

Outro ponto a ser destacado é que não se encontrou nenhuma pesquisa relacionada a usuários de arquivo ou sobre o arquivista, mostrando o quão é necessário pesquisar sobre o tema com o intuito de fortalecer a área e entender um pouco o mundo de pesquisa no qual a Arquivologia está imersa, para questionar e propor debates e mais pesquisas.

Destarte, percebe-se que as trocas entre a comunicação e a informação dos atores da CI e da Arquivologia estão sendo incrementadas. Isso faz com que os trabalhos científicos se multipliquem e, certamente essa comunicação pode resultar em trabalhos que contribuirão para fortalecer as áreas. Isso reforça a importância de docentes com titulação em Mestrado e Doutorado também no NDE dos Cursos de Arquivologia, conforme a resolução em vigor que trata dos NDE.

5.4.1 Dispositivos das políticas de informação: NDE

O segundo eixo contemplado nessa pesquisa foi o estudo do perfil institucional - NDE, também proposto pela Reparq. Para esse levantamento, considerou-se a formação e a titulação dos atores por se entender que o NDE é um dispositivo diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e o PPC.

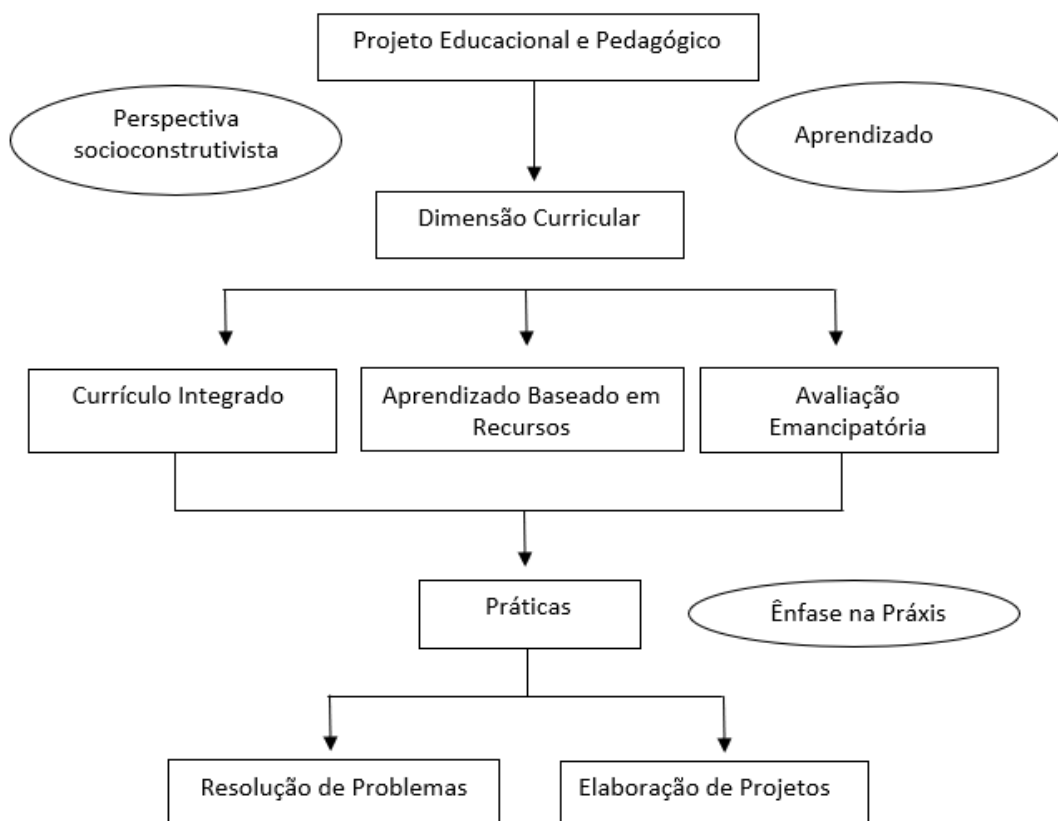
Conforme a Portaria 147 (BRASIL, 2007a)³³ e a Resolução do Conselho Nacional de Avaliação de Educação Superior (CONAES) nº. 1, de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010b), o NDE “constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições

³³ Portaria MEC nº. 147/2007, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), alterado pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação Superior (CONAES) nº. 04/2010 e consolidado na Resolução nº. 01/2010, que normatiza o NDE (BRASIL, 2007a); Parecer CONAES nº. 4, de 17 de junho de 2010, que trata do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (BRASIL, 2010a); Resolução CONAES nº. 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências (BRASIL, 2010b).

acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”.

Segundo Dudziak (2005), é importante que haja uma interação entre o planejamento educacional, o curricular, o de ensino, o curso e o de aula, como mostra a Figura 4 a seguir:

Figura 4 - Alinhamento do projeto educacional visando à Competência em Informação



Fonte: Extraído de Dudziak (2005, p. 6)

Preparar um ambiente de interação implica interferir na cultura organizacional e torná-la favorável à gestão da informação. Isso não é tarefa fácil, mas deve ser feita de maneira natural, como tarefa corriqueira, e não, como uma novidade ou plano de mudança. O importante é fazer com que os atores internalizem o verdadeiro sentido da gestão da informação. Assim, poderão se sentir responsáveis e encorajados a compartilhar o conhecimento.

Belluzzo (2001, p. 6), em seu trabalho sobre a questão da educação na Sociedade da Informação, ressalta que “a gestão da informação apresenta-se em diferentes níveis - pessoais, organizacionais e sociais – e que esses níveis são o

grande desafio dos tempos atuais, constituindo-se no próximo estágio de alfabetização do homem”.

Fernandes (1998) ressalta que as mudanças dos processos educacionais devem perpassar pela criação de pontes entre o conhecimento, o ensinar a aprender e a dimensão política, conforme o Quadro 9 a seguir, que representa a síntese das melhores práticas pedagógicas voltadas para programas de competência em informação.

Quadro 9 - Síntese das características do projeto educacional voltado para a Competência em Informação

Objetivo	Descrição
Formação totalizante do aluno	Abrange não só o conhecimento acadêmico, como também o desenvolvimento de suas habilidades e seus valores.
Aprendizado significativo	Aquisição de novos significados e relacionamentos entre ideias com a formação de uma consciência crítica, oposta ao aprendizado mecânico.
Aprendizado participativo	Os programas devem ser criados a partir do estabelecimento de definições e compromissos entre educadores e aprendizes.
Aprendizado contextualizado	As situações-problema e as tarefas devem estar inseridas no contexto da comunidade e da sociedade do aprendiz.
Interatividade	A interação entre educadores e a integração entre conteúdos deve ser prioritária.
Aprendizado cooperativo	A cooperação entre professores, bibliotecários e aprendizes deve ser fomentada.
Aprendizado pró-ativo	O aluno deve ser incentivado a eleger as próprias prioridades de informação e formação. Aos educadores cabe mostrar caminhos e disponibilizar recursos.
Educação continuada	Formação permanente que se inicia nos primeiros anos da escola e se prolonga por toda a vida em crescentes níveis de autonomia, levando ao aprender a aprender.

Fonte: Extraído de Dudziak (2005, p. 7)

Nessa perspectiva, as características do projeto educacional conforme o Quadro 9, ao que tange a formação, as escolhas e as ações de formação docente implicam, diretamente, o projeto educacional voltado para a competência em informação. Assim, percebeu-se que o profissional competente é o que sabe agregar valor ao seu aprendizado, colocando-o em prática e ensinando os aprendentes a se tornarem cada vez mais autônomos em relação às suas necessidades informacionais. Como lembra Zarifian (2003, p. 120), “[...] transmitir conhecimento não é um ato simples e anódino; supõe dar atenção às condições que devem ser reunidas e necessita, então, de uma verdadeira competência”.

Para Belluzzo (2005, p. 25), o que faz a diferença do profissional no século XXI é “a competência em informação”. Para isso, todos os profissionais precisam se capacitar e contribuir como agentes incentivadores da busca por informações mais eficazes e pertinentes, que “tenham subsídios para o desenvolvimento de competências e habilidades de acesso e uso da informação para a produção de conhecimento e o desenvolvimento social”.

A competência em informação deveria ser um requisito básico para o docente atuar bem em suas atividades. Dessa forma, o profissional estaria agregando valor ao seu conhecimento prévio e se tornando um diferencial competitivo para a própria instituição onde atua. Deve ser considerado que a competência em informação precisa estar ligada também às habilidades de lidar com as tecnologias da informação e suas ferramentas específicas, intelectuais e digitais, uma vez que estamos na era do click, em que tudo muda a cada instante. Porém isso não quer dizer que o profissional competente deva saber de tudo, mas que esteja aberto a aprender, a dividir saberes e ser simples para entender que o aprendizado é contínuo e necessário.

Por sua vez, os docentes estão mais atentos para desenvolver habilidades específicas e desempenhar papel de formadores de profissionais e cidadãos críticos e atuantes na Sociedade da Informação. Essas características precisam ser voltadas também para o projeto educacional, em especial, para os atores que compõem os NDE dos cursos. Assim, foi importante ressaltar as formações dos atores conforme o Quadro 10 a seguir, que nos deu suporte para analisar se os cursos atendem às exigências propostas pela Resolução nº. 01/2010, que normatiza o NDE em vigor.

Quadro 10 - Formação dos docentes do NDE por curso de Arquivologia

Instituição	Docentes	Formação	Titulação	Cargo
UNESP	ATOR 5	Graduado(a) em História	Doutor(a) em História	Presidente
	ATOR 8	Graduado(a) em História	Doutor (a) e Mestre em Multimeios	Membros
	ATOR12	Graduado(a) em Direito e Ciências Sociais	Doutora e Mestre em Ciências Sociais	
	ATOR 14	Graduado(a) em História	Doutor (a) em História Social	
	ATOR 15	Graduado(a) em História	Doutor (a) em Ciência da Informação e Mestre em História	
UEPB	ATOR 10	Graduado(a) em Arquivologia	Mestre em Ciência da Informação	Presidente
	ATOR 3	Graduado(a) em Direito	Doutor (a) e Mestre em Educação	Membros
	ATOR 5	Graduado(a) em Letras	Doutor (a) em Linguística e Mestre em Linguagem e Ensino	
	ATOR 7	Graduado(a) em História	Doutor (a) em Documentação e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 13	Graduado(a) em Biblioteconomia	Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 16	Graduado(a) Psicologia	Doutor (a) em Educação e Mestre em Psicologia	
UFPB	ATOR 3	Graduada em Fisioterapia e em Arquivologia	Doutor (a) e Mestre em Ciência da Informação	Presidente
	ATOR 1	Graduada em Biblioteconomia	Mestre em Ciência da Informação	Membros
	ATOR 7	Graduado(a) em História e em Arquivologia	Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 16	Graduado(a) em Biblioteconomia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 23	Graduado(a) em Biblioteconomia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 25	Graduado(a) em Administração	Doutor(a) em Sciences em Gestion e Mestre em Managment Stratégique et Genie des Organisationse	
	ATOR 26	Graduado(a) em História e Arquivologia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 28	Graduado(a) em Biblioteconomia	Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 33	Graduado(a) em Biblioteconomia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
FURG	ATOR 1	Graduado(a) em Arquivologia	Mestre em Patrimônio Cultural	Presidente
	ATOR 2	Graduado(a) em Arquivologia e em Ciências Sociais	Mestre em Ciências Sociais	Membros
	ATOR 4	Graduado(a) em Arquivologia	Mestre em Patrimônio Cultural	
	ATOR 5	Graduado(a) em Arquivologia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
UFMG	ATOR 9	Graduado(a) em História	Doutor(a) e Mestre em História Social	Presidente
	ATOR 8	Graduado(a) em História	Doutor(a) e Mestre em História	Membros
	ATOR 12	Graduado(a) em História	Mestre em Gestão de Documentos e Arquivo	
	ATOR 13	Graduado(a) em História	Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 15	Graduado(a) em História	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
UFAM	ATOR 5	Graduado(a) em História e em Arquivologia	Mestre em Ciência da Informação	Presidente
	ATOR 1	Graduado(a) em Arquivologia	Mestre em Patrimônio Cultural	Membros

	ATOR 2	Graduado(a) em Arquivologia	Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 3	Graduado(a) História e em Arquivologia	Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 4	Graduado(a) em Arquivologia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 6	Graduado(a) em História e em Arquivologia	Mestre em Ciência da Informação	
UFSC	ATOR 17	Graduado(a) em Biblioteconomia	Doutora(a) e Mestre em Ciência da Informação	Presidente
	ATOR 2	Graduado(a) em História	Doutor(a) em Museologia e Patrimônio e Mestre em Artes Visuais	Membros
	ATOR 15	Graduado(a) em Pedagogia	Doutor(a) e Mestre em Educação	
	ATOR 20	Graduado(a) em Biblioteconomia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 28	Graduado(a) em Biblioteconomia e em Automação de Escritórios e Secretariado	Mestre em Ciência da Informação	
UFPA	ATOR 6	Graduado(a) em Arquivologia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	Presidente
	ATOR 1	Graduado(a) em Psicologia	Doutor em Ciência da Informação e Mestre em Administração	Membros
	ATOR 2	Graduado(a) em Sistemas de Informação	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	
	ATOR 4	Graduado(a) em História	Doutor(a) em História Social da Amazônia e Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido	
	ATOR 5	Graduado(a) em Arquivologia	Doutor(a) e Mestre em Ciência da Informação	

Nota: Destaque para a graduação em Arquivologia

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010, normaliza para os cursos de graduação brasileiros, apontando os seguintes requisitos para a constituição do NDE:

- ✓ ser constituído por um mínimo de cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- ✓ ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- ✓ ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; e
- ✓ assegurar uma estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE para garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

A pesquisa analisou os docentes do quadro efetivo, e isso “garante” que, apesar da renovação parcial do NDE, todos estarão “próximos”, se for necessário, para assegurar a continuidade do acompanhamento da evolução do curso. Constatou-se que todos os 45 atores que compõem os NDE são docentes dos departamentos ou de escolas que têm Cursos de Bacharelado em Arquivologia.

Em se tratando de formação, 03 (três) cursos não têm em seu NDE docentes com Graduação em Arquivologia: o da UNESP, o da UFSC e o da UFMG. O que significa que é necessário refletir sobre a importância de haver docentes com graduação específica na área para lecionar na graduação, mas, em especial, para compor o NDE como é o caso da UFMG que tem um docente com a graduação em Arquivologia em seu corpo de professores, porque as principais atribuições do NDE segundo a Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010 são:

- ✓ contribuir para consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✓ indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e
- ✓ zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Nos demais cursos, existem docentes com graduação em Arquivologia, como os da FURG e da UFAM, onde todos os docentes têm a graduação específica. Entretanto, isso também requer uma reflexão sobre a interdisciplinaridade, pois, para atender às atribuições do NDE, é importante que o corpo docente tenha outras

formações. Assim, o PNG (1999, p. 13) destaca que, “do ponto de vista da graduação, em particular, a formação para o exercício de uma profissão em uma era de rápidas, constantes e profundas mudanças requer, necessariamente, atenta consideração por parte da universidade” e certamente por parte dos docentes. Nesse contexto,

[...] o papel da universidade relacionado à formação necessita de uma redefinição que possibilite acompanhar a evolução tecnológica que define os contornos do exercício profissional contemporâneo, considerando a formação acadêmica como tarefa que se realiza, necessariamente, em tempo diferente daquele em que acontecem as inovações. A esse dado se acrescente outro, o fato de que não se concebe mais um exercício profissional homogêneo. (PNG, 1999, p. 13)

Essas modificações, decorrentes dos processos que envolvem a evolução tecnológica e a globalização, apresentam as universidades aos docentes, pesquisadores e discentes uma situação complexa e desafiadora, entretanto, necessária. Elas podem ser observadas nos locais mais diversos do planeta, no caso específico desta pesquisa, nos Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, e afetam dimensões essenciais da vida universitária, especialmente o papel dos seus docentes e as condições para o desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

Convém ressaltar a importância do papel dos NDE, pois encaminham para os Colegiados dos cursos sugestões que beneficiam discentes e o curso, no que tange à relação professor/aluno, e fazem reuniões antes dos Colegiados, porque os NDE trabalham com regimentos e lançam propostas a serem apreciadas pelo Colegiado para dar forma e depois retornar ao NDE a fim de que sejam executadas. Outro papel importante que o NDE desempenha é o de receber as comissões do MEC (reconhecimento e avaliação dos cursos).

Nesse contexto, vale destacar também o papel dos NDE em tempos de pandemia, para avaliar o ensino a distância e remoto³⁴ e os estágios, entre outras atividades que não foram planejadas com antecedência para serem executadas no ambiente remoto, mesmo porque se deve avaliar se o ensino a distância e remoto é alcançado por todos os discentes e, mais especificamente, os estágios, porque a Lei

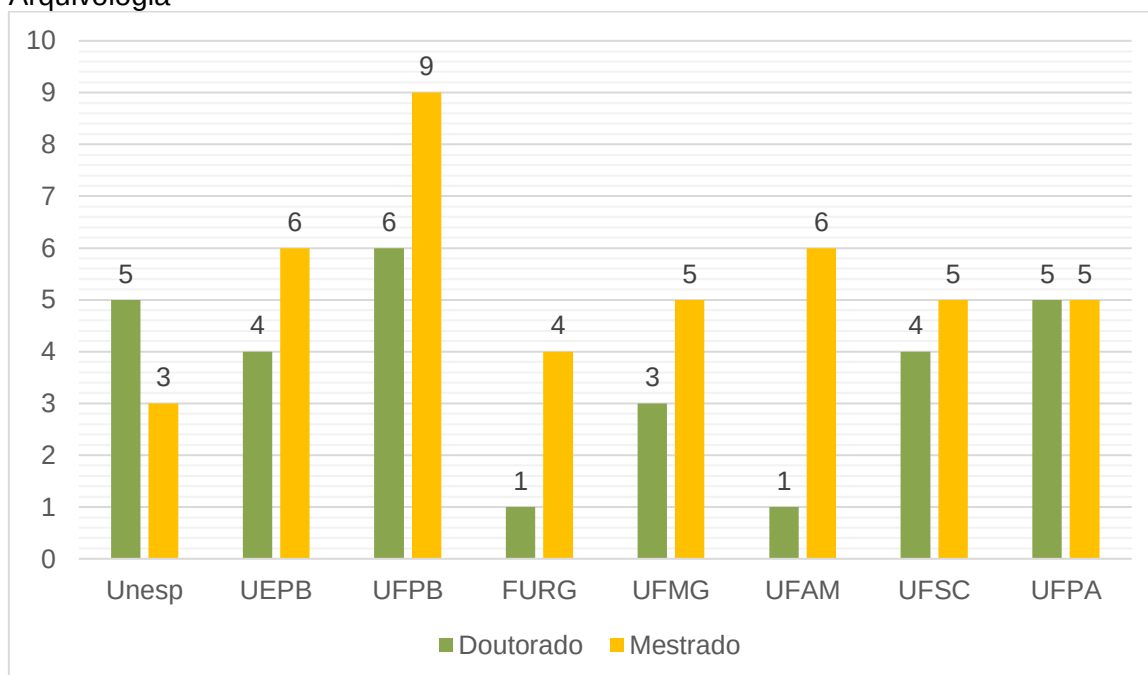
³⁴ Não é objetivo deste trabalho aprofundar o tema sobre o ensino remoto, mas destacar a importância dessa modalidade em tempos de pandemia para que os NDE repensem o ensino/aprendizagem remotamente, em especial, levando em consideração os discentes que não têm acesso à Internet de forma adequada para acompanhar aulas.

nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre estágio de estudantes, diz que as atividades devem ser desenvolvidas no ambiente de estágio e não a distância, porque isso não estava deliberado antes.

Ademais, o que deve prevalecer na docência e pela docência nas e pelas universidades são a construção do conhecimento e as trocas de informações, nesse caso, nos espaços do Regime de Informação em que funcionam os Cursos de Bacharelado em Arquivologia brasileiros, de forma que todos tenham acesso ao ensino e à aprendizagem. Esses pontos devem ser avaliados e reconfigurados no que diz respeito ao papel do NDE para pensar as eventualidades que possam acontecer. Portanto, a prospecção é importante porque o ensino precisa ser acompanhado, e esse controle fica mais difícil quando docentes e discentes não foram capacitados para essa modalidade, como é o caso dos Cursos de Arquivologia brasileiros nas instituições públicas.

Além desses apontamentos, e considerando que o NDE dos cursos precisa ter menos de 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, percebeu-se que todos os cursos atendem a esse requisito, conforme o Gráfico 35 a seguir:

Gráfico 35 - Titulação *stricto sensu* dos atores que compõem os NDE dos cursos de Arquivologia



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Esses dados foram importantes, porque a participação, em especial, de doutores estimula a construção de projetos de pesquisa científica da área do conhecimento, que fortalece o NDE, pois, a Arquivologia, como disciplina científica relativamente nova, que despontou no Século XIX, teve apenas recentemente em seu escopo a pesquisa acadêmica.

Essas mudanças da área, segundo Gracy (1994), é resultado de quatro fatores: 1) a emergência de novas formas de criar documentos por meio das novas tecnologias; 2) a integração das funções dos gestores de documentos e dos arquivistas em uma profissão única (na América do Norte, onde ambas as profissões são consideradas distintas); 3) a mudança no papel do arquivista como agente ativo na formação da sociedade; 4) o aumento do uso das mídias digitais que apresentam novos desafios à preservação dos documentos.

De acordo com Campelo (2003, p. 33), se a sociedade da informação é um ambiente de abundância informacional, “a tecnologia é o instrumento que vai permitir lidar com o problema de abundância informacional, potencializando o acesso à informação e conectando as pessoas aos produtos da mente”. Day (1999, p. 642) acrescenta que, “na ideologia da mudança, a tecnologia constitui o instrumental de transformação da sociedade, ou até a própria humanidade”. Assim, para que uma instituição de produção de conhecimento, como as IES, tenha sucesso, os gestores, os docentes, os pesquisadores e os alunos precisam ter habilidades no campo da Informação.

É importante ressaltar que o docente em início de carreira pode trabalhar em parceria com o profissional da Informação, em especial, o arquivista, compartilhar visões e conhecimentos comuns e vê-se como semelhantes, por entender que a base da cultura da informação é a democratização. Assim, será mais fácil formar profissionais com competência em informação nos Regimes de Informação dos Cursos de Arquivologia.

5.5 REGIME DE INFORMAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

No contexto da Sociedade da Informação, González de Gómez (1999^a, 2002, 2003a) trabalha com o conceito de ‘Regime de Informação’, que designa o modo de produção informacional numa formação social, em que ficaria estabelecido quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades normativas no campo da

Informação. Com base nisso e tomando a Figura 1 como parâmetro, foram elaboradas as etapas no contexto dos Cursos de Arquivologia.

Figura 5 - Atores sociais que compõem o Regime de Informação – **Arquivologia**



Fonte: Adaptado de Delaia e Freire (2008)

Se considerarmos os atores sociais de uma instituição de grande porte, em especial, das Universidades, espaço dos docentes, pesquisadores e aprendentes, é impossível pensar em gerenciar as informações com rapidez e eficácia sem utilizar as tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, devemos lembrar que as TIC, sozinhas, não conseguem fazer uma boa gestão da informação. Existe *software* criado para facilitar e agilizar vários serviços, todavia, pensar que sozinho seria a solução de tudo é cometer um erro. É necessário ter atores sociais capacitados, seja docente, pesquisador, arquivistas, entre outros, para usar essas tecnologias e se atualizar em relação aos avanços da tecnologia globalizada nos espaços de informação.

Nessa perspectiva, González de Gómez (2003, p. 35) afirma que **os atores sociais** são

[...] reconhecidos por suas formas de vida e [que] constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação; são as pessoas, os sujeitos, os indivíduos, enfim, todos aqueles que relacionados entre si configuram um Ri.

Nesse contexto, os atores sociais envolvidos em todos os níveis de atividade dos cursos de graduação em Arquivologia, os quais constituem a forma de vida dessa comunidade de docentes, pesquisadores, pesquisadores em formação e discentes vinculados aos cursos do Brasil. Isso significa não só promover o acesso a redes de informação globais para atores locais como também estabelecer conexões entre os espaços locais e globais, com dois tipos de procedimento:

- a) *extrativo*, de modo que os atores locais se apropriem das informações disponíveis na rede;
- b) *produtivo*, para que os atores locais confirmem sua presença argumentativa, econômica e política nos espaços das redes globais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1997, p. 23).

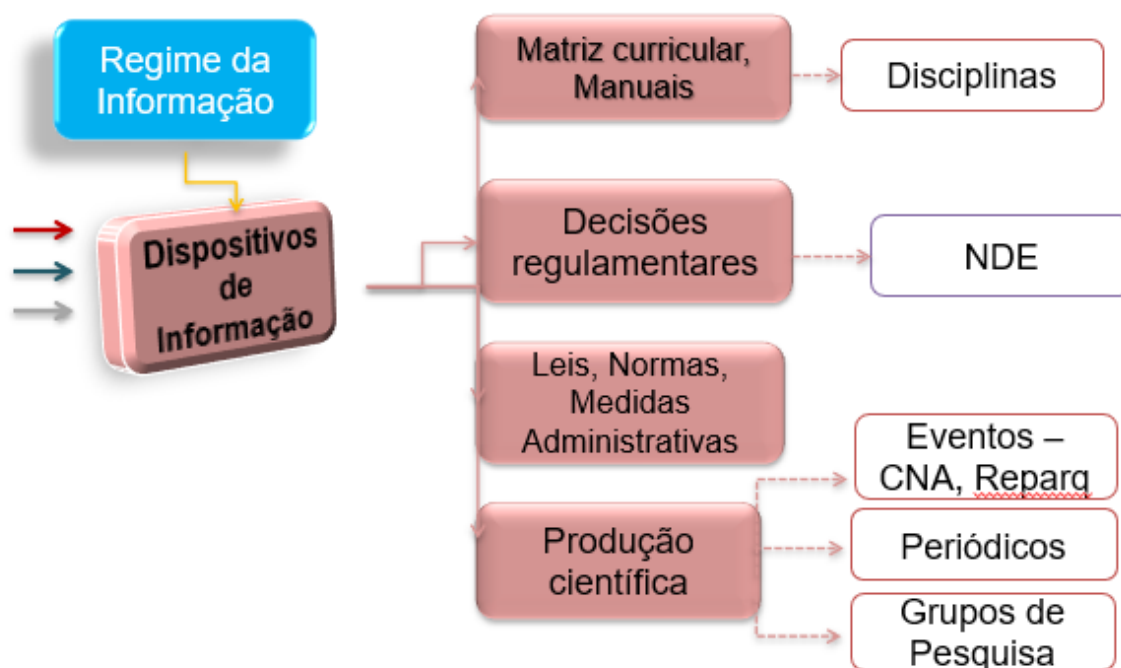
Essas transformações, decorrentes dos processos de globalização e internacionalização, apresentam aos atores sociais (instituições, docentes, pesquisadores, 'discentes, técnicos administrativos e mercado de trabalho'³⁵). Levando em consideração o contexto do ensino na Arquivologia, salienta-se que nem todos os docentes são pesquisadores³⁶, mas todos os pesquisadores são docentes e que é necessária uma intercessão entre esses dois perfis, o que é uma situação desafiadora e complexa.

Assim, a inclusão das TIC deve fazer parte do cotidiano das Instituições de ensino, visto que os docentes precisam estar atualizados em relação ao que é produzido em sua área, utilizando essas ferramentas para selecionar informações relevantes no grande fluxo informacional. Para isso, são necessários dispositivos de informação atuais e atuantes como veremos na Figura 6 a seguir.

³⁵ Os discentes, os técnicos administrativos e o mercado de trabalho não são objeto de estudo desta pesquisa, entretanto eles também fazem parte dos atores do Regime de Informação na Arquivologia.

³⁶ Docentes ligados ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão universitária.

Figura 6 - Dispositivos de informação que compõem o Regime de Informação – Arquivologia



Fonte: Adaptado de Delaia e Freire, 2008.

Os fluxos informacionais são gerados a partir dos **dispositivos de informação**, que são considerados um mecanismo operacional ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início ou, como refere González de Gómez (1999, p. 63), “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação”. Esses dispositivos são gerados a partir das ações de informação, levando em consideração as afinidades entre o contexto relacional dos atores sociais (instituições, docentes e pesquisadores), evidenciando um processo de inteligência coletiva.

Na Arquivologia, o contexto dos dispositivos de informação que dão suporte aos docentes são as matrizes curriculares (disciplinas) e as decisões tomadas pelo NDE, no que tange às reformulações dos PPC baseadas nas Leis e nas Normas gerais e individuais de cada instituição de ensino superior, consequentemente, de cada curso. Outro dispositivo é a produção científica através de eventos da área, como o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) e as Reparq. Destaca-se o segundo, porque é um evento cujo foco está na discussão sobre o ensino e a pesquisa na área de Arquivologia, espaço em que “a riqueza das discussões produzidas ao longo das Reparqs nos tornou a todos mais conscientes da importância de colaborarmos na

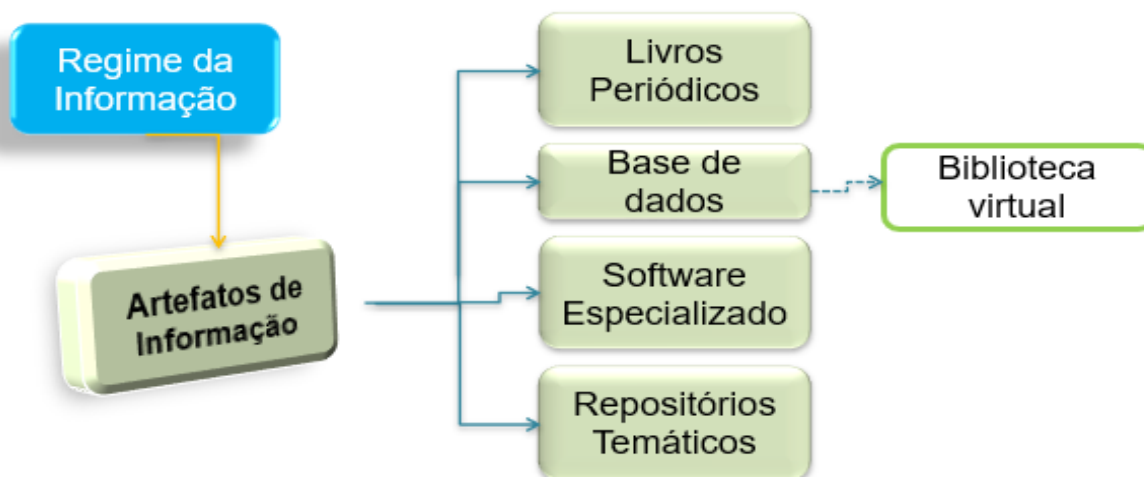
construção da Arquivologia no Brasil e nos mostrou que isso é possível” (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2015, p. 42), e os periódicos da área, dando ênfase às pesquisas, aos estudos e ao ensino de Arquivologia no Brasil.

Esses dispositivos também são responsáveis por criar, disseminar e dividir saberes, como diz Foucault (1999), em prol do que consideram certo e compatível com os interesses da área, decretando seu conceito e quem pode falar em nome dessa área. Tanto os docentes quanto os pesquisadores fazem parte de uma construção coletiva de conteúdo/informação/conhecimento que pode estimular a competição entre seus colaboradores, mas que objetiva consolidar parcerias e relações entre os pares, ou seja, uma cooperação entre os atores que atendam a interesses individuais, institucionais e/ou coletivos.

Qualquer que seja o dispositivo utilizado pelas instituições/docentes é necessário que se tenha a confiança como uma das condições para utilizar e disseminar a informação. Outra condição essencial, no que diz respeito à utilização dos espaços de saber, é a ética, porquanto é necessário respeitar e referenciar as publicações disponíveis na Internet pelos periódicos, blogs, bases de dados, dentre outros.

As instituições, como espaços comunicacionais, sejam presenciais ou por meio do espaço virtual, tornaram a inteligência coletiva uma palavra de ordem nesse novo ambiente caracterizado pela enorme variedade de ações de informação disponíveis nesses espaços. Os dispositivos de informação são considerados mecanismos operacionais que dão suporte aos artefatos de informação, conforme a Figura 7 a seguir:

Figura 7 - Artefatos de informação que compõem o Regime de Informação - **Arquivologia**



Fonte: Adaptado de DELAIA e FREIRE, 2008.

González de Gómez (2002, 2003) pontua que **os artefatos de informação** constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenar, processar e transmitir de dados, mensagens e informações. Esses elementos são partes constituintes de um Regime de Informação, tendo em vista que

[...] um regime de informação, assim, está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas (TV, jornais, conversas informais, Internet etc.); interorganizacionais (empresa, universidade, domicílios, associações etc.) e intersociais (atores comunitários, coletivos profissionais, agências governamentais, entre outros) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Nesses aspectos, livros, artigos, teleconferências e bases de dados (bibliotecas virtuais) fazem parte dos artefatos da produtividade acadêmica, os quais são indicadores para obter recursos financeiros para pesquisas, laboratórios, bolsas, eventos acadêmicos, entre outros. Entretanto, uma educação de boa qualidade, baseada em uma cultura que priorize a atitude de pesquisa direcionada à competência em informação, é o primeiro passo a ser dado para as instituições de ensino. Segundo Figueiredo (2005), a implantação da cultura favorável ao conhecimento depende muito mais de vontade política, atenção, cuidados e pequenas medidas do que de investimentos financeiros.

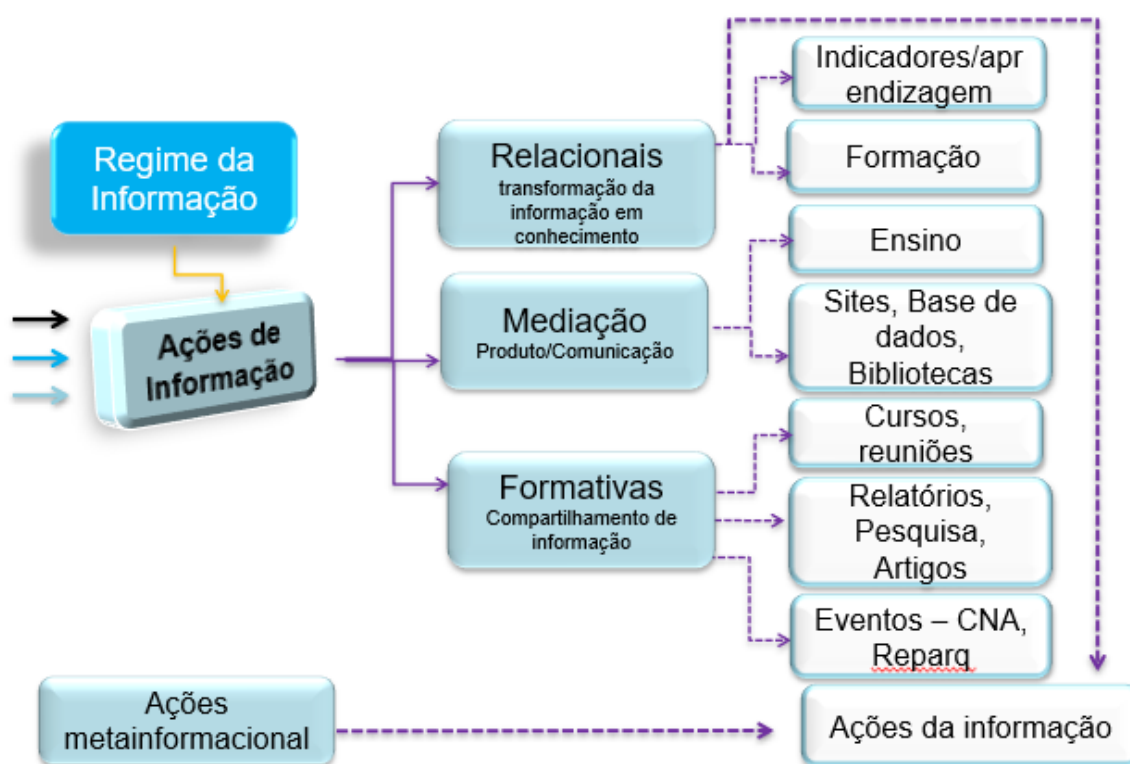
Nessa percepção, pressupomos que a concepção de artefatos de informação desloca-se das infraestruturas para as interfaces metainformacionais, considerando

as relações entre atores das ações de informação, os planos constituintes dessas ações e os contextos relacionais em que realizam suas intervenções. Nessa perspectiva, a CI

[...] seria aquela que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e **artefatos de informação**, enquanto “informação” for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 32, grifo nosso).

Destarte, os artefatos voltados para dar apoio e subsídios à atuação das instituições, dos docentes e dos pesquisadores cobrem um vasto leque de possibilidades, conforme as ações de informação identificadas na Figura 8.

Figura 8 - Ações de informação que compõem o Regime de Informação – **Arquivologia**



Fonte: Adaptado de Delaia e Freire, 2008.

As ações de informação, em que pesem sua importância e as contribuições que agregam valor à produção do conhecimento, ao aprendizado contínuo e à gestão da informação corroboram sobremaneira para uma efetiva gestão da informação.

González de Gómez (1999, p. 69, grifo nosso) afirma que a gestão da informação envolve “planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e

competências, acompanhamento e avaliação das **ações de informação** e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos”. Nessa perspectiva, “a gestão estabelece a mediação entre as políticas de informação de um setor e a ação informada dos atores sociais envolvidos, sejam eles o Estado, o Governo ou comunidades usuárias de bens e serviços de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999c, p. 69).

Esse quadro vem se modificando sensivelmente nas últimas décadas, sobretudo, no âmbito das universidades, de suas unidades e departamentos, ancoradas em redirecionamentos com base na compreensão de que a formação é importante para o desenvolvimento das instituições, os docentes e os pesquisadores. Assim,

As ações de informação compreendem elementos como os dispositivos tecnológicos de informação e comunicação e os canais pelos quais circulam todo o fluxo de produção, armazenamento, disseminação e recuperação informacional (BEZERRA; SILVA, 2015, p.5).

Autores como Bezerra e Silva (2015), Frohmann (1995), González de Gómez (2012), Freire (2013), Braman (2004) e Ekbja e Evans (2009) vêm levantando o debate sobre as ações de informação que compõem o Regime de Informação das diversas formações sociais (instituições públicas ou privadas) na sociedade em rede.

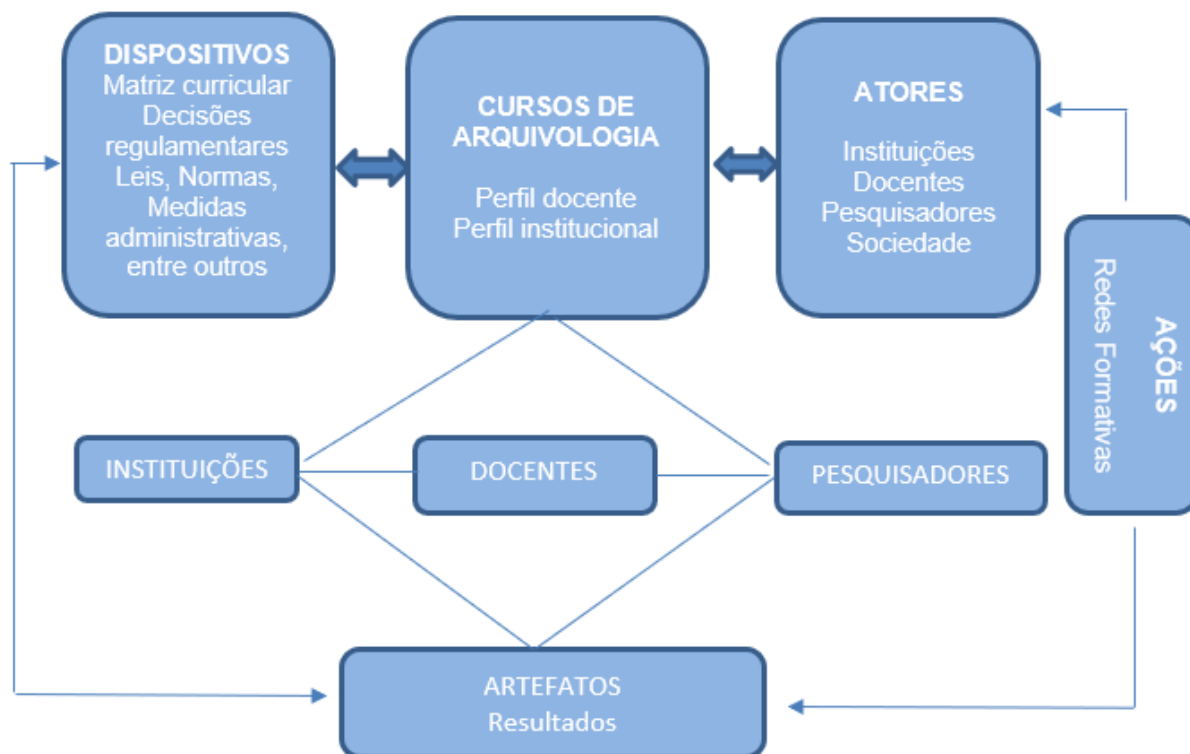
Nesse sentido, passar do âmbito das transformações individuais e coletivas para se adaptar às mudanças institucionais representa uma alteração de paradigma no desenvolvimento das políticas públicas de ciência e tecnologia no domínio das instituições universitárias. Várias ações contribuem para isso e, levando em consideração os Cursos de Arquivologia, destacam-se algumas:

- ✓ **Ações de informação relacionais** que transformam as informações em conhecimento, por meio dos dispositivos de informação: elaboração e apresentação de relatórios científicos e financeiros; gestão de pesquisas; reuniões, entre outros.
- ✓ **Ações de informação de mediação** no que tange aos produtos e à comunicação no que diz respeito ao ensino (aulas teóricas e práticas); *Sites* dos cursos (dando visibilidade da matriz curricular); Bases de dados (usando a tecnologia como agregadora do ensino nos laboratórios) e as bibliotecas físicas e virtuais (como extensão da sala de aula).

- ✓ **Ações de informação formativas** através dos Cursos de Arquivologia com atividades acadêmico-científicas e com o olhar do NDE, reuniões e relatórios (para acompanhar o ensino e as pesquisas), atividades nos laboratórios, entre outros;
- ✓ **Ações de metainformação**, levando em considerações as produções científicas (teses e dissertações) e as pesquisas em si.

Para fazer frente a esse cenário, não são mais suficientes os esforços individuais, ainda que sejam de enorme valia. Passa a ser essencial outro tipo de iniciativa, sustentada pela Inteligência Coletiva - o trabalho coletivo e colaborativo. Nesse sentido, a ideia de rede conceitual proposta por Wersig (1993), associada à busca por pistas, indícios ou sinais em um “espaço de informação” pré-determinado paradigma indiciário de Ginzburg (1989) aplicado por Freire (2001), pode contribuir para interpretar o Regime de Informação, no caso desta pesquisa, dos eixos ‘perfil docente’ e ‘perfil institucional’, que têm os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil, tomando como base sua rede de projetos como mostrado na Figura 9.

Figura 9 - Rede dos Cursos de Arquivologia na perspectiva do Regime de Informação



Fonte: Adaptado de Freire (2011)

Nesse contexto, definido o campo em que se realiza a pesquisa (Cursos de Bacharelado em Arquivologia e os respectivos docentes), o pesquisador (caçador)

busca indícios de um padrão (regime) que (re)úne as informações (ações) em uma interpretação que encontra seu significado no contexto teórico sustentado pela investigação. A consistência da construção do trabalho, revelada nos afazeres do pesquisador, é verificável percorrendo-se o espaço informacional com os olhos em várias direções (GINZBURG, 1989).

O espaço informacional seria o paradigma que, cada vez em que é usado, e conforme o contexto, denomina-se indiciário ou semiótico. Aqui, percebe-se a aproximação de sua metáfora com o pensamento de Alves (1994, p. 39) sobre o ofício do cientista, que ele denomina de “caçador do invisível na realidade visível”. Nesse sentido, entende-se essa atividade de pesquisa como uma “caça” ao objeto de estudo. Para Freire (2001, p. 7),

[o] paradigma indiciário pode representar um instrumento inestimável para o pesquisador que investiga um ou vários aspectos da realidade, “caçando o invisível” no visível, revelando os indícios da ordem que se esconde no caos, pode adquirir sentido para um “caçador” [pesquisador].

A nosso ver, o importante é criar um ambiente propício para o Regime de Informação que possa contribuir para promover a harmonização curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia que proporcione um clima favorável ao aprendizado, considerando uma variedade de espaços, recursos e fontes de informação, em que docentes, pesquisadores e discentes tomem decisões conjuntas a respeito de aprendizados, utilizando fontes e recursos informacionais mais apropriados para determinados projetos e/ou para resolver problemas propostos em função de suas próprias inquietações (DUDZIAK, 2001). Portanto, são considerados diferentes - espaços de conhecimento - (a instituição, a empresa, o clube, o laboratório, o virtual).

Para que o aprendizado seja contínuo e duradouro, é preciso que docentes e pesquisadores possam refletir sobre suas práticas profissionais, tornem-se exemplos de profissionais competentes, compartilhem conhecimentos, façam uma gestão participativa e estimulem a criatividade e as atitudes considerando as mudanças que ocorrem na sociedade globalizada da informação.

Os desafios são muitos, pois quebrar a cultura educacional existente no país não é fácil. Portanto, são necessários tempo e políticas públicas que privilegiem o ensino. Para que se tenha conhecimento, é necessário fazer parte da sociedade da informação. Todas as áreas do saber têm passado por uma grande evolução

científica, tecnológica e multicultural, a qual perpassa o saber acadêmico e dos livros e precisa, efetivamente, de um aprendizado ao longo da vida, ou seja, uma educação continuada. Isso se aplica também aos docentes que transmitem conjuntos de conhecimentos fixos. Atualmente, segundo Belluzzo (2005), foi substituída por um enfoque voltado para os processos de construção, gestão e disseminação da informação também no contexto tecnológico.

6 CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES

Este estudo visou analisar e interpretar o perfil docente e o perfil institucional - NDE, como instituição de pesquisa, de conhecimento e informação, tecendo a contextura de uma rede conceitual na CI, com o fim de revelar a formulação de um modelo de abordagem para a aplicação de uma política de gestão de informação e contribuir para a construção de uma Inteligência Coletiva na área objeto de estudo como recurso complementar à investigação.

Buscou-se também contribuir com a harmonização curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil, nas últimas duas décadas, ou seja, a partir dos anos 2000. Por meio de uma pesquisa descritiva, teve-se como objetivo avaliar dois eixos propostos pelas edições das Reuniões Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq): o perfil docente e o perfil institucional - NDE. Esses perfis dos docentes foram encontrados nos respectivos Regimes de Informação dos Cursos de Arquivologia e as competências informacionais demandadas por esses profissionais, de modo que possam melhorar o desempenho de suas atividades acadêmicas.

Nesse contexto, foi levantada a hipótese de que a análise das ações de informação em determinado “espaço de informação” (as instituições de ensino superior que abrigam os Cursos de Arquivologia brasileiros) não só configuraria o Regime de Informação desse ambiente como também, contribuiria para favorecer o processo de constituição de uma inteligência coletiva entre os atores sociais participantes da rede acadêmica e institucional que o comporta.

O problema da pesquisa se configura na estruturação dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no âmbito do Regime de Informação no Brasil e apontou para as seguintes considerações:

1) No eixo ‘perfil docente’, constatou-se que a maioria não cursou Graduação em Arquivologia, uma vez que os cursos são recentes e, na época da formação do quadro de docentes, as vagas para os docentes contemplou a CI, porque, depois da metade do ano de 2000, alguns arquivistas passaram a ingressar em doutorados e atuar na docência. Outro ponto a ser destacado na trajetória das escolas e dos departamentos com outros cursos diz respeito à inclusão dos membros docentes em cursos de pós-graduação da CI. Entretanto, a interdisciplinaridade na formação dos docentes é latente, e isso também é importante, porque a construção do

conhecimento deve ser plural, mas com um olhar especial para a formação profissional, o que precisa ser adaptado no contexto regional em que o indivíduo está inserido.

Como a tese em tela almeja contribuir para a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia brasileiros, convém ressaltar que essa temática vem sendo discutida desde a III edição das Reparq. Um ano antes, na segunda edição, discutia-se sobre a reestruturação dos cursos. Entende-se que, para que os cursos sejam bem reestruturados, deve-se pensar nas matrizes curriculares, para que os discentes possam promover uma mobilidade estudantil, por exemplo. No entanto, isso tem sido dificultado devido à diversificação de nomes, ementas e programas das disciplinas, como mostra a pesquisa de Silva, Arreguy e Negreiros (2015) apresentada na III Reparq³⁷, a qual considera importante efetivar o eixo 'matriz curricular' e as duas temáticas propostas neste estudo para que se possa contribuir com a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia.

Outro ponto percebido na pesquisa foi a importância do Programa Reuni para a criação dos Cursos de Arquivologia no Brasil, que possibilitou um aumento de mais cinco cursos entre 2008 e 2009, o que fez a diferença no panorama nacional, em especial, nos estados que foram beneficiados (Paraíba, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amazonas e Santa Catarina). Esse aumento contribuiu para que fossem promovidos novos concursos para docentes e facultou o ingresso de mais profissionais no mercado de trabalho.

Apesar do aumento do número de Cursos de Bacharelado em Arquivologia, há uma carência de pesquisa na área e as que existem estão ligados a programas da CI, uma vez que a única pós-graduação específica que existe no Brasil é um Mestrado profissionalizante na UNIRIO. Certamente com a criação de novos programas de pós-graduação específicos na área, o tema será mais pesquisado.

2) No eixo perfil institucional - NDE identificou-se que a maioria dos cursos estão alocados ou fazem parte de escolas ou departamentos vinculados à CI, sobretudo, pelas oportunidades que o Reuni propiciou para se discutir sobre a criação do Curso de Arquivologia nesses espaços das instituições federais, conforme comprova o Quadro 5. Essas informações revelam a importância desse programa que pretendia expandir a educação superior e tinha como principal objetivo ampliar o

³⁷ Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Perfil-evolucao_RI%20\(9\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Perfil-evolucao_RI%20(9).pdf) página de 75 a 95.

acesso e a permanência do ensino superior no Brasil. Outro aspecto que se evidenciou foi a dinâmica de criação dos cursos em um espaço “pequeno” de tempo, o que varia entre 2006 e 2011.

Quando se pensa em perfil institucional – NDE dos cursos, percebe-se que as universidades, na condição dos Cursos de Arquivologia aqui propostos, são lugares de fala, de crítica, um lugar social, e não, apenas, de formação. Ao perceber isso, encurta-se o distanciamento entre as instituições de ensino e o mercado de trabalho. Esse olhar possibilita que os docentes contribuam para formar profissionais/cidadãos mais humanistas. Essa premissa pode ser compartilhada com a sociedade como retorno através dos projetos de extensão.

Partindo desse apontamento, ressalta-se que docentes, discentes e profissionais da área precisam viver em um regime de estado que é a democracia, exercendo o papel social. Assim, é possível formar profissionais com consciência acerca do real papel dos arquivistas com compromisso igualitário e institucional e seu papel estratégico no mercado de trabalho.

A atuação dos NDE, em parceria com colegiados de cursos, é fundamental para que tomadas de decisões sejam sempre efetivadas levando em consideração o crescimento dos cursos, acompanhando as necessidades do mercado de trabalho, as oportunidades de pesquisa e a educação continuada. Assim, reforça-se, mais uma vez, a importância de projetos de pesquisa que contemplem, na pós-graduação, alunos da graduação. Isso é pertinente e possível, uma vez que os NDE são formados por docentes a maioria dos quais com Doutorado e que podem desenvolver mais dinâmica nesse processo.

Toda essa proposta de dinâmica para os NDE contribui para despertar nos discentes o perfil de pesquisadores desde a graduação, porque o conhecimento está nas pessoas e é transformado em informação em salas de aula, com as leituras das publicações de livros ou artigos, discussões e eventos, por exemplo.

Os atores sociais - NDE com seus dispositivos - normas, decisões regulamentares, medidas administrativas, entre outros, e com os artefatos disponíveis nas bases de dados, como bibliotecas virtuais, livros e periódicos, precisam, por meio das ações de informação, construir, gerir e disseminar informações, como coadjuvantes das tecnologias de informação para alcançar cada vez mais a inteligência coletiva. Nesse contexto, cabem algumas sugestões:

Propõe-se criar um instrumento de consulta através de um *website* que será hospedado na Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)³⁸ da UFPB, um dos órgãos auxiliares de direção superior da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba que objetiva prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que apoiem a UFPB no desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, na gestão acadêmico-administrativa e nos serviços prestados à comunidade, de acordo com as diretrizes estratégicas institucionais, com o plano de desenvolvimento institucional, os planos específicos para a área de TIC e as recomendações emanadas pelo Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação. O *Website* será o espaço onde as informações serão organizadas e disponibilizadas acerca de pesquisas em desenvolvimento sobre arquivística.

O objetivo desse instrumento é de consultar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre temáticas arquivísticas por docentes dos Cursos de Arquivologia brasileiros, ou seja, dos atores sociais objeto de estudo desse estudo e os demais que fazem parte dos cursos antes do ano 2000. Assim, docentes, discentes, pesquisadores e pesquisadores em formação terão um espaço específico para organizar essas informações, de forma que a pesquisa seja realizada em bloco, por universidade, evitando uma pesquisa de forma individualizada, como ocorre na Plataforma Lattes.

O Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ), nesse momento em que constrói seu site, compromete-se a divulgar o *link* do instrumento. Também se contará com o Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI)³⁹ para divulgar o *site*, com o propósito oferecer espaços de mediação para desenvolver competências em tecnologias intelectuais para acesso, produção e compartilhamento de estoques de informação na Internet e usuários que deles necessitam. Outro parceiro na divulgação do *Website* será o Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), que é vinculado ao Curso de Arquivologia da UEPB.

Esse recurso informacional vai servir de instrumento para se saber tudo o que está sendo pesquisado na área, uma vez que, atualmente, uma parte considerável dos docentes e dos pesquisadores desconhecem o que seus pares estão pesquisando. Num contexto mais amplo, contemplando todo o âmbito universitário, a Universidade Federal Fluminense (UFF) disponibiliza o site “Quem pesquisa de quê

³⁸ Disponível em: <http://www.sti.ufpb.br/sti/contents/menu/institucional/apresentacao>

³⁹ Disponível em: <https://lti.pro.br/sobre>

na UFF?"⁴⁰. Percebeu-se que a pesquisa é feita de forma genérica no campo 'assunto', que remete aos autores e, em seguida, ao Lattes.

A proposta em tela é especificamente que as pesquisas em Arquivologia sejam disponibilizadas em um único espaço, com o intuito de organizar os temas abordados e os pesquisadores envolvidos, facultando o acesso aos pesquisadores em geral. Essa proposta é inovadora na área de Arquivologia e está aberta a sugestões para que, cada vez mais, tenha visibilidade nacional, fazendo-se ampla divulgação do instrumento nos departamentos, nas escolas, nos Cursos de Arquivologia, em instituições e em eventos da área. Isso poderá contribuir para estimular o diálogos entre docentes, pesquisadores, discentes e grupos de pesquisa e socializar as informações, no sentido de promover um contexto para a inteligência coletiva.

Posteriormente, sugere-se uma pesquisa para efetivar o *Website* e aproveitar o levantamento dos docentes que constam nesta pesquisa e dos demais Cursos de Arquivologia, ou seja, os constituídos antes do ano 2000 para investigar o que já foi e o que está sendo pesquisado sobre a temática, para se ter uma visão do todo e, concomitantemente, realizar uma retrospectiva das pesquisas que foram trabalhadas na área para também compor o instrumento. Assim, propõe-se um panorama geral do que foi e do que está sendo pesquisado e a prospecção dos temas mais relevantes a serem pesquisados através das discussões no FEPARQ. Sugerem-se, em um primeiro momento, dois assuntos que precisam ser pesquisados: o estudo de usuários em arquivo e formação do profissional de arquivo.

Sugere-se, ainda, que o FEPARQ suscite discussões para criar mais Cursos de Arquivologia no Brasil, uma vez que o país tem 27 estados e mais de 5.000 mil municípios. Desses estados, 13 têm Cursos de Arquivologia, entretanto, 14 ainda não foram contemplados, por isso há uma lacuna no que diz respeito aos docentes e ao mercado de trabalho nos seguintes estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão (Nordeste); Tocantins (Norte); Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste); Amapá, Roraima, Acre e Rondônia (Norte). Acredita-se que o aumento dos cursos acarretará em maior visibilidade para a área e, portanto, mais aplicabilidade do fazer arquivístico.

Destarte, sugere-se que os NDE dos cursos promovam atividades para que os discentes fiquem a par das pesquisas que estão sendo desenvolvidas por docentes

⁴⁰ Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/content/sobre-o-site>

brasileiros na área de Arquivologia, proporcionando uma articulação como estratégia para integrar as graduações e a pós-graduação, despertando o interesse de consultas à Base de Dados sugerida, trazendo os alunos para o protagonismo não apenas em sala de aula, mas também nas pesquisas, como já pontuado.

Outro ponto a ser sugerido para o NDE é que, devido à pandemia e a essa nova realidade, os docentes deveriam quebrar alguns paradigmas, reconfigurar salas de aula para também serem remotas, de forma a sair do padrão (exposição-estudo-avaliação) e promover mais interação com os alunos. Dessa forma, pretende-se que o docente seja o facilitador, com função social de construir o conhecimento e disseminar a informação em parceria com o aluno, para que ele seja protagonista do processo de ensino e aprendizagem, espaço onde receberá subsídio teórico, e que esse espaço tenha uma dinâmica empolgante, conforme ressaltado por Paulo Freire (1996) ao mencionar a importância da mudança no ensino.

Outra sugestão é que os NDE ressaltem para os docentes o quanto é salutar a participação efetiva de trabalhos em grupos, entre os pares e com os discentes, a fim de gerar, disseminar e disponibilizar informações; que pratiquem o comportamento ético em relação à informação e à tecnologia de informação, usando a informação com precisão e criatividade, proporcionando assim a transformação da educação no sentido também das práticas pedagógicas, compreendendo as diversas metodologias, cujos saberes curriculares são cruciais para a ação docente.

Sugere-se também que pesquisas que contemplem os eixos 'perfil mercado de trabalho' e 'perfil discente' contemplem os cinco eixos propostos pela Reparq, contribuindo para a proposta de uma harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia brasileiros.

A pesquisa contribui para dar abertura a um Regime de Informação nos Cursos de Arquivologia brasileiros, sobretudo no que tange ao perfil institucional e ao perfil docente, com discussões voltadas para a harmonização curricular. Ficou evidenciado que são necessárias mais pesquisas na área arquivística. Uma boa comunicação científica entre os atores contribuirá sobremaneira para que isso ocorra. Ademais, como visto nas Reparq, os docentes têm interesse em contribuir efetivamente com pesquisas.

Pode-se afirmar que o estudo colabora com dois eixos, dos cinco propostos pela Reparq, para impulsionar a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia brasileiros, e fornece dados para que os atores sociais dos cursos tenham subsídios

para incorporar em sua *práxis* profissional ações e procedimentos relacionados à estruturação dos cursos, à formação dos docentes e ao desenvolvimento de pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. *In*: CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena Maria Martins. (eds.). **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília, IBICT, 1999, p.181-199.
- ANDRADE, Wendia Oliveira de. **O conceito de informação na Arquivologia contemporânea**: da tradução conceitual à delimitação do objeto de estudo na produção científica brasileira. 2019. 189 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2019.
- ARAÚJO, Nelma Camêlo de; BARTALO; Linete; LUNARDELLI. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 155-176.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Enc. Bibli**: Rev. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2011v16n31p110/1776> 5. Acesso em: 5 maio 2018.
- ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico-conceitual. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- AUN, Marta Pinheiro. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 22 fev. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2001.
- BAHIA, Eliana Maria dos Santos; SOUZA, Francisco das Chagas; BLATTAMAN, Ursula. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 271-280.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70: Portugal, 1977.
- BARRANCOS, Jaqueline Echevéria. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 127-154.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Políticas nacionais de informações**: discurso ou ação. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, v. 4, n. 2, abr. 2004.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A Information Literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: <http://www.simpep.feb.br/ana8.html>. Acesso em: 03 set. 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; ROSETTO, Márcia. Contribuição ao desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas paulistas: uma experiência com apoio de oficinas de trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: **ABPR; FEBAB**. 1 CD-ROM.

BEMBEM, Ângela Halen Claro; COSTA, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.139-151, out./dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1639/1213>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BEZERRA, Emy Pôrto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivânio Duarte de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, mai/ago. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/download/57935/37087>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da. Regime de informação: conceitos e aplicações no âmbito de laboratórios de pesquisa científica. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2861/979>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BIZELLO, Maria Leandra; MADIO, Telma Campanha Carvalho. O curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filholl (Unesp/Marília). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 177- 206.

BORKO, Harold. Information science: what is it?. American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Política Nacional de Informação em Saúde no Brasil: um olhar alternativo**. 2006. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004a.

BRANDÃO, Hugo Pena. **Gestão baseada em competências: um estudo sobre competências informacionais na indústria bancária**. 1999. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BRASIL. **Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 15 mar. 2018.

BRASIL. **Lei 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas Estatísticas. Censo da Educação Superior. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 19 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001**. Brasília: DF: Ministério da Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BUKOWITZ, Wendi R; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa**. São Paulo: Bookman, 2002. Tradução de: The knowledge management fieldbook.

CAMPELO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32,

n. 3, p. 28-37, set./dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000300004&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 07 fev. 2018.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MULTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

CASTANHO, Denise Molon; SILVA, Rosane Beatriz Pivetta da. O curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 281-300.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CÉDON, Beatriz Valadares; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; ALVARENGA, Lídia; DUMONT, Lígia Maria Moreira; OLIVEIRA, Marlene de; NASSIF, Mônica Erichsen; SOUZA, Renato Rocha. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, p. 223-240, 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pci/v13n3/a15v13n3.pdf. Acesso em: 06 jan. 2016.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 3. ed. São Paulo: Senac, 2011.

CONRADO, Flávia Helena; TEIXEIRA, Maria do Rócio F. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 379-408.

DAY, Mark Tyler. Transformational discourse: ideologies of organizational change in the academic library and information science literature. **Library Trends**, v. 46, n. 4, p. 635-667, 1998.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/07.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

DUARTE, Emeide Nóbrega *et al.* Aprendizagem em informação por meio do compartilhamento de conhecimentos entre docentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.enancib2008.com.br/cd/6%20-%20Trabalhos%20em%20PDF/GT4/1%20-%20Oral/1830%20->

%20Aprendizagem%20informativa%20por%20meio%20do%20compartilhamento%20de%20conhecimentos.pdf. Acesso em: 06 out. 2008.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Competência em informação: melhores práticas educacionais voltadas para a information literacy. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 21., 2005, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: **ABPR; FEBAB**. 2005. 1 CD-ROM.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. *In: DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR, José Paulo M. (org.). Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

FERNANDES, Cleoni Maria. Formação do professor universitário: tarefa de quem? *In: MESSETO, Marcos Tarcísio (org.). Docência na Universidade*. Campinas: Papirus, 1998.

FIGUEIREDO, Nice de Meneses. **Tópicos modernos em Biblioteconomia**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.

FIGUEIREDO, Saulo Porfírio. **Gestão do conhecimento**: estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Espaços de Significação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 75-91, 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4981>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FREIRE, Isa Maria. Sobre a temática “responsabilidade social” na literatura da Ciência da Informação indexada pela Brapci. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 59-76, ago./fev. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1492-2158-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1492-2158-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 18 maio 2018.

FREIRE, Isa Maria; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Uma abordagem das ações de mediação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43 n. 2, p. 272-283, maio/ago., 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1409/1587> Acesso em: 15 mar. 2017.

FREIRE, Isa Maria. Sobre o Regime de Informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102/62100>. Acesso em: 17 mar. 2019.

FREIRE, Isa Maria. **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Idea, 2010.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.3, p. 195-2007, set./dez. 2008.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ: IBICT, 2001.

FREIXO, Aurora Leonor. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 207-229.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., Alberta, 7-10 jun. 1995. **Alberta**: Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 15 maio. 2016.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, v. 17, n 1, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12309-51582-2-PB.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2018.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

GOMES, Eunice Simões Lins. **A arte de pesquisar**. João Pessoa: UFPB, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre ética da informação: panorama contemporâneo. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; CIANCONI, Regina de Barros (org.). **Ética da informação**: perspectivas e desafios. Niterói: PPGCI/UFRJ, 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**, v. 3, n. 1/2, 1997. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000004592/5ac300580326ba02582e6a880c098aee>. Acesso em: 5 mar. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus** - Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 09, n. 14, 2009a. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/117/1/GONZALEZDEGOMEZMORPHEUS2009.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 2, 1999a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200001. Acesso em: 16 jun. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2. p. 7-31, 1999c. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003b. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/123>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004. Acesso em: 13 ago. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 1 n. 6, dez. 2000. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_8a9349eb1d_0007430.pdf. Acesso em: 10 nov. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida.; CHICANEL, Marize. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas, 2008, São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. **Anais [...]** São Paulo, 2008.

GRACY, David B. Columbus Revisited: the status of archival research around the world in 1992. **Archivum**, v. 39. p. 520-525, 1994.

HIGH-LEVEL on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report. **Alexandria**: UNESCO, NFIL, IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/high-level-colloquium-2005.pdf>. Acesso em 21 mar. 2017.

JAPIASSU, Hilton. **A interdisciplinaridade e a patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75.
KUHLMATH, Carol C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, p.361-371, jan. 1991. Disponível em : https://www.academia.edu/1404984/Inside_the_search_process_Information_seeking_from_the_users_perspective. Acesso em: 05 jan. 2018.

KUSCH, Martin; COLLINS, Hanrry. **The shape of actions**: what humans and machines can do. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999a.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999b.

LÉVY, Pierre. **L'intelligence collective**. Pour une anthropologie du cyberspace. Editions La Découverte, Paris, 1994.

LIMA, Raimundo Martins de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 301-310.

LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. **Redes sociais no contexto das políticas públicas do ProJovem Urbano no estado da Paraíba**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LLEWELLYN, Sue; NORTHCOTT, Deryl. The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management. **An International Journal**, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242339363_The_singular_view_in_management_case_studies. Acesso em: 05 jan. 2019.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Socialização da informação: nadando contra a corrente. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 123, n. 2, 2002, p. 60-76.

MARCHIORI, Patricia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652002000200008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 14 set. 2016.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/947/984>. Acesso em: 14 de abr. 2018.

MARCONDES, Carlos Henrique; JARDIM, José Maria. Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na administração federal do Brasil. **DataGramaZero**, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3900>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 331-355.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da; VITORINO, Elizete Vieira. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os Cursos de Graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, set./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/69952-304492-15-PB.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MALVERDES, André; MORAES, Margarete Farias de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 311-330.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. *In*: VENÂNCIO, Renato; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adalson (org.). **Ensino e pesquisa em Arquivologia**: cenários prospectivos. V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018, p. 489-505.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. O Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB). *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p.109-126.

MERTON, Robert. Uma introdução, alguns comentários e três opiniões sobre a ciência. *In*: DEUS, Jorge Dias (org.). **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. Tradução e organização de Edgar de Assis Carvalho e Maria da Conceição de Almeida. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN, Edgar. **O Método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

MULLER, Mary Stela; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; FORTES, Líceia Cianca; GONÇALVES, Claudiomar dos Reis; SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo; CASTRO, Rosimeire Aparecida Angelini. Curso de Arquivologia da UEL: consolidação de uma proposta de parceria. **Inf. Inf.**, v.2, n.1, p. 45-66, jan./jun. 1997. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/.../1361. Acesso em: 05 jan. 2016.

NAVES, Madalena M. Lopes. Aspectos conceituais do browsing na recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/781>. Acesso em: 15 jun. 2019.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Pós-Graduação**: educação e mercado de trabalho. Campina/SP: Papirus, 1995.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **A formação e a**

pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 251-270.

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida *et al.* (org.). Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. *In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS*, 12, 1999, Ilhéus. **Documento eletrônico** [...]. Ilhéus, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/png.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *In: ALBAGLI, Sarita* (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609/611>. Acesso em: 03 nov. 2016.

RASTAS, Pirkko. **Manuals and textbooks of Archives Administration and Records Managment: aRAMPStud**. Unesco: Paris, 1992.

ROCHA, Maria Meriane Vieira; COSTA, João Henrique Lucena da; SILVA, Alzira Karla de Araújo. A produção de conhecimento sobre regime de informação nos periódicos em Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 255-275, set./dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/39225-105883-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RODRIGUES, Ana Célia; FIGUEIREDO, Gláucia da Rocha. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg* (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.** I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 409-439.

RUDIO, Fraz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 5 maio. 2016.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert; SILVA, Rita de Cássia Portela da. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). *In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg* (org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas**

brasileiras. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 357-378.

SILVA, Welder Antônio. Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: evidências indicativas e representativas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/53>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de arquivologia no Brasil. *In: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia (org.). Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil: IV Reparq. IV Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Campus I, 2015. p. 119-251. e-Book. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/96/24/435-1?inline=1>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: rumo a uma harmonização curricular possível. *In: VENÂNCIO, Renato Pinto; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adolson (org.). Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos. V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. p. 29-43. e-Book. Disponível em <http://vreparg.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, jan./jun. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/42337-Texto%20do%20artigo-50535-1-10-20120906.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. **Rede de textos científicos**: um estudo sob a ótica da institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

SOUZA, Francisco das Chagas. Interdisciplinaridade da Ciência da Informação. *In: CAVALCANTE, Lúcia Eugênia; PINTO, Virgínia Bentes; SILVA NETO, Casemiro. (org.). Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares gêneses e aplicações*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 49-70.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil. *In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. (org.). Novas dimensões da pesquisa e do ensino de Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação do Arquivistas do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Análisis y evolución del panorama laboral del archivero em Brasil**: el Poder Legislativo Federal em escena. 2010, 378 f. Tese (Doutorado) – Universidad Carlos III de Madrid, UC3M, Espanha, 2010.

STERN, Cariline M. **La maîtrise de l'information déconnectée**: éduquer à l'information sans recourir aux technologies. Juillet 2002, Livre blanc prepare par l'UNESCO, a la U. S. National Commission on Libraries and Information Science⁴ et Le National Forum on Information Literacy pour La Rencontre d'experts sur La notion de competence informationnelle. Prague, République Tchèque. Disponível em: <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/stern-fullpaper.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SUAIDEN, Emir; LEITE, Cecília. Dimensão social do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2006.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais/Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2016.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

TARGINO, Maria das Graças. Quem é o profissional da informação? **Transinformação**, v. 12, n. 2, p. 61-69, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v12n2/05.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

UNGER, Roberto José Gervázio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2014/2135>. Acesso em: 5 maio 2016.

URBIZAGASTEGUI ALVARADO, Rúben. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/200-201-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. Santos: Cultura Associados, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: SENAC, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Nível de formação (UNESP/Marília)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO - UNESP			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 2	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 3	PROCESSAMENTO DE DADOS	NÃO CONSTA	INFORMÁTICA	CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
ATOR 4	LETRAS	NÃO CONSTA	LETRAS	ESTUDOS LITERÁRIOS
ATOR 5	HISTÓRIA	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	HISTÓRIA SOCIAL	HISTÓRIA SOCIAL
ATOR 6	ESTATÍSTICA	NÃO CONSTA	ESTATÍSTICA	FILOSOFIA
ATOR 7	ARTES PLÁSTICAS; LETRAS	FONDATIONS OF TERMINOLOGY; ITALIANO INSTRUMENTA; O (S) USO (S) DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO EM SALA DE AULA; CAPACITAÇÃO PARA MUSEUS	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 8	HISTÓRIA	ORGANIZAÇÃO EM ARQUIVOS	MULTIMEIOS	MULTIMEIOS
ATOR 9	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
ATOR 10	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 11	CIÊNCIAS ECONÔMICAS; CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	CONTROLE ESTATÍSTICO DA QUALIDADE	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
ATOR 12	DIREITO; CIÊNCIAS SOCIAIS	NÃO CONSTA	CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 13	MATEMÁTICA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E MATEMÁTICA COMPUTACIONAL	EDUCAÇÃO
ATOR 14	HISTÓRIA	PATRIMÔNIO CULTURAL	NÃO CONSTA	HISTÓRIA SOCIAL
ATOR 15	HISTÓRIA	FORMAÇÃO CONTÍNUA DE DOCENTES DA UNESP; ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	HISTÓRIA	CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO

ATOR 16	BIBLIOTECONOMIA	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; INDEXAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
---------	-----------------	--	--------------------------	--------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE B – Nível de formação (UEPB)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO - UEPB			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	QUÍMICA	NÃO CONSTA	EDUCAÇÃO	HISTÓRIA
ATOR 2	PSICOLOGIA	NÃO CONSTA	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
ATOR 3	DIREITO	NÃO CONSTA	DIREITO	EDUCAÇÃO
ATOR 4	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	NÃO CONSTA	INFORMÁTICA	NÃO CONSTA
ATOR 5	LETRAS; ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO	LÍNGUA PORTUGUESA; PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR	LINGUAGEM E ENSINO	LINGÜÍSTICA
ATOR 6	COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO	CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 7	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO
ATOR 8	PEDAGOGIA; BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	EDUCAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 9	HISTÓRIA	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
ATOR 10	ARQUIVOLOGIA	ARQUIVOS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 11	HISTÓRIA; ARQUIVOLOGIA	GESTÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 12	FÍSICA; SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES	FÍSICA	ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO	ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO
ATOR 13	BIBLIOTECONOMIA	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS; DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 14	ADMINISTRAÇÃO	NÃO CONSTA	ADMINISTRAÇÃO	ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS
ATOR 15	DIREITO	NÃO CONSTA	DIREITO	NÃO CONSTA
ATOR 16	PSICOLOGIA	NÃO CONSTA	PSICOLOGIA	EDUCAÇÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE C – Nível de formação (UFPB)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO - UFPB			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	BIBLIOTECONOMIA	GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 2	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 3	FISIOTERAPIA; ARQUIVOLOGIA	SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA; RECURSOS CINESIOTERÁPICOS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 4	BIBLIOTECONOMIA	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	LETRAS
ATOR 5	ARQUEOLOGIA	NÃO CONSTA	ARTES VISUAIS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 6	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 7	HISTÓRIA; ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 8	BIBLIOTECONOMIA; ADMINISTRAÇÃO	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 9	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	BIBLIOTECONOMIA	HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA
ATOR 10	BIBLIOTECONOMIA	DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	BIBLIOTECONOMIA	EM ANDAMENTO
ATOR 11	BIBLIOTECONOMIA	ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES; SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE INFORMAÇÃO C&T	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 12	CIÊNCIAS SOCIAIS	NÃO CONSTA	CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
ATOR 13	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	LINGÜÍSTICA
ATOR 14	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA; ORGANIZAÇÃO EM ARQUIVOS	BIBLIOTECONOMIA	ADMINISTRAÇÃO
ATOR 15	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	EDUCAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 16	BIBLIOTECONOMIA	GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATOR 17	PEDAGOGIA; CIÊNCIAS SOCIAIS	NÃO CONSTA	SOCIOLOGIA	SOCIOLOGIA
ATOR 18	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 19	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO; DIREITO	NÃO CONSTA	MASTER OF SCIENCE IN ORGANIZATION & MANAGEMENT	CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO/ CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 20	FÍSICA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 21	CIÊNCIAS SOCIAIS	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 22	BIBLIOTECONOMIA; ADMINISTRAÇÃO	INFORMÁTICA; FORMAÇÃO DE TUTORES E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA; GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	EDUCAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 23	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 24	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	FILOSOFIA DA CIÊNCIA - MUSEOLOGIA
ATOR 25	ADMINISTRAÇÃO	NÃO CONSTA	MANAGEMENT STRATÉGIQUE ET GÉNIE DES ORGANISATION SE	SCIENCES DE GESTION
ATOR 26	HISTÓRIA; ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 27	ENGENHARIA ELÉTRICA; DIREITO	NÃO CONSTA	ENGENHARIA ELÉTRICA	ENGENHARIA ELÉTRICA
ATOR 28	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 29	LETRAS; BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	BIBLIOTECONO MIA	LETRAS
ATOR 30	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS; GESTÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 31	BIBLIOTECONOMIA	BIBLIOTECONOMIA EM MINAS E ENERGIA	BIBLIOTECONO MIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS
ATOR 32	BIBLIOTECONOMIA	GESTÃO ESTRATÉGICA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO

ATOR 33	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO	ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS; ARQUIVOS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 34	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 35	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE D – Nível de formação (FURG)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO – FURG			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	PATRIMÔNIO CULTURAL	NÃO CONSTA
ATOR 2	ARQUIVOLOGIA; CIÊNCIAS SOCIAIS	GESTÃO EM ARQUIVOS	CIÊNCIAS SOCIAIS	EM ANDAMENTO
ATOR 3	ARQUIVOLOGIA	GESTÃO DE NEGÓCIOS	PATRIMÔNIO CULTURAL	EM ANDAMENTO
ATOR 4	ARQUIVOLOGIA	GESTÃO EM ARQUIVOS	PATRIMÔNIO CULTURAL	EM ANDAMENTO
ATOR 5	ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 6	ARQUIVOLOGIA	GESTÃO EM ARQUIVOS	MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	EM ANDAMENTO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE E – Nível de formação (UFMG)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO – UFMG			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	HISTÓRIA	EDUCAÇÃO
ATOR 2	ARTES – CINEMA	ESTUDOS SUPERIORES EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ARTES VISUAIS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 3	ARTES PLÁSTICAS	MUSEUM DOCUMENTATION, PRINCIPLES AND PRACTICE	ARTES	ARTES
ATOR 4	COMUNICAÇÃO SOCIAL	NÃO CONSTA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 5	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 6	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO; COMUNICAÇÃO SOCIAL – RADIALISMO	NÃO CONSTA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 7	SERVIÇO SOCIAL	NÃO CONSTA	ADMINISTRAÇÃO	EDUCAÇÃO
ATOR 8	HISTÓRIA	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	HISTÓRIA	HISTÓRIA
ATOR 9	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	HISTÓRIA SOCIAL	HISTÓRIA SOCIAL
ATOR 10	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	INTELLIGENCE ARTIFICIELLE	INFORMATIQUE ET MATEMATIQUE	INFORMÁTICA, ANAL. SISTEMAS E TRATAMENTO DE SINAL
ATOR 11	HISTÓRIA	TEORIA E MÉTODO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	SOCIOLOGIA	SOCIOLOGIA
ATOR 12	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS	NÃO CONSTA
ATOR 13	HISTÓRIA	ARQUIVOS PÚBLICOS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 14	ENGENHARIA CIVIL	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA; ENGENHARIA DE SOFTWARE	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 15	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	HISTÓRIA	HISTÓRIA
ATOR 16	ARQUIVOLOGIA	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE F – Nível de formação (UFAM)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO – UFAM			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
ATOR 1	ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	PATRIMÔNIO CULTURAL	NÃO CONSTA
ATOR 2	ARQUIVOLOGIA	GESTÃO EM ARQUIVOS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 3	HISTÓRIA; ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 4	ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 5	ARQUIVOLOGIA ; HISTÓRIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA
ATOR 6	HISTÓRIA; ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	EM ANDAMENTO	NÃO CONSTA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE G – Nível de formação (UFSC)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO – UFSC			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; INVESTIGACIÓN EM DOCUMENTACIÓN	DOCUMENTACIÓN
ATOR 2	HISTÓRIA	NÃO CONSTA	ARTES VISUAIS	MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO
ATOR 3	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO CONSTA	ECONOMIA E GESTÃO DA INOVAÇÃO	AValiação DE TECNOLOGIA
ATOR 4	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – MÚSICA; BIBLIOTECONOMIA	GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 5	NÃO CONSTA	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS	NÃO CONSTA	SOCIOLOGIA POLÍTICA	NÃO CONSTA
ATOR 7	BIBLIOTECONOMIA	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 8	FILOSOFIA	HISTÓRIA E REGIÃO	HISTÓRIA	HISTÓRIA
ATOR 9	BIBLIOTECONOMIA	ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS E EMPRESARIAIS	LITERATURA	LITERATURA
ATOR 10	TECNOLOGIA EM PROCESSAMENTO DE DADOS	GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO
ATOR 11	INFORMACION CIENTÍFICO-TÉCNICA Y BIBLIOTECOLOGIA	NÃO CONSTA	BIBLIOTECOLOGIA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 12	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS E EMPRESARIAIS	HISTÓRIA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; DOCUMENTACIÓN: ARCHIVEROS Y BIBLIOTECA EM EL ENTORNO DIGITAL
ATOR 13	BIBLIOTECONOMIA	APERFEIÇOAMENTO EM DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ATOR 14	DIPLOMATURA EM BIBLIOTECONOMÍA Y DOCUMENTACIÓN; LICENCIATURA EM DOCUMENTACIÓN	NÃO CONSTA	INFORMACION CIENTÍFICA; DOCUMENTACIÓN DIGITAL	DOCUMENTACIÓN
ATOR 15	PEDAGOGIA	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
ATOR 16	ESTUDOS SOCIAIS; BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO
ATOR 17	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 18	PROCESSAMENTO DE DADOS	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS
ATOR 19	ENGENHARIA CIVIL	PROJETO E VIABILIDADE DE RODOVIAS VICINAIS	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 20	BIBLIOTECONOMIA	GESTÃO DE BIBLIOTECAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 21	FILOSOFIA	NÃO CONSTA	FILOSOFIA	FILOSOFIA
ATOR 22	DIREITO	DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL	DIREITO	DIREITO
ATOR 23	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	NÃO CONSTA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 24	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	ADMINISTRAÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 25	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	NÃO CONSTA	ENGENHARIA ELÉTRICA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO; DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS
ATOR 26	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO
ATOR 27	COMUNICAÇÃO SOCIAL	NÃO CONSTA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 28	AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIOS E SECRETARIADO; BIBLIOTECONOMIA	DESENVOLVIMENTO E GERENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 29	BIBLIOTECONOMIA	NÃO CONSTA	BIBLIOTECONOMIA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 30	ENGENHARIA CIVIL	NÃO CONSTA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ATOR 31	FILOSOFIA	NÃO CONSTA	ADMINISTRAÇÃO ; ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE H – Nível de formação (UFPA)

DOCENTES	NÍVEL DE FORMAÇÃO – UFPA			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
ATOR 1	PSICOLOGIA	PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE; FORMAÇÃO DE TUTORES; GESTÃO DE TECNOLOGIA E COMPETITI; DIPLOME DE UNIVERSITÉ SCIENCES DE GESTION	ADMINISTRAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 2	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SISTEMAS PARA INTERNET	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 3	ARQUIVOLOGIA	DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	EM ANDAMENTO
ATOR 4	HISTÓRIA	DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS AMAZÔNICAS	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO	HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
ATOR 5	ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 6	ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE I – Áreas de atuação (UNESP)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES (UNESP)		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	COMUNICAÇÃO; CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TEORIA DA COMUNICAÇÃO; HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; MEDIACÃO
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA; GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO; ARQUIVOLOGIA
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA ; HISTÓRIA
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 7	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	MUSEOLOGIA
ATOR 8	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA ; HISTÓRIA
ATOR 9	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA
ATOR 10	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA
ATOR 11	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	PESQUISA OPERACIONAL; TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 12	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	DIREITO PRIVADO; DIREITO PÚBLICO; DIREITO NOTARIAL; ARQUIVOLOGIA
ATOR 13	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA; ARQUIVOLOGIA
ATOR 14	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; HISTÓRIA; DIREITO	ARQUIVOLOGIA ; HISTÓRIA DO BRASIL; TEORIA DO DIREITO
ATOR 15	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA ; FOTOGRAFIA; HISTÓRIA; COMUNICAÇÃO
ATOR 16	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE J – Áreas de atuação (UEPB)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES – UEPB		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO; HISTÓRIA	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO; HISTÓRIA DO BRASIL
ATOR 2	CIÊNCIAS HUMANAS	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DIREITO	ORDEM JURÍDICA CONSTITUCIONAL; DIREITO PÚBLICO; DIREITO PÚBLICO; DIREITO À INFORMAÇÃO; DIREITO DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO; INSTRUMENTOS DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS
ATOR 4	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA; CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO; DIREITO	METODOLOGIA E TÉCNICAS DA COMPUTAÇÃO
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUÍSTICA	ARQUIVOLOGIA
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; COMUNICAÇÃO	ARQUIVOLOGIA ; METODOLOGIA; JORNALISMO E EDITORAÇÃO; RÁDIO E TELEVISÃO
ATOR 7	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 8	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 9	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 10	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 11	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 12	CIÊNCIAS EXATAS	ENGENHARIA ELÉTRICA	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
ATOR 13	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 14	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO; CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 15	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DIREITO	DIREITO PÚBLICO
ATOR 16	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE K – Áreas de atuação (UFPB)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES – UFPB		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUEOLOGIA; TEORIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO
ATOR 7	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 8	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 9	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 10	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 11	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 12	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	SOCIOLOGIA
ATOR 13	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 14	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
ATOR 15	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 16	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 17	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO; MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO; PROTAGONISMO SOCIAL
ATOR 18	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TEORIA DA INFORMAÇÃO; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 19	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	DIREITO; CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
ATOR 20	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
ATOR 21	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	GESTÃO DA INFORMAÇÃO; COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO; IDENTIDADE CULTURAL E INCLUSÃO DIGITAL

ATOR 22	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO E MEMÓRIA; INFORMAÇÃO E INCLUSÃO; TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO; BIBLIOTECA DIGITAL; ANTROPOLOGIA EDUCACIONAL
ATOR 23	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 24	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA; MUSEOLOGIA
ATOR 25	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO
ATOR 26	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; HISTÓRIA	ARQUIVOLOGIA; HISTÓRIA
ATOR 27	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	DIREITO; ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO; ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO; ASPECTOS JURÍDICOS DA INFORMAÇÃO
ATOR 28	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 29	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; LETRAS	BIBLIOTECONOMIA.
ATOR 30	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; EDUCAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 31	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 32	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	PENSAMENTO PÓS-HUMANO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; MODELOS TEÓRICOS DE ACEITAÇÃO TECNOLÓGICA
ATOR 33	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 34	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO; GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO; TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS
ATOR 35	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO; ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO; GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO; EMPREENDEDORISMO FEMININO

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE L – Áreas de atuação (FURG)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES - FURG		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE M – Áreas de atuação (UFMG)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES - UFMG		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; MUSEOLOGIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA; MUSEOLOGIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA; MUSEOLOGIA
ATOR 7	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA; MUSEOLOGIA
ATOR 8	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 9	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 10	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 11	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 12	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 13	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 14	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLOGIA DA COMPUTAÇÃO
ATOR 15	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 16	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE N – Áreas de atuação (UFAM)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES - UFAM		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; HISTÓRIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; MUSEOLOGIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; HISTÓRIA
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; HISTÓRIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE O – Áreas de atuação (UFSC)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES - UFSC		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; MUSEOLOGIA
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ECONOMIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	COMPUTAÇÃO
ATOR 6	CIÊNCIAS HUMANAS	SOCIOLOGIA; EDUCAÇÃO	SOCIOLOGIAS ESPECÍFICAS
ATOR 7	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 8	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 9	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 10	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	COMPUTAÇÃO
ATOR 11	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 12	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 13	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 14	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 15	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 16	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 17	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 18	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	COMPUTAÇÃO
ATOR 19	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO
ATOR 20	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TEORIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 21	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ÉTICA DA INFORMAÇÃO
ATOR 22	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DIREITO	DIREITOS ESPECIAIS
ATOR 23	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 24	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 25	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TEORIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 26	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	ADMINISTRAÇÃO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ATOR 27	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TEORIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 28	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 29	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 30	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 31	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	BIBLIOTECONOMIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE P – Áreas de atuação (UFPA)

DOCENTES	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DOCENTES - UFPA		
	GRANDE ÁREA	ÁREA	SUBÁREA
ATOR 1	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ATOR 2	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	METODOLOGIA E TÉCNICAS DA COMPUTAÇÃO
ATOR 3	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA
ATOR 4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 5	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA
ATOR 6	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE Q – Participação dos docentes em projetos (UNESP)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UNESP		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	2019 - Atual SEMIÓTICA INFORMACIONAL: fundamentos, objetos e relações disciplinares extensivas	NÃO CONSTA	
ATOR 2	2016 - Atual A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DA APRENDIZAGEM EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA	
ATOR 3	2016 - Atual ONTOSMART: um modelo de recuperação de informação baseado em ontologia	NÃO CONSTA	
ATOR 4	2018 - Atual ANÁLISE DOCUMENTAL DE TEXTOS NARRATIVOS DE FICÇÃO: a identificação do tema por meio da análise do discurso	NÃO CONSTA	
ATOR 5	2019 - Atual POLÍTICAS PÚBLICAS EM INFORMAÇÃO E ARQUIVOS: diretrizes para os municípios brasileiros 2018 - Atual POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO PARA ARQUIVOS PRIVADOS: estudo de marcos legais internacionais 2018 - Atual ARQUIVOS DE EMPRESA: gestão e tipologia documental	2018 - Atual DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS: Diretrizes para os instrumentos de gestão documental no município de Marília/SP	HISTÓRIA
ATOR 6	2019 - Atual ANÁLISES RELACIONAIS DE CITAÇÃO DERIVADAS DO ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DA COCITAÇÃO DE AUTORES	NÃO CONSTA	ARTES PLÁSTICAS E LETRAS

ATOR 7	2017 - Atual KAINGANG E KRENAK DE ARCO-ÍRIS	2016 - Atual DESIGN DA INFORMAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE AMBIENTE DIGITAL MODELAR PARA ACERVOS E COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS DA UNESP: um ensaio com a coleção da FFC/ Marília	
	2014 - Atual DESIGN DA INFORMAÇÃO E CONVERGÊNCIAS DE LINGUAGENS: implantação de ambiente para curadoria digital visando arquivos e museus brasileiros	2005 - Atual INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE - UNATI / UNESP - MARÍLIA	
ATOR 8	2017 - Atual SOBREVIVÊNCIA(S) E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO: avanços, ambiguidades e perspectivas	2014 - Atual ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE CONJUNTO DOCUMENTAL REITORIA	HISTÓRIA
	2017 - Atual ARQUIVO E MEMÓRIA CIENTÍFICA: produção documental e memória no ambiente das universidades		
ATOR 9	2019 - Atual INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL E INTELIGÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO BIG DATA: ANÁLISE DE DADOS PARA A GERAÇÃO DE DIFERENCIAIS COMPETITIVOS	NÃO CONSTA	
	2018 - Atual INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA - TEMA: sociedades plurais		
	2018 - Atual INFORMATION LITERACY IN THE CONTEXT OF INDUSTRY 4.0 / LA MAÎTRISE DE INFORMATION DANS LE CONTEXTE DE INDUSTRIE 4.0		
ATOR 10	2017 - Atual METADADOS PARA REPRESENTAÇÃO,	2010 - Atual BEAM - BIBLIOTECA DE ESTUDOS E APLICAÇÃO DE METADADOS	

	ACESSO E INTEROPERABILIDADE NO UNIVERSO BIBLIOGRÁFICO		
ATOR 11	2019 - Atual GESTÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES	NÃO CONSTA	
ATOR 12	2020 - Atual DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES ENTRE DIREITO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 2017 - Atual A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE ARQUIVOLOGIA E DIREITO NO QUE TANGE AO RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL 2016 - Atual O GRUPO PET BIBLIOTECONOMIA UNESP - MARÍLIA ENQUANTO INSTRUMENTO INTERDISCIPLINAR ENTRE BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA	DIREITO E CIÊNCIAS SOCIAIS
ATOR 13	2017 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO EM AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS	NÃO CONSTA	
ATOR 14	2018 - Atual ESTUDO TIPOLOGICO DO ACERVO DA BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN (BBM) 2017 - Atual À MARGEM DA BUROCRACIA: produção documental e arquivos de movimentos político-sociais	2012 - Atual SISTEMATIZAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO DE GÊNERO: identificação e organização da documentação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília	HISTÓRIA

ATOR 15	2017 - Atual A CLASSIFICAÇÃO DE FOTOGRAFIAS EM ARQUIVOS: uma discussão necessária 2015 - Atual PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS DE ARQUIVO: novos procedimentos	2017 - Atual DISCUTINDO A CLASSIFICAÇÃO DE FOTOGRAFIAS EM ARQUIVO 2007 - Atual A MEMÓRIA ACADÊMICA EM IMAGENS FOTOGRÁFICAS: organização do acervo fotográfico da Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP em perspectiva biblioteconômica e arquivística	HISTÓRIA
ATOR 16	2018 - Atual SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: análise conceitual com subsídios teórico-epistemológicos das teorias da classificação, do conceito e da terminologia 2017 - Atual OS CONCEITOS DE CATEGORIA E CLASSE E SUA FUNÇÃO NA DEFINIÇÃO DE MACROESTRUTURAS DE SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (Edital MCTI/CNPq - Processo 01/2016)	2013 - Atual VOCABULÁRIO DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS DA UNESP (VTARQ-UNESP)	BIBLIOTECONOMIA

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE R – Participação dos docentes em projetos (UEPB)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UEPB		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	2014 - Atual DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: a vez e a voz dos perseguidos	NÃO CONSTA	
ATOR 2	2019 - Atual CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: um estudo de revisão sistemática. 2018 - Atual COMPORTAMENTO SUICIDA NA ADOLESCÊNCIA: um estudo de revisão sistemática da literatura nacional	2016 - Atual OPORTUNIZANDO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO E O RESGATE DE VALORES ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	
ATOR 3	2019 - Atual TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, ACESSO À INFORMAÇÃO E DIREITO DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: mecanismos em evolução e o papel informador do arquivista	NÃO CONSTA	
ATOR 4	2018 - Atual REPRESENTAÇÃO FÍSICA E TEMÁTICA DE FERRAMENTAS DE INTERNET PRODUTORAS DE CORDÉIS DIGITAIS: promovendo a ampliação do acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA) da UEPB	2016 - Atual DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA: a web promovendo o Curso de Arquivologia da UEPB	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
ATOR 5	2019 - Atual AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS EM ARQUIVOS LUSÓFONOS: uma proposta para os estados-membro da CPLP	2019 - Atual ARQUIVOLOGIA, LINGUAGEM E TECNOLOGIA: nivelamento e letramento na universidade	LETRAS
	2018 - Atual COOPERAÇÃO ACADÊMICA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO CIENTÍFICA: as relações internacionais do projeto SESA 2018 - Atual NAS FRONTEIRAS DO ENSINO DE GÊNEROS ACADÊMICOS: a formação de pesquisadores em ciências humanas	2019 - Atual PEDIPAPER SESA: conhecer João Pessoa com desporto, educação cultural e ambiental	
ATOR 6	NÃO CONSTA	2019 - Atual SOCIALIZAÇÃO DO USO DE BASES DE DADOS CIENTÍFICAS NO ÂMBITO DAS PESQUISAS ACADÊMICA E ESCOLAR PARA AS COMUNIDADES DO CAMPUS V DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA	

		PARAÍBA E DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ LINS DO RÊGO: desafios na formação de novos pesquisadores 2013 - Atual MEMÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA (MUDDE): reflexões para além dos muros acadêmicos 2012 – Atual AUDIOVISUALMENTE: produzindo e mediando conteúdos educacionais como ferramenta de disseminação social e comunicação pedagógica	
ATOR 7	2018 - Atual AS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES NA ARQUIVOLOGIA: aplicações na formação e na metodologia 2017 - Atual AS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES NA ARQUIVOLOGIA COMO FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO PARA ACERVOS DE INSTITUIÇÕES EXTINTAS	2017 - Atual ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA: Organização, disseminação e preservação documental	HISTÓRIA
ATOR 8	2008 - Atual CENTRO DE GESTÃO INFORMACIONAL: Arquivo, Comunicação, Linguagem e Cognição, Políticas Sociais no Contexto Nacional e Internacional 2007 - Atual ARQUIVO, MULTIMÍDIA MEMÓRIA 2007 - Atual GESTÃO DE ARQUIVOS	2018 - Atual SOCIALIZAÇÃO DO USO DE BASES DE DADOS CIENTÍFICAS NO ÂMBITO DAS PESQUISAS ACADÊMICA E ESCOLAR PARA AS COMUNIDADES DO CAMPUS V DA UEPB E DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO JOSÉ LINS DO RÊGO: desafios na formação de novos pesquisadores 2018 - Atual DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA: a web promovendo o Curso de Arquivologia da UEPB 2012 - Atual EMPREENDEDORISMO: práticas e projetos para se tornar um empreendedor na Comunidade do Cristo em João Pessoa – PB	PEDAGOGIA E BIBLIOTECONOMIA

ATOR 9	2017 - Atual A FOTOGRAFIA DIGITAL COMO INSTRUMENTAL DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS HISTÓRICO-ESCOLAR	2014 – Atual CINEMA E EDUCAÇÃO CINEDUC 2013 - Atual INDÍCIOS, FONTES E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	HISTÓRIA
ATOR 10	NÃO CONSTA	2019 - Atual HEMODOC: Projeto de extensão para a organização do Arquivo do Hemocentro da Paraíba	ARQUIVOLOGIA
ATOR 11	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	
ATOR 12	2019 - Atual PROJETO NUMÉRICO E EXPERIMENTAL DE UM ARRANJO LINEAR DE ANTENAS PATCHES DE MICROFITA UTILIZANDO A GEOMETRIA FRACTAL PARA SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO SEM FIO EM 2,45 GHZ	NÃO CONSTA	FÍSICA E SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO
	2017 - Atual PROJETO E DESENVOLVIMENTO DE APPS E PLATAFORMAS WEB PARA APLICAÇÕES EM SISTEMAS ARQUIVÍSTICO		
ATOR 13	NÃO CONSTA	2017 - Atual A CIDADANIA VAI À PRAÇA: saúde ao alcance de todos	
ATOR 14	2019 - Atual NECESSIDADES E MOTIVAÇÕES PARA EMPREENDEDORISMO: uma análise dos pequenos negócios no distrito de Cajá -PB	NÃO CONSTA	
	2019 - Atual PERFIL EMPREENDEDOR NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL NO CAMPUS V DA UEPB		
ATOR 15	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	
ATOR 16	2014 - Atual LINGUAGEM, CULTURA E MEMÓRIA: investigando as Fronteiras do Projeto SESA	NÃO CONSTA	

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE S – Participação dos docentes em projetos (UFPB)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UFPB		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	NÃO CONSTA	2010 - Atual COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO: Tutoriais em Tecnologias Intelectuais para disseminação da informação na web	
ATOR 2	2019 - Atual REPRESENTAÇÃO DAS INTELIGÊNCIAS ACADÊMICAS MÚLTIPLAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: uma análise a partir dos Programas de Pós-graduação da Região Nordeste	2020 - Atual DESCOMPLICA TCC: normas, estratégias e dicas para elaboração de trabalhos acadêmicos.	
	2017 - Atual REPRESENTAÇÃO DAS INTELIGÊNCIAS ACADÊMICAS MÚLTIPLAS DA ELITE INTELLECTUAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: uma análise a partir dos Programas de Pós-graduação		
ATOR 3	NÃO CONSTA	2020 - Atual ORIENTAÇÕES DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NA CIDADE DE JOÃO PESSOA- PB	FISIOTERAPIA E ARQUIVOLOGIA
ATOR 4	2019 - Atual NOS TEARES DA MEMÓRIA: percorrendo os caminhos do livro, do autor, do leitor, das editoras, das livrarias e bibliotecas na Paraíba do Século XX	2019 - Atual MEMÓRIA E VERDADE NAS AÇÕES DA GESTÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UFPB	BIBLIOTECONOMIA
	2019 - Atual LEMBRANÇAS REVISITADAS: perfazendo os caminhos dos reitores da UFPB	2007 - Atual PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: preservação e conservação através do registro e disseminação	
ATOR 5	2017 - Atual VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NAS NARRATIVAS DE ACERVOS AUDIOVISUAIS CINEMATOGRAFICOS E SITES ABERTOS		
	2019 - Atual OS AGENCIAMENTOS SÍGNICOS NO CARIRI OCIDENTAL: A	2007 - Atual PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E	

	dinâmica entre os grafismos rupestre e demais componentes do registro arqueológico 2018 - Atual OS AGENCIAMENTOS SEMIÓTICOS NA CONSTITUIÇÃO DOS PAINEIS RUPESTRES: a dinâmica entre os grafismos reconhecíveis e puros, no Cariri Ocidental Paraibano 2016 - Atual DESNATURALIZAÇÃO DE PROCESSOS CURATORIAIS: gênese, singularidades e discursos nos espaços museológicos de história natural.	PATRIMÔNIO CULTURAL: preservação e conservação através do registro e disseminação	
ATOR 6	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	
ATOR 7	NÃO CONSTA	2016 - Atual ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO CAC/UFPE	HISTÓRIA E ARQUIVOLOGIA
ATOR 8	2017 - Atual MEMÓRIA E CULTURA ESCRITA	NÃO CONSTA	
ATOR 9	NÃO CONSTA	2019 - Atual DESAFIOS DE ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DA CULTURA POPULAR	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 10	2017 - Atual BIBLIOTERAPIA PARA IDOSOS: a velhice e a experiência de envelhecer	2017 - Atual BIBLIOTERAPIA PARA IDOSO: ler é aprender a viver - depende de você	
ATOR 11	2019 - 2020 O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ÂMBITO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS ATUÁRIAS, CONTABILIDADE, ECONOMIA, GESTÃO PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CCSA/UFPB 2018 - Atual ANÁLISE DO PERFIL DOS ORIENTADORES E DE SEUS ORIENTANDOS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE PESQUISAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC) do Departamento de Ciência da Informação - UFPB 2018 - Atual INFORMAÇÃO E LEITURA	2020 - Atual ORGANIZAR PARA ACESSAR: preservando a memória institucional por meio das práticas arquivísticas nos arquivos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB 2016 - Atual BIBLIOTERAPIA PARA VELHOS JOVENS/IDOSOS: envelhecer é viver e nada mais 2013 - Atual PROJETO BEM-TE-VI: a biblioterapia como a arte de encantar criança com câncer	BIBLIOTECONOMIA

ATOR 12	2019 - Atual AS SUBÁREAS TEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL 2016 - Atual TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO PERIFÉRICA NO BRASIL: um estudo comparativo em três setores produtivos 2009 - Atual LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS	NÃO CONSTA	
ATOR 13	2019 - Atual REPOSITÓRIO? QUESTÕES EM REDE?: em cena as fontes de informação indígena	NÃO CONSTA	
ATOR 14	2019 - Atual TENDÊNCIAS INOVADORAS DAS ABORDAGENS SOBRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL 2019 - Atual O PRODUTIVISMO ACADÊMICO NA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL 2018 - Atual ABORDAGENS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	NÃO CONSTA	
ATOR 15	2014 - Atual LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS – Lti	NÃO CONSTA	
ATOR 16	2007 - Atual MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA	
ATOR 17	2019 - Atual O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL 2019 - Atual PROTAGONISMO DAS MULHERES NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 2018 - Atual INFORMAÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes	NÃO CONSTA	

	2014 - Atual CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES 2012 - Atual REVISTAS ACADÊMICAS DE GÊNERO E FEMINISTAS 2011 - Atual AÇÃO INTEGRADA DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS – Lti		
ATOR 18	2019 - Atual PIBIC: O protagonismo social das mulheres na constituição e na consolidação do ensino de Biblioteconomia no Brasil 2019 - Atual MCTI/CNPQ Nº 28/2018 UNIVERSAL: TESAURO EM LITERATURA DE CORDEL: um instrumento de representação da cultura popular 2017 - Atual MCTI/CNPQ Nº 01/2016 UNIVERSAL: análise teórico-conceitual da organização e representação nos currículos de graduação em Biblioteconomia no Brasil 2015 - Atual GRUPO DE PESQUISA MAPA - MEMÓRIA, ACERVOS E PATRIMÔNIO - UFCA 2008 - Atual GRUPO DE PESQUISA - INFORMAÇÃO, CIDADANIA E MEMÓRIA – UFPB	NÃO CONSTA	
ATOR 19	2013 - Atual ADAPTANDO O MODELO VETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO BASEADO EM ONTOLOGIA 2015 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO EM PERIÓDICOS ELETRÔNICOS EXPANDIDOS: identificando padrões de metadados e protocolos de interoperabilidade 2016 - Atual A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ASSOCIADAS À EPIDEMIA DE ZIKA VÍRUS: uma investigação baseada na Análise de Redes Sociais	NÃO CONSTA	

	2019 - Atual O CONCEITO DE DADO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Investigando as acepções na literatura da área		
ATOR 20	2016 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PERVASIVA E AVALIAÇÃO DE USABILIDADE EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS 2014 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PERVASIVA E O LIVRO ELETRÔNICO: aplicações teórico-metodológicas e diretrizes para o processo editorial 2011 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO DIGITAL COLABORATIVA: estudo da contribuição teórica e metodológica da Ciência da Informação 2010 - Atual GRUPO DE PESQUISA EM REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO 1990 - Atual GRUPO DE PESQUISA NOVAS TECNOLOGIAS EM INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA	
ATOR 21	2018 - Atual GESTÃO DE MÍDIAS NO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS - Lti 2018 - Atual GESTÃO DE MÍDIAS SOCIAIS VIRTUAIS	NÃO CONSTA	
ATOR 22	2019 - Atual AVALIAÇÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DAS REGIÕES SUL, CENTRO OESTE E NORTE DO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE USABILIDADE E ACESSIBILIDADE NA WEB 2019 - Atual ALÉM DOS LIVROS: a biblioteca pública e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU 2017 - Atual REDE INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIAS	NÃO CONSTA	

ATOR 23	2018 - Atual ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA E O MODELO AUSTRALIANO DO RECORDS CONTINUUM: uma análise teórica	2019 - Atual AÇÕES EMERGENCIAIS EM ACERVOS DOCUMENTAIS PÚBLICOS E PRIVADOS EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO
ATOR 24	2019 - Atual O PRODUTIVISMO ACADÊMICO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	NÃO CONSTA	
	2019 - Atual TENDÊNCIAS INOVADORAS DAS ABORDAGENS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL		
ATOR 24	2014 - Atual REDE DE PESQUISA E (IN)FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	NÃO CONSTA	
	2009 - Atual GRUPO DE PESQUISA WEB, REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E ONTOLOGIAS		
	2007 - Atual GRUPO DE PESQUISA LEITURA, ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PRODUÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO		
	2004 - Atual GRUPO DE PESQUISA INFORMAÇÃO, APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO		
ATOR 25	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	
ATOR 26	2012 - Atual REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVÍSTICA	NÃO CONSTA	HISTÓRIA E ARQUIVOLOGIA
	2008 - Atual ARQUIVOLOGIA E SOCIEDADE		
ATOR 27	2017 - Atual PRÁTICAS FORMATIVAS EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: importância e desafios do aprendizado prático no ensino superior	NÃO CONSTA	
ATOR 28	2012 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO NA INTERFACE DE TABLETS: identificando barreiras no acesso à informação	2016 - Atual BIBLIOTERAPIA PARA VELHOS JOVENS/IDOSOS: viver é envelhecer nada mais	
	2010 - Atual SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:		

	proposta de modelo baseado na representação do conhecimento através de ontologias		
ATOR 29	2019 - Atual TESAURO EM LITERATURA DE CORDEL: um instrumento de representação da cultura popular 2019 - Atual MEMÓRIAS DA POESIA POPULAR: indexação de folhetos de cordel	NÃO CONSTA	
ATOR 30	2018 - Atual AÇÕES DE INFORMAÇÃO NO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS - Lti 2008 - Atual Grupo de estudos em aquivística e sociedade	NÃO CONSTA	BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO
ATOR 31	2019 - Atual INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: uma análise dos bolsistas dos Cursos de Economia, Contabilidade, Administração, Ciências Atuariais e Gestão Pública	NÃO CONSTA	
ATOR 32	2009 - Atual LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS - LTI	NÃO CONSTA	
ATOR 33	2012 - Atual REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVÍSTICA	NÃO CONSTA	BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA EM ANDAMENTO
ATOR 34	2018 - Atual INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM ESTUDOS DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS 2018 - Atual MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS: estudos para melhorar os fluxos de informação nos processos de gestão 2017 - Atual GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: abordagens experimentais 2017 - Atual ESTUDOS SOBRE TRANSFORMAÇÕES ENGENDRADAS PELA MIGRAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA O CIBERESPAÇO	NÃO CONSTA	
ATOR 35	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE T – Participação dos docentes em projetos (FURG)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - FURG		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	
ATOR 2	2018 - Atual EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: fundamentos teóricos e produção nacional	2015 - Atual SARDIÑAS, ATUNS E EXQUISITICES: aplicação do Atom numa coleção de rótulos de pescados	ARQUIVOLOGIA
	2017 - Atual A INTER-RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS E DE PATRIMÔNIO CULTURAL E SEU IMPACTO NO ACESSO À INFORMAÇÃO		
ATOR 3	2017 - Atual IRMÃS FRANCISCANAS EM SANTA MARIA - RS: uma Congregação de mulheres empreendedoras no ensino superior (1953-2018)	2017 - Atual PATRIMÔNIO HISTÓRICO, GESTÃO DOCUMENTAL, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO	
	2017 - Atual AMÉRICA PLATINA: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no Século XIX e primeira metade do Século XX bem como as relações em um mundo global	2017 - Atual HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	
ATOR 4	NÃO CONSTA	2019 - ATUAL A BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE ENQUANTO ESPAÇO DE LEITURA (1878-1898)	
ATOR 5	NÃO CONSTA	2018 - Atual DIGITALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	
ATOR 6	2016 - Atual A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: um estudo de caso do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre	2015 - Atual SARDIÑAS, ATUNS E EXQUISITICES: aplicação do Atom numa coleção de rótulos de pescados	ARQUIVOLOGIA

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE U – Participação dos docentes em projetos (UFMG)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UFMG		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	2017 - Atual ARQUIVOS, SOCIEDADE E ESTADO: políticas e gestão arquivística no Brasil	NÃO CONSTA	HISTÓRIA
ATOR 2	2016 - Atual O CÓDIGO SECRETO: o que a imagem escreve por linhas tortas?	NÃO CONSTA	
ATOR 3	2017 - Atual A DOCUMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO: Protocolos para documentação e gestão de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos na UFMG 2014 - Atual O ACERVO EM MARFIM LUSO-AFRO-ORIENTAL NO BRASIL: pesquisa introdutória nos acervos de Minas Gerais	2017 - Atual DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA POR IMAGENS DE BENS CULTURAIS 2017 - Atual PROTOCOLOS PARA DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG 2017 - Atual ARQUIVO PESSOAL PROF. ROSENI SENA: organização, preservação e divulgação 2016 - Atual PROTOCOLOS PARA DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG: implantação de um sistema de informação 2015 - Atual ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG: política de preservação no âmbito universitário	ARTES PLÁSTICAS
ATOR 4	2019 - Atual PENSAMENTO INFORMACIONAL IBERO-AMERICANO	NÃO CONSTA	HISTÓRIA

ATOR 5	2019 - Atual AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: legislação, metodologias e normalização nos contextos brasileiro e espanhol 2017 - Atual A AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS E SEU IMPACTO NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA	OBSERVATÓRIO DOS ARQUIVOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH)	
ATOR 6	2019 - Atual MEDIANDO MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS: A experiência de construção de centros de memória comunitários	NÃO CONSTA	
ATOR 7	2010 - Atual ESTUDO COMPARADO SOBRE MODOS DE GESTÃO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS E O TRABALHO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: bibliotecas, arquivos e museus 2010 - Atual INFORMAÇÃO E TRABALHO	NÃO CONSTA	SERVIÇO SOCIAL
ATOR 8	2013 - Atual EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS ARQUIVOS BRASILEIROS	2017 - Atual MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DA SERRA DE GRÃO MOGOL: Trilha do Barão (Parque Estadual de Grão Mogol)	HISTÓRIA
ATOR 9	NÃO CONSTA	2019 - Atual ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte 2019 - Atual AVALIAÇÃO MUSEOLÓGICA: coleções e museus da UFMG 2018 - Atual MATERIAL DIDÁTICO: patrimônio científico da Faculdade de Medicina	HISTÓRIA

		2017 - Atual ARQUIVO PESSOAL PROF. ROSENI SENA: organização, preservação e divulgação	
ATOR 10	2017 - Atual ARGIC: uma arquitetura extensível para gestão interoperável de informações clínicas 2017 - Atual INTEGRAÇÃO SEMÂNTICA DE DADOS CIENTÍFICOS BASEADA EM ONTOLOGIAS	NÃO CONSTA	
ATOR 11	2014 - Atual MEMÓRIA, REPRESSÃO E REPARAÇÃO ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NOS PAÍSES DO CONE SUL: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai 2012 - Atual PRODUÇÃO E MEDIAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DA CRIANÇA NO ÂMBITO DOS SISTEMAS JURÍDICOS INTERAMERICANOS	2017 - Atual APOIO À ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	HISTÓRIA
ATOR 12	NÃO CONSTA	2019 - Atual PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO CENTRO DE EXTENSÃO DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UFMG	
ATOR 13	2017 - Atual ILUSTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS CIENTÍFICOS E ADMINISTRATIVOS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS 2016 - Atual INVENTÁRIOS, COLETAS E ACERVOS DE MINAS GERAIS: uma proto-história de museus e arquivos nos Séculos XVIII e XIX 2013 - Atual ACERVOS EM MOVIMENTO: vídeos para formação de bibliotecários, arquivistas e museólogos II	NÃO CONSTA	HISTÓRIA
ATOR 14	2015 - Atual GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA FOMENTAR A	NÃO CONSTA	ENGENHARIA CIVIL

	SUSTENTABILIDADE DA CARTEIRA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM FONTES RENOVÁVEIS ALTERNATIVAS 2015 - Atual REPRESENTAÇÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS EM DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO INTENSIVO NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2015 - Atual LEGAL PROJECT 2015 - Atual CARACTERIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE REPRESENTAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 2015 - Atual PROJETO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM INFORMÁTICA EM SAÚDE E TELESSAÚDE NA FACULDADE DE MEDICINA 2014 – Atua DOCUMENT ACTS 2014 - Atual CARACTERIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE REPRESENTAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
ATOR 15	2014 - Atual GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	NÃO CONSTA	
ATOR 16	2018 - Atual FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, EPISTEMOLÓGICOS E TEÓRICOS DA ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	ARQUIVOLOGIA

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE V – Participação dos docentes em projetos (UFAM)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UFAM		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	2019 - Atual GRUPO DE PESQUISA EM PROCESSOS IMAGÉTICOS? PRIMA	2016 - Atual OFICINA DE DIGITALIZAÇÃO DE NEGATIVOS FOTOGRÁFICOS QUE RETRATAM O COTIDIANO DA COMUNIDADE DO BAIRRO COROADO	ARQUIVOLOGIA
	2018 - Atual ENSINO DA DISCIPLINA DE DIPLOMÁTICA NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL		
	2018 - Atual GRUPO DE PESQUISA INFORMAÇÃO E CEMITÉRIO		
ATOR 2	2018 - Atual REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	NÃO CONSTA	ARQUIVOLOGIA
	2018 - Atual REFLEXÃO DAS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL		
ATOR 3	2016 - Atual HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES, ACERVOS E PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS E A CONCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO AMAZONAS	2018 - Atual ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE ESTUDO DO USUÁRIO DO MUSEU AMAZÔNICO	HITÓRIA E ARQUIVOLOGIA
		2018 - Atual DIAGNÓSTICO DO ACERVO DOCUMENTAL HISTÓRICO SOB A GUARDA DA DIVISÃO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA (DPDH) DO MUSEU AMAZÔNICO	
ATOR 4	NÃO CONSTA	2019 - Atual VEM PRA RP 2019 - Atual CINE & VÍDEO TARUMÃ	
ATOR 5	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	

ATOR 6	NÃO CONSTA	2019 - Atual DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO DO ARQUIVO CENTRAL DA UFAM 2018 - Atual POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS: ações de gestão e preservação documental no sistema de arquivos e documentos do Estado do Amazonas – SAGED	HISTÓRIA
---------------	------------	--	----------

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE W – Participação dos docentes em projetos (UFSC)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UFSC		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	2018 - Atual OUTPUT DOS EVENTOS CIENTÍFICOS: Lattes e documentos de área da Capes 2018 - Atual A INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA CIÊNCIAS POLICIAIS: formação e qualificação de recursos humanos em segurança 2017 - Atual VISUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O ENFOQUE TÉCNICO, CIENTÍFICO E EDITORIAL	NÃO CONSTA	
ATOR 2	2013 - Atual MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E INFORMAÇÃO: as coleções de arte nos museus de Florianópolis - SC	2020 - Atual CONSERVAÇÃO, TRANSCRIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DOS MANUSCRITOS DAS COLÔNIAS DE BLUMENAU, TERESÓPOLIS E SANTA ISABEL DO SÉCULO XIX 2015 - Atual ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS: Editora Noa Noa	HISTÓRIA
ATOR 3	2019 - Atual TECNOLOGIA E ESTRATÉGIA: uma perspectiva geral em gestão da inovação	NÃO CONSTA	
ATOR 4	2013 - Atual BIBLIOTECAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO SOCIAL: o discurso ético-político dos bibliotecários	NÃO CONSTA	
ATOR 5	2018 - Atual TÉCNICAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA APLICADAS NO PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL 2018 - Atual A INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA CIÊNCIAS POLICIAIS: formação e qualificação de recursos humanos em segurança	NÃO CONSTA	

ATOR 6	2019 - Atual BRANQUITUDE NO OESTE CATARINENSE: educação, sujeitos e memória social	2019 - Atual FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: alteritas e NDI	CIÊNCIAS SOCIAIS
	2019 - Atual BRANQUITUDE NO OESTE CATARINENSE: educação, sujeitos e memória social	2018 - Atual ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE UM ACERVO DE MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS	
		2017 - Atual CONSOLIDANDO RELAÇÕES ENTRE BU E CIN POR MEIO DO ENSINO E DA EXTENSÃO: seleção e organização do acervo do armazém	
		2014 - Atual PROPOSTA CURRICULAR E METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	
ATOR 7	2020 - Atual ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO PARA DOMÍNIOS ESPECÍFICOS 2017 - 2020 OS NÍVEIS DE SIGNIFICADO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO	2018 - Atual COMISSÃO DO ACERVO DE DIREITOS HUMANOS	
ATOR 8	2018 - Atual EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: fundamentos teóricos e produção nacional	2018 - 2020 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL CATARINENSE EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS-SC: estudos preliminares para construção de um guia	FILOSOFIA
ATOR 9	2018 - Atual LETRAMENTO DIGITAL	NÃO CONSTA	
ATOR 10	2018 - Atual STORAGE OF THINGS: pesquisa e desenvolvimento de modelos para armazenamento de dados 2017 - Atual SISTEMATIZAÇÃO DO MODELO DE TRATAMENTO	NÃO CONSTA	

	FORA DE DOMICÍLIO (TFD) PARA A MODALIDADE DE DERMATOLOGIA EM SANTA CATARINA		
ATOR 11	2018 - Atual SISTEMAS INTELIGENTES EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: uma abordagem desde a Ciência da Informação 2017 - Atual ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO EM AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS	2018 - Atual EDITORIA, EDITORAÇÃO E COORDENAÇÃO DA COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA ENCONTROS BIBLI 2005 - Atual INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE: UNATI / UNESP - Marília	
ATOR 12	2016 - Atual HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO PARA ARQUIVISTA: análise da situação profissional no Brasil e no Mercosul de anúncios na web (2017-2018)	2010 - Atual ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DE CONCURSOS PÚBLICOS DA PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL - PRDHS	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
ATOR 13	2019 - Atual INDICADORES QUALITATIVOS PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL SOB O FOCO DA VULNERABILIDADE SOCIAL	2020 - Atual PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BPSC)	
ATOR 14	2018 - Atual TECNOLOGIA E ALGORITMOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: uma visão social 2015 - Atual SERVIÇOS, TECNOLOGIA E FERRAMENTAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	2009 - Atual LABORATÓRIO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS UFSC	
ATOR 15	015 - Atual REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	2014 - Atual ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DO FUNDO DOCUMENTAL DO ARQUIVO ESCOLAR DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC	PEDAGOGIA

ATOR 16	NÃO CONSTA	2018 - Atual EDITORA DA UFSC: migração (n. 201800604) 2018 - Atual EDITORA ARTESANAL: contando sobre a arte gráfica na Editora NOA NOA	
ATOR 17	2015 - Atual A INDEXAÇÃO ARQUIVÍSTICA: em busca de fundamentos teórico-metodológicos	2014 - Atual ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DO FUNDO DOCUMENTAL DO ARQUIVO ESCOLAR DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 18	2017 - Atual ISS - INTERNET OF SMART SERVICES 2014 - Atual CCM-LAN: Control, Communication and Management Mechanisms for Large Networks 2014 - Atual MACLAN: Mecanismos de gerência e comunicação para redes de grande escala 2014 - Atual SCNC-VANT: Sistema de Controle, Navegação e Comunicação para VANT 2014 - Atual PROJETO E DESENVOLVIMENTO DE MECANISMOS PARA APRIMORAMENTO DE REDES TOLERANTES AO ATRASO E À DESCONEXÃO (DTNS) APLICADOS A FANETS E REDES DE SENSORES SEM FIO	NÃO CONSTA	
ATOR 19	2012 - Atual APLICAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL NA RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO	2017 - Atual CULTURA POPULAR DA ILHA DE SANTA CATARINA E ARREDORES 2011 - Atual QUALIFICAÇÃO CIENTÍFICA DE PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA DA REDE PÚBLICA	

		DOS MUNICÍPIOS DE CHAPECÓ E GUATAMBÚ	
ATOR 20	2017 - Atual ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA	NÃO CONSTA	BIBLIOTECONOMIA
ATOR 21	2017 - Atual FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO: reflexos e reflexões	2018 - Atual CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E INFORMAÇÃO: a era da sociedade informacional	
ATOR 22	2019 - Atual O NOVO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: estratégias interdisciplinares para sua implantação e regulamentação 2017 - Atual A INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA CIÊNCIAS POLICIAIS: formação e qualificação de recursos humanos em segurança	2017 - Atual PROJETO HORIZONTE DIGITAL: capacitando pessoas, ampliando possibilidades 2017 - Atual PLATAFORMA WEB	
ATOR 23	2018 - Atual AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DE SISTEMAS DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS 2017 - Atual TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO EM PROCESSOS DE USO E DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA	
ATOR 24	2018 - Atual AGENDA 2030 DA ONU NA VISÃO DA IFLAFEBAB ADVOCACY COM BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS	NÃO CONSTA	
ATOR 25	2018 - Atual DATACUÍ: Em busca da farofa de dados	NÃO CONSTA	
ATOR 26	2016 - Atual AVALIAÇÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS DE GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013 - Atual OS DIFERENTES TIPOS DE TRABALHO COMO	NÃO CONSTA	

	CONSEQUÊNCIA DA ESCOLHA ESTRATÉGICA DA ORGANIZAÇÃO		
ATOR 27	2016 - Atual PUBLICAÇÃO DA PESQUISA BRASILEIRA: estudo da evasão de artigos científicos 2014 - Atual PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EM ACESSO ABERTO: estudo do modelo brasileiro	2008 - Atual LABORATÓRIO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	
ATOR 28	2019 - Atual CURADORIA DIGITAL PARA APROXIMAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NOS CURSOS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UFSC E O EMPREENDEDORISMO 2019 - Atual APLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES EM CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	NÃO CONSTA	
ATOR 29	2018 - Atual LETRAMENTO DIGITAL	2013 - Atual EDITORIA, EDITORAÇÃO E COORDENAÇÃO DA COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA ÁGORA: período 2013/2015	
ATOR 30	2019 - Atual LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE A ADOÇÃO DO QUALIS-CAPEs PARA AVALIAÇÃO DE INDIVÍDUOS 2019 - Atual DA DESCRIÇÃO À EXPLICAÇÃO: mecanismos da avaliação em ciência	NÃO CONSTA	
ATOR 31	2019 - Atual APLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES EM CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	2013 - Atual RISCA O RISCO	

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

APÊNDICE X – Participação dos docentes em projetos (UFPA)

DOCENTES	PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM PROJETOS - UFPA		
	PROJETO DE PESQUISA	PROJETO DE EXTENSÃO	FORMAÇÃO
ATOR 1	2019 - Atual A ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL E O PARADIGMA DA INTERNET DAS COISAS: competências, conceitos e utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação no fazer arquivístico	2018 - Atual ARQUIVO DO OBSERVATÓRIO MAGNÉTICO DE TATUOCA: preservação e digitalização do registro físico gerado entre 1957 e 2007 (Fase I)	PSOCOLOGIA
	2018 - Atual ESTUDOS CRÍTICOS EM INCLUSÃO DIGITAL: da brecha digital à apropriação tecnológica		
	2018 - Atual ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE GOVERNO ELETRÔNICO: inclusão democrática e assimetrias de informação		
	2018 - Atual A MICROFÍSICA DO PODER NAS ESTRUTURAS INFORMACIONAIS: uma agenda de pesquisa sobre Teoria Crítica na pesquisa em ciência e tecnologia da informação		
	2018 - Atual REDE TRANSAMAZÔNICA DE COOPERAÇÃO EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
ATOR 2	2018 - Atual MEMÓRIAS DAS LUTAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE: o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018)	2019 - Atual DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: Educação Patrimonial em Arquivos Permanentes	SISTEMA DE INFORMAÇÃO
	2018 - Atual REDE TRANSAMAZÔNICA DE COOPERAÇÃO EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	2018 - Atual ARQUIVO DO OBSERVATÓRIO MAGNÉTICO DE TATUOCA: preservação e digitalização do registro físico gerado entre 1957 e 2007 2018 - Atual IDENTIFICAÇÃO/ DIAGNÓSTICO DOCUMENTAL DO ACERVO DA ESCOLA DE MÚSICA DA	

	2016 - 2020 O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - EMUFPA 2016 - Atual GESTÃO DOCUMENTAL NO INSTITUTO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS – ICSA	
ATOR 3	2020 - Atual A DIMENSÃO TEÓRICA DOS ASPECTOS E PERSPECTIVAS DA ARQUIVÍSTICA PÓS-MODERNA: uma análise do contexto internacional da área 2018 - Atual MEMÓRIAS DAS LUTAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE: o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018) 2018 - Atual REDE TRANSAMAZÔNICA DE COOPERAÇÃO EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2016 - 2020 O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO	2019 - Atual DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: Educação Patrimonial em Arquivos Permanentes 2018 - Atual ARQUIVO DO OBSERVATÓRIO MAGNÉTICO DE TATUOCA: preservação e digitalização do registro físico gerado entre 1957 e 2007 2018 - Atual IDENTIFICAÇÃO/ DIAGNÓSTICO DOCUMENTAL DO ACERVO DA ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – EMUFPA 2016 - Atual GESTÃO DOCUMENTAL NO INSTITUTO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS – ICSA	ARQUIVOLOGIA
ATOR 4	2018 - Atual MEMÓRIAS DAS LUTAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE: o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018)	2019 - Atual DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: educação patrimonial em arquivos permanentes	HISTÓRIA
ATOR 5	2019 - Atual COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: espectros e inter-relações 2014 - Atual O ESTADO DA ARTE DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL: cenários e espectros	2016 - 2020 IDENTIFICAÇÃO/DIAGNÓSTICO DOCUMENTAL DA ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	ARQUIVOLOGIA
ATOR 6	2015 - Atual REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: elementos para a	2016 - Atual IDENTIFICAÇÃO/ DIAGNÓSTICO	ARQUIVOLOGIA

	construção de um modelo de ensino ideal por meio da semântica estrutural a partir dos contextos australiano, canadense e brasileiro	DOCUMENTAL DO ACERVO DA ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - EMUFPA	
	2010 - Atual COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA		

Nota: Destaque para os projetos relacionados à área de Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)